

Revista extensão

12º volume - jul/2017

Agosto Dourado

- . Aleitamento materno
- . Oficinas de cordas
- . Qualidade de vida
- . Mãe trabalhadora
- . Beleza segura
- . Segurança cidadã
- . Educação em saúde
- . Educar para aprender

Revista Extensão. Vol. 12, n. 1 (julho, 2017 - Cruz das Almas, BA:

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2017

Semestral

ISSN: 2236-6784

1. Extensão Universitária - Periódicos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão.

CDD 378.81

Permite-se a reprodução das informações publicadas, desde que sejam citadas as fontes.

Allows reproduction in published information, provided that sources are cited.

Pede-se permuta./ We ask for exchange.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

Reitor/ Rector Sívio Luiz de Oliveira Soglia

Vice-Reitora/Vice-Rector Georgina Gonçalves dos Santos

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora/Pro-Rector Tatiana Ribeiro Velloso

EDITORES CIENTÍFICOS/SCIENTIFIC EDITORS

Ana Rita Santiago, Dra. (UFRB)

Marli Teresinha Gimenez Galvão, Pós. Dr. (UFC)

Silvana Lúcia da Silva Lima, Dra. (UFRB)

EDITORES EXECUTIVOS/EXECUTIVE EDITORS

Adrielle de Jesus Sousa (UFRB)

COMITÊ EDITORIAL/EDITORIAL BOARD

Tatiana Ribeiro Velloso, Dra. (UFRB/Brasil)

Custódia Martins, Dra. (U. Minho/Portugal)

Juan A. C. Rodriguez, Dr. (UACH/México)

José Alberto Pereira, Dr. (IPB/Portugal)

Franceli da Silva, Dra. (UFRB)

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.revistaextensao.ufrb.edu.br

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

COMPROMISSO

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

COMMITMENT

Extension Magazine, every six months, is committed to consolidating the inseparability of knowledge through extension activities published in scientific articles, reviews, case studies and interviews, validating traditional knowledge as sociated with science.

PROJETO GRÁFICO

Valeria Exalta Gonzaga

EDIÇÃO E ILUSTRAÇÃO DE CAPA E CONTRA CAPA

AriFrost

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Adrielle de Jesus Sousa

ENDEREÇO/ADDRESS

Rua Rui Barbosa, 710, PROEXT/UFRB 44380-000, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Fone: + 55 75 3621-4315

Website: www.ufrb.edu.br/revistaextensao

E-mail: revistaextensao@ufrb.edu.br

A Revista Extensão da PROEXT/UFRB está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFRB

AVALIADORES/REFEREES

Dra. Ana Paula Inácio Diório

Dr. Anselmo Peres Alôs

Dra. Célia Regina Ferrari

Dra. Edna Maria de Araújo

Me. Efon Batista Lima

Dr. Franklin Plessmann de Carvalho

Dra. Joseína Moutinho Tavares

Dra. Lilian Conceição Guimarães Almeida

Dra. Márcia Regina Martins Alvarenga

Dra. Regina Marques Souza

Me. Rosaria da Paixão Trindade

Dra. Rosely Cabral de Carvalho

Me. Solano Sávio Figueiredo Dourado

Dra. Suely Aires Pontes

Dra. Tatiana Pacheco Rodrigues

Dra. Vânia Sampaio Alves

Esp. Antônia Viviane Martins Oliveira

Ma. Adriana Vieira dos Santos

Me. Efon Batista Lima

Me. Gabriel Ribeiro

Me. Hugo Neves Brandão

Ma. Iracema Lua

Me. Klayton Santana Porto

Me. Maitê dos Santos Rangel

Me. Nara Eloy Machado Maturino

Me. Permínio Oliviera Vidal júnior

Me. Raquel Potter Garcia

Me. Rosaria da Paixão Trindade

Me. Solano Sávio Figueiredo Dourado

Me. Tábata Figueiredo Dourado

ÍNDICE

EDITORIAL

8

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

PARTILHANDO CONHECIMENTOS SOBRE PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO E DIREITOS DA GESTANTE NO PRÉ-NATAL

10

“CONVERSA ENTRE MULHERES”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO AO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO CONTEXTO DE UM CAPS AD

18

EXPERIENCIANDO A ARTICULAÇÃO DO TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ASSOCIADA À ATIVIDADE DE MONITORIA

26

BELEZA SEGURA: PRÁTICAS QUE AJUDAM NA PREVENÇÃO

35

O PROJETO DE EXTENSÃO APRIMORE: APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA ATRAVÉS DO AUTOCONHECIMENTO

43

OFICINAS EM DINÂMICAS DE GRUPO PARA IDOSOS DA COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

50

OFICINA DE CORDAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTOS COMO PROCESSO PEDAGÓGICO-MUSICAL DE FORMAÇÃO EM MÚSICA

57

O PROJETO VÍCEPPE E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

65

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM ADOLESCENTES: O TRABALHO DA LIGA DE EXTENSÃO NO INTERIOR DO CEARÁ

73

ARTIGOS

PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO COM FOCO NA MÃE TRABALHADORA

81

EXPERIÊNCIAS DE LEITURA E DISCUSSÃO DE TEXTOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE EXTENSÃO CIVILIZAÇÃO (2014)

95

SEGURANÇA CIDADÃ COMO FUNDAMENTO GARANTIDOR DO DIREITO SOCIAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

107

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, EM PEQUENAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS: BACIA DO RIO DE UNA-BAHIA, BRASIL

119

A LINGUAGEM, A ESTÉTICA E O DISCURSO COMO OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA

132

AÇÕES INTEGRADAS PARA USO RACIONAL DA ÁGUA VISANDO GARANTIR QUANTIDADE, QUALIDADE E ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO PARA A POPULAÇÃO DIVINOPOLITANA

146

NORMAS DE SUBMISSÃO

156

EDITORIAL

Nós, mulheres, estamos em evidência, e não só pelos motivos que um dia estivemos, ou seja, porque já passou da hora de nossos salários serem equivalentes aos dos homens ou porque as diferenças físicas entre homens e mulheres não devem determinar uma lógica de superioridade que legitima e abastece o patriarcado.

Engana-se quem pensa que estas são questões resolvidas, mas também não se pode negar que o olhar voltado para o campo das mulheres ganhou, recentemente, ângulos novos. O modo como estamos em evidência, hoje, tem a ver com uma série de plurais reivindicações que povoam o espaço público, atualmente, e tais reivindicações ultrapassam os projetos de emancipação financeira.

Afinal, já foi dito por tantas de nós: somos corpo, alma, sentimentos, etnias, sedes. Neste sentido, nos últimos tempos, a maternidade agregou novos valores, o sagrado feminino virou assunto, a estética se reinventou, o corpo ganhou outra posição nos debates políticos, e a afetividade atraiu para si camadas de significação mais potentes.

Assim, temáticas novas – ancoradas no eixo da subjetividade – vêm recebendo atenção no campo da pesquisa científica, estão virando alvo da observação empírica e motivando a produção de textos acadêmicos.

E, sem dúvida, é sob o embalado desta ciranda que clama por feminilidades, que o presente número da revista Extensão, editada pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), foi gestada.

Por isso, a imagem célebre de uma mãe amamentando o filho na capa anuncia o conteúdo desta edição, a saber: um conjunto de artigos que transitam por diferentes áreas do conhecimento, mas estão em sua maioria ancorados no universo multifacetado da mulher.

Mergulhem neste manancial de conhecimentos partilhados, e acessem, para além das descobertas advindas do viver feminino aqui já anunciado, escritos sobre experiências que envolvem professoras, professores, idosas, idosos, adolescentes, futuras enfermeiras, profissionais da beleza, cidadãs e cidadãos que precisam acessar a justiça, estudantes e tantas outras pessoas que participaram das ações de extensão aqui apresentadas.

Excelente leitura!

Sarah Carneiro

Docente do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB)

Coordenadora de Cultura e Universidade da Pró-reitoria de Extensão

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

PARTILHANDO CONHECIMENTOS SOBRE PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO E DIREITOS DA GESTANTE NO PRÉ-NATAL

SHARING KNOWLEDGE ON THE PROMOTION OF BREASTFEEDING AND THE RIGHTS OF PREGNANT WOMEN IN PRENATAL CARE

Layane Batista de Araújo

Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí/UFPI. layanebatista25@gmail.com

Mickael Viana de Sousa

Graduando do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí/UFPI. mickaelviana@gmail.com

Larissa Lima Emérito

Graduanda do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí/UFPI

Ivonete de Moura Campelo

Professora, Msc. do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí/UFPI. ivonete_m_c@hotmail.com

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho

Professora Titular do Curso de Nutrição da Universidade Federal do Piauí/UFPI. ceciliamaria.pop@hotmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo relatar as ações educativas vivenciadas com gestantes e familiares em uma maternidade na cidade de Teresina-PI, certificada pela Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC). Trata-se de um relato de experiência que contou com a participação 170 gestantes, estudantes vinculados ao Programa de Educação Tutorial, profissionais da Instituição, professores e tutor, realizado no período de outubro a dezembro de 2016. Foram discutidos temas relacionados com amamentação e direitos garantidos à mulher (gestante / nutriz), à criança e sua família em prol da proteção, do sucesso na prática do aleitamento materno e da melhoria dos indicadores de avaliação para a garantia do credenciamento como hospital amigo da criança (HAC). A realização das atividades possibilitou a troca de conhecimentos, o esclarecimento de dúvidas levantadas pelas participantes e a socialização de experiências exitosas. Houve uma boa participação das gestantes que se mostraram receptivas e motivadas, expressando espontaneamente suas ideias, sem receio de julgamento, o que mostra a necessidade de estratégias educativas realizadas de forma permanente.

Palavras-chave: Gestante. Direitos da mulher. Saúde da criança

Abstract

The present study aims to report the educational actions experienced with pregnant women and their families in a maternity hospital in the city of Teresina-PI certified by the Baby-Friendly Hospital Initiative (IHAC). It is an experience report that involved the participation of 170 pregnant women, students linked to the tutorial education program, professionals of the institution, professors and tutor, carried out from October to December 2016. It was discussed issues related to breastfeeding and rights guaranteed to women (pregnant / the child and his / her family for the protection, success in breastfeeding practice and the improvement of the evaluation indicators for guaranteeing accreditation as a child-friendly hospital (HAC). The accomplishment of the activities made possible the exchange of knowledge, the explanation of doubts raised by the participants and the socialization of successful experiences. There was a good participation of the pregnant women who were receptive and motivated, spontaneously expressing their ideas, without fear of judgment which shows the need for educational strategies carried out permanently.

Keywords: Pregnant. Women rights. Child health.

INTRODUÇÃO

O Brasil evoluiu significativamente no desenvolvimento de direitos que atendam às necessidades específicas das gestantes e puérperas, tanto no âmbito trabalhista, social, quanto no que diz respeito à saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, vem construindo uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos dessas mulheres e do bebê de forma segura e digna. Entretanto, mesmo em meio a tantas leis, estatutos e resoluções, é necessário que a gestante, como beneficiária primária, tenha conhecimento dos mecanismos que a protege para que possa reivindicá-los em caso de omissão (UNICEF, 2011).

A gravidez é o período ideal para a intervenção de profissionais da saúde porque a mulher realiza frequentemente consultas, exames de rotina e recebe uma série de novas orientações. Além disso, durante a gestação, a grávida encontra-se mais sensibilizada para adotar cuidados e estilo de vida mais saudável, visando obter os melhores resultados para si e para seus filhos (SURITA et al., 2014).

Com o avanço no desenvolvimento de políticas em benefício da amamentação destaca-se a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) criada em 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para criar mecanismos de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Assim, a IHAC tem por objetivo mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para que reavaliem suas práticas e mudem suas condutas e rotinas de forma a incentivar de maneira eficiente o aleitamento materno (BRASIL, 2009; BRASIL, 2014).

Apesar de todo o esforço para o cumprimento dos 10 passos do aleitamento materno, ainda, há muitas dificuldades e dúvidas

entre as mulheres em relação ao sucesso dessa prática (ALMEIDA et al., 2015). Ressalta-se que uma das causas apontadas para o desmame precoce é a desinformação e a frágil aproximação entre profissionais e gestantes, representando um desafio para a equipe de saúde em relação à assistência ao aleitamento materno (REGO, 2002; VIANA et al, 2014).

Nesse cenário, considera-se fundamental criar condições adequadas para estimular a prática do aleitamento materno e igualmente, a valorização dos direitos humanos que precisa ser abordada sobretudo, no que se refere à garantia de direitos fundamentais à pessoa vulnerável. A Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER) é pública de referência e a maior do Piauí, atendendo em média 1200 internações mensais, incluindo 900 partos, com 248 leitos obstétricos e 167 leitos neonatais (PIAUI, 2014; FÉ; SOUZA, 2016). A MDER recebeu o título de Hospital Amigo da Criança, concedido pela Unicef, em decorrência do reconhecimento da dedicação e empenho dos recursos humanos de incentivo ao aleitamento materno (FÉ; SOUZA, 2016).

O presente artigo traz um recorte dos resultados de um Projeto de Extensão "Acolher: em busca da promoção e proteção do aleitamento materno" realizado pelo grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal do Piauí. A proposta foi idealizada na perspectiva de fornecer informações sobre os mecanismos de promoção e proteção do aleitamento materno durante a assistência pré-natal e promover a reflexão de assuntos que tratem das questões relativas aos direitos sociais e trabalhistas das gestantes.

Diante do contexto, o objetivo desse artigo é descrever a experiência vivenciada nas ações educativas direcionadas para gestantes e familiares, durante a consulta pré-natal sobre a promoção do aleitamento

to materno, visando estimular a prática do aleitamento materno.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência no qual participaram estudantes, preceptores (profissionais da Instituição), professoras, sendo uma tutora do PET. As atividades educativas foram realizadas com gestantes, e seus acompanhantes, atendidas em uma maternidade pública certificada pela Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), em Teresina, Piauí.

Procuraram o atendimento na maternidade de 219 gestantes (> de 17 anos), no período de outubro a dezembro de 2016. Participaram das sessões educativas 170 gestantes, distribuídas em oito turmas mensais, com sete participantes em cada uma, com duração de 50 minutos. As sessões em grupo ocorreram na sala de reunião do ambulatório da própria maternidade, antes das consultas do pré-natal. Também foram feitas abordagens individuais com as gestantes que não puderam participar das atividades em grupo e se encontravam nas salas de espera aguardando as consultas, assim como com aquelas internadas nas enfermarias.

Anteriormente à realização das atividades educativa, estabeleceu-se contato preliminar com a direção de ensino e pesquisa da Instituição solicitando permissão para a realização do projeto. Depois de autorização (Termo de Anuência), foram realizadas visitas, nos turnos manhã e tarde, contato com os profissionais preceptores, observação da estrutura física e funcional da maternidade; acompanhamento das palestras de rotina ministradas para as gestantes pelos profissionais, levantamento de informações sobre as gestantes (número de consultas realizadas no pré-natal, retornos e participação nas palestras).

Em seguida, ainda antes da realização das atividades educativas com as gestantes, o grupo participou do curso: manejo da lactação em hospitais amigos da criança promovido pela maternidade, para todo o corpo clínico, como forma de aprimorar o conhecimento da equipe na abordagem da clientela.

Todas as gestantes que aguardavam atendimento eram convidadas, sem critérios de exclusão e, aquelas que aceitaram, voluntariamente, participavam das sessões educativas onde eram discutidos temas relacionados com amamentação e direitos garantidos à mulher (gestante / nutriz); à criança e sua família, em prol da proteção, do sucesso na prática do aleitamento materno e da melhoria dos indicadores de avaliação para a garantia do credenciamento como hospital amigo da criança (HAC).

Durante as reflexões, percebeu-se a necessidade de deixar as participantes se manifestarem e expressarem suas ideias e sugestões, valorizando-se o diálogo e o desenvolvimento da autonomia de cada uma. Houve a preocupação de conduzir as atividades educativas utilizando-se uma linguagem simples, clara, objetiva e uma atitude ética e humanística, buscado construir um ambiente acolhedor e favorável a execução das tarefas.

Todo esse processo educativo envolvia reuniões de equipe, leitura e discussões teóricas para o aprimoramento das temáticas. Para auxiliar as atividades foram elaborados folders e utilizados álbuns seriados, seios cobaias e bonecos. Todo material pedagógico elaborado foi avaliado pelo Núcleo de Educação Permanente da Maternidade (NEPS) para verificar se as informações atendiam a proposta pedagógica própria da Instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caminho percorrido para a construção

das ações deste projeto foi desafiador e exigiu do grupo o aprimoramento permanente de suas bases teóricas e práticas, tendo em vista a importância do trabalho a ser desenvolvido e a necessidade do conhecimento novo para a garantia da qualidade das informações. A realização das atividades permitiu a troca de conhecimentos, o esclarecimento de dúvidas levantadas pelas participantes e a socialização de experiências exitosas, dificuldades vivenciadas e anseios; avaliados a partir de perguntas orais realizadas durante as sessões e estímulos para o diálogo e a participação.

Boa parte das participantes mostrou-se receptiva e motivada a compartilhar conhecimentos, expressavam espontaneamente suas ideias, sem receio de críticas ou julgamentos. E a troca de experiência foi enriquecedora para desmistificar mitos e esclarecer sobre a importância do aleitamento materno para a saúde da mãe e da criança. De acordo com Teixeira e Veloso (2006), lidar com o cotidiano das práticas de saúde favorece o contato com a realidade, marcada por dimensões sociais e econômicas diversificadas. Nesse sentido, os saberes, as práticas, os mitos e as representações simbólicas precisam ser compreendidas dentro de seu contexto social e cultural.

É fundamental auxiliar as dificuldades e eliminar dúvidas referentes à amamentação, pois o desconhecimento pode causar preocupações desnecessárias e expectativas ruins (CATAFESTA, 2009; QUEIRÓS; OLIVEIRA; MARTINS, 2009). Nesse sentido, percebeu-se que a integração estabelecida entre gestantes, profissionais e estudantes, para acolher e dar à devida atenção na assistência favorece o reconhecimento das necessidades, dos obstáculos e dos desafios na realização de ações.

Como afirma Rego (2002), a desinformação da população e as orientações inconsistentes da equipe de saúde ajudam a explicar

às dificuldades encontradas pelas mulheres na amamentação, exigindo cada vez mais qualificação e habilidades dos profissionais para lidar com as questões do aleitamento materno. Alguns problemas enfrentados pelas nutrizas durante o ato de amamentar, se não forem precocemente identificados e tratados podem ser importantes causas de interrupção da amamentação (BRASIL, 2015).

Segundo Vasconcelos et al. (2016), durante as consultas de pré-natal muitas gestantes não recebem as devidas informações sobre a gravidez, parto e puerpério e não tem a oportunidade de compartilhar suas experiências e esclarecimento de dúvidas, não atendendo a recomendação do Ministério da Saúde que preconiza orientações sobre o processo gestacional, parto, puerpério, cuidados com o recém-nascido e amamentação (FRACISQUINI et al. 2010).

Desse modo, percebe-se a importância desse projeto, pois, o mesmo trouxe importantes contribuições em relação as orientações realizadas na assistência durante as consultas de pré-natal, reforçando sobretudo, o trabalho de promoção e incentivo ao aleitamento materno, direitos trabalhistas, sociais e do pré-natal, com orientações diárias e consistentes com as situações presentes na vida de cada uma, enriquecendo a prática no atendimento e estabelecendo com as usuárias grávidas uma relação de confiança, escuta e atenção em respeito aos princípios éticos e humanos.

Nessa perspectiva, destaca-se que o alcance das atividades foi positivo, uma vez que do total de gestantes atendidas nas consultas de pré-natal no período (n=219), a maioria (77,6%) compareceram as sessões educativas, eram interessadas e participavam ativamente durante a apresentação das temáticas. Algumas recusas que ocorreram foram devido ao receio de perder a consulta agendada e, nesses casos, foram

feitas abordagens individuais nas salas de espera, com a finalidade de possibilitar a essas mulheres as mesmas oportunidades de participação. Tais abordagens eram realizadas a partir da permissão concedida oralmente, e toda à ação educativa acontecia de forma comprometida para atender às necessidades manifestada pela gestante. Nesses casos, havia uma maior aproximação e interação entre o grupo, o que possibilitava o conhecimento e o empoderamento pela usuária do serviço.

Investir em ações de incentivo ao aleitamento materno durante o pré-natal e puerpério representa uma atividade essencialmente importante na promoção da saúde e nutrição materno-infantil e, deve fazer parte da rotina diária de todo serviço de saúde que presta assistência a gestantes e lactantes para evitar o desmame precoce (ALVES 2005; DEMETRIO; PINTO; ASSIS 2012).

Dados do Ministério da Saúde (2012) apontam que o aleitamento materno reduz em até 13% as mortes de crianças menores de cinco anos por causas evitáveis. No entanto, o atendimento a recomendação do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, ainda é insatisfatório (BRASIL, 2012).

Para Delfino (2003), em geral, nos serviços de saúde o atendimento à gestante é prestado exclusivamente pela consulta individual, sem levar em consideração os anseios, angústias, medos, queixas associados culturalmente à gestação. Assim, a atuação com esse grupo de gestantes, foi um desafio, diante da complexidade da problemática e das consultas ainda serem realizadas apenas no consultório com o profissional, sem trocas coletivas de conhecimento e experiências.

Situações discrepantes ocorreram, como exemplo, observou-se que mulheres com

oito meses de gravidez não tinham participado de nenhuma palestra e demonstraram possuir pouco ou nenhum conhecimento a respeito da gestação.

Outro ponto que merece ser destacado foi observado na abordagem com as gestantes internadas. Algumas afirmaram que nos partos anteriores não tiveram a presença de um acompanhante porque não sabiam que era permitido, enquanto outras, disseram desconhecer dos riscos do uso da chupeta. Das gestantes abordadas durante a espera da consulta foi observado que cerca de 2/3, já estavam, pelo menos, na sua segunda gestação, no entanto, muitas afirmaram oferecer a chupeta para seus bebês.

Nesta direção, é preciso enfatizar o desconhecimento dos seus direitos relatados pelas gestantes, que nem sempre são informadas sobre essas questões e, por isso, ficam expostas a determinadas situações impostas pelo serviço, pela família e pela sociedade por não saberem da existência de leis que protegem a gestação. Entende-se que entre as ações praticadas na assistência pré-natal o quesito dos direitos da gestante deve ser prioridade no conjunto das demais práticas. Existem diversas leis a favor da gestante, destacando-se os direitos trabalhistas, os direitos sociais, os direitos no pré-natal, os direitos no parto e no pós-parto, que garantem o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal (BRASIL, 2007; BRASIL, 2011; SILVA et al., 2017).

O desenvolvimento das atividades educativas foi importante para partilhar o conhecimento sobre o aleitamento materno, seus mecanismos de promoção e proteção, bem como a construção de saberes em conjunto com profissionais, estudantes e a clientela além, de oportunizar ao acadêmico vivenciar um ambiente totalmente diferente

da sala de aula. A prática de amamentar de forma mais duradoura relaciona-se às mulheres que recebem orientação desde o pré-natal, que já tenham prática ou que se mostram motivadas e recebem apoio contínuo de incentivo à amamentação (DEMETRIO; PINTO; ASSIS 2012; ROCCI; FERNANDES 2014). Nessa perspectiva, Xavier e Flôr (2015), apontam que as ações de interlocução dos saberes, entre o saber local e o acadêmico, trazem contribuições para a formação de um indivíduo mais crítico e capaz de atuar na construção de uma sociedade mais igualitária, abrangendo não apenas as ações assistenciais, mas também a orientação e educação preventiva prestada na promoção do aleitamento materno.

O investimento na educação continuada e na renovação de conhecimentos está intimamente associado a qualidade da assistência, contudo, é desejável que estas medidas educativas sejam reavaliadas para assegurar o êxito das ações e estratégias utilizadas na prestação do serviço (MATOS et al., 2010; LEITE et al., 2016).

A partir desta experiência, ainda foi possível contribuir com uma formação acadêmica mais humana e comprometida com o social, possibilitando o despertar para práticas em saúde numa perspectiva ampla e interdisciplinar e refletir sobre a atuação da equipe de saúde junto ao atendimento à gestante. É importante enfatizar que esse projeto apresenta um potencial de ações extensionistas destinadas a atender as necessidades apresentadas pelas gestantes no pré-natal, com enfoque na valorização e no incentivo prática do aleitamento materno e aos direitos das grávidas. No que se refere a atuação do grupo foi possível estabelecer uma relação harmônica em todos os momentos e, o interesse e a motivação

das gestantes mostram a necessidade de continuidade do projeto.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados, observa-se que as questões sobre aleitamento materno no seu contexto amplo, ainda, são pouco discutidas, fazendo-se necessário que estratégias educativas sejam realizadas de forma permanentemente. A experiência foi rica e positiva, e, a elevada participação das gestantes nas ações educativas demonstrando interesse e envolvimento, significa benefícios na saúde da mulher grávida e de seu filho e na qualidade do serviço. Concomitantemente, possibilita compartilhar esforços, troca de conhecimentos e experiências, além de aumentar a possibilidade de melhorar os indicadores relativos a promoção e garantia do aleitamento materno e dos direitos da gestante.

Enfatiza-se também que, a atividade extensionista favoreceu o aperfeiçoamento do grupo envolvido com o trabalho e, possibilitou aos estudantes uma formação acadêmica ampliada e diferenciada. Por fim, espera-se que, a partir dessa experiência, outros pesquisadores sejam estimulados ao investimento científico para a melhoria das práticas de promoção ao aleitamento materno.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / MEC pela concessão de bolsas e pela verba de custeio. À Maternidade Dona Evangelina Rosa de Teresina, Piauí pelo apoio e colaboração para a execução desse projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA J.M de; LUZ S.A.B; UED F.V. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. *Rev Paul Pediatr.*, v.33, n., p.355-362, 2015.

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 9, n. 16, p. 39-52, 2005.

_____. LEI nº 11. 265, DE 3 DE JANEIRO DE 2007. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. *Diário Oficial da república Federativa do Brasil*. Brasília, 3 de janeiro de 2007.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Ministério da Saúde. São Paulo. Globo. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Aleitamento materno, distribuição de fórmulas infantis em estabelecimentos de saúde e a legislação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Brasília; 2012. 26 p.

_____. PORTARIA Nº 1.153, DE 22 DE MAIO DE 2014. Redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. 22 de maio de 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar– 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CATAFESTA, F. et al. A amamentação na transição puerperal: o desvelamento pelo método de pesquisa-cuidado. *Revista Enfermagem*, v. 13, n. 3, p. 609-616, 2009.

DELFINO MRR, PATRICIO ZM, MARTINS AS, SILVÉRIO MR. O processo de cuidar participante com um grupo de gestantes: repercussões na saúde integral individual-coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva.*, v.9, n.4, p.1057-66, 2004.

DEMETRIO F; PINTO E.J; ASSIS A.M.O. Fatores associados à interrupção precoce do aleitamento materno: um estudo de corte de nascimento em dois municípios do Recôncavo da Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v.28, n.4, p. 641-654, 2012.

FE F.A.S.M; SOUZA S.R.R. Análise da imagem institucional da Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER): opinião pública e conteúdo jornalístico1 GT 3: Relações Públicas e Comunicação Organizacional. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares*

da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016.

FRACISQUINI A.R et al. Orientações recebidas durante a gestação, parto e pós-parto por um grupo de puérperas. *Ciênc. Cuidado, Saúde.*, v.9, n.4, p. 743-751, 2010.

LEITE MFFS, BARBOSA PA, OLIVINDO DDF, XIMENES VL. Promoção do aleitamento materno na primeira hora de vida do recém-nascido por profissionais da enfermagem. *Arq. Ciênc. Saúde.* 2016; 20(2):137-143.

MATOS T.A. et al. Contato precoce pele a pele entre mãe e filho: significado para mães e contribuições para a enfermagem. *Rev. Bras. Enferm.*, v.63, n.6, p.998-1004, 2010.

PIAUI. Secretaria de Estado da Saúde do Piauí – SESAPI. Desenvolvimento: Coord. de Tecnologia da Informação SESAPI e Assessoria de Comunicação SESAPI. Maternidade Dona Evangelina Rosa – MDER – Teresina, 2014. Disponível em: <http://www.saude.pi.gov.br/paginas/33-maternidade-evangelina-rosa>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

QUEIRÓS P. S; OLIVEIRAL R. B; MARTINS C. A. Elementos que interferem na amamentação exclusiva: percepções de nutrízes. *Revista de Salud Pública*, v. 13, n. 2, p. 6-14, 2009.

REGO, J.D. Aleitamento materno: um guia para pais e familiares. 2a ed. São Paulo: Atheneu; 2002.

ROCCI E; FERNANDES R.A.Q. Dificuldades no aleitamento materno e influência no desmame precoce. *Rev. Bras. Enferm.*, v.67, n.1, p. 22-27, 2014.

SILVA, L.C.F.P. da et al. Direitos da gestante e do bebê: uma revisão bibliográfica. Defensoria Pública da União. *Revista Âmbito Jurídico.com*. Rio Grande, 26 de junho de 2017. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13368.

SURITA, F. G. et al. Exercício físico e gestação. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria*, v. 36, n. 12, 2014.

TEIXEIRA, E.R; VELOSO, R.C. O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde. *Texto contexto – Enfermagem*, v.15, n.2, p.320-325, 2006.

UNICEF. Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê / UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; [ilustrações de Zivaldo]. -- São Paulo: Globo, 2011.

VASCONCELOS M.I.O. et al. Intervenção educativa em saúde com grupo de gestantes: estudantes de enfermagem em ação extensionista no interior do Ceará. *Expressa Extensão*, v.21, n.2, p.108-118, 2016.

VIANA, R.A.A. et al. Aleitamento materno: desmistificando esse ato de amor como uma abordagem na promoção da saúde. *Londrina: ABENO*, v.14, 2014.

XAVIER, P.M.A.; FLÔR, C.C.C. Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências. *Revista Ensaio*, v.17, n. 2, p. 308-328, 2015.

“CONVERSA ENTRE MULHERES”:RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ATENÇÃO AO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO CONTEXTO DE UM CAPS AD

“CONVERSA ENTRE MULHERES”: REPORT OF EXPERIENCE OF ATTENTION TO THE CONSUMPTION OF PSYCHOACTIVE SUBSTANCES IN THE CONTEXT OF A CAPS AD

Dienna de Souza Andrade

Graduanda do Curso de Medicina da UFRB. diennaandrade@hotmail.com

Ende Iasmim Cruz Santos

Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB. ende_iasmim@hotmail.com

Keline Santos de Carvalho

Graduanda do Curso de Medicina da UFRB. kelinecarvalhoo@gmail.com

Vânia Sampaio Alves

Doutora em Saúde Pública, docente na UFRB. vaniasalves@ufrb.edu.br

Resumo

A literatura aponta o aumento do consumo de substâncias psicoativas (SPA) entre mulheres no Brasil. Não obstante, percebe-se uma lacuna na assistência deste grupo populacional. No Brasil, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) é o dispositivo da rede pública de saúde especializado no cuidado de pessoas com transtornos relacionados ao uso de SPA. Nesse sentido, o presente trabalho propõe relatar a experiência de uma intervenção para atenção às mulheres assistidas em um CAPS AD. O projeto “Conversa entre Mulheres” consistiu em encontros semanais aberto à participação voluntária de mulheres, organizado em formato de rodas de conversa, com abordagem usuário-centrado e incorporação de metodologias participativas. Através dos relatos das mulheres, notou-se que a atividade produziu reflexões relevantes concernente à experiência direta e indireta com o consumo de SPA, estigmas sociais, além das situações de vulnerabilidades individual, social e programática relacionadas. A intervenção proporcionou o acolhimento, a escuta e o cuidado de mulheres no serviço, possibilitando o fomento da autonomia, resiliência e vínculo entre as participantes. Diante da complexidade da temática, percebe-se a necessidade do fortalecimento da escuta sensível e qualificada, aperfeiçoamento profissional, desconstrução de estigmas e atenção para as vulnerabilidades associadas apontando, assim, para a necessidade de melhorias do cuidado ofertado.

Palavras-Chave: Mulheres. Álcool e outras drogas. Atenção Psicossocial

Abstract

The literature indicates an increasing consumption of psychoactive substances among women in Brazil. However, there is a gap in the assistance of this population group. In Brazil, the Center for Psychosocial Care Alcohol and Drugs (CAPS AD) is the device of the public health network specialized in the care of people with disorders related to the use of alcohol and other drugs. In this sense, the present article proposes to report the experience of an intervention for attention to women assisted in a CAPS AD. The “Conversa entre Mulheres” weekly project, open to the voluntary participation of women, organized in the form of talk wheels, with a user-centered approach and incorporation of participatory methodologies. Through the reports of women, it was noted that the activity produced relevant reflections regarding the direct and indirect experience with the consumption of psychotic substances, social stigmas, and related individual, social and programmatic vulnerabilities. This environment provided the reception, listening and care of women in the service, enabling the development of autonomy, resilience and bonding among the participants. Faced with the complexity of the issue, notice the need of sensible and qualified ability of listening, as professional improvement, deconstruction of stigmas and attention to the associated vulnerabilities, thus pointing to the need of improvements in the care offered.

Keyword: Women. Alcohol and other Drugs. Psychosocial Attention.

INTRODUÇÃO

Estudos epidemiológicos têm demonstrado o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre mulheres no Brasil (GALDURÓZ et al., 2005; CARLINI et al., 2006). Esses estudos apontam ainda a redução na proporcionalidade do consumo de álcool e outras drogas entre homens e mulheres. De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas, entre três usuários de álcool e outras drogas um é do sexo feminino (UNODOC, 2015). No Brasil, o último levantamento nacional sobre o uso de substâncias psicotrópicas estima que 6,9% das mulheres são dependentes de álcool (CARLINI et al., 2005).

A despeito das evidências acerca do aumento do consumo de substâncias psicoativas entre mulheres, percebe-se uma lacuna na assistência a este grupo populacional. Estima-se que a cada cinco usuários de substâncias psicoativas em tratamento um é do sexo feminino (UNODOC, 2015). O crescente número de mulheres envolvidas com as drogas merece a atenção dos diferentes setores da sociedade, uma vez que mulheres demandam especificidades no atendimento em decorrência dos impactos físicos e psicológicos das substâncias em sua saúde (NÓBREGA, OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA, NASCIMENTO, PAIVA, 2007).

A literatura indica que o início e a manutenção do consumo de substâncias psicoativas por mulheres associam-se a diversas situações de vulnerabilidade, tais como maior sensibilidade metabólica aos efeitos do álcool, abuso sexual, estigma social, desigualdades relacionadas ao gênero, questões relacionadas à estética, expectativa de redução e de controle de peso (SOUZA, 2005; CESAR, 2006; OLIVEIRA, PAIVA, 2007; LINDSAY et al., 2012). A concepção de vulnerabilidade permite uma ampliação acerca da compreensão do fenômeno uma vez

que o adoecimento é analisado pelo prisma individual, coletivo e contextual. Estas dimensões, “acarretam maior suscetibilidade a infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos” (Ayres et al., 2003, p.127)

A abordagem de situações de vulnerabilidades requer a análise de dimensões individuais, sociais e programáticas. Quanto à dimensão individual, faz-se necessária a compreensão da história de vida do indivíduo, assim como as concepções de mundo dos sujeitos envolvidos. A dimensão social diz respeito ao acesso à informação, assim como aos serviços de saúde, aos aspectos sociais e políticos. Os componentes programáticos referem-se à disponibilização de programas, políticas, formação de redes e a interação entre as autoridades competentes (SODELLI, 2010; OLIVEIRA, 2007). Para a atenção à saúde das mulheres, notoriamente aquelas com problemas decorrentes da experiência com o álcool e outras drogas, reconhece-se o desafio de uma abordagem que contemple as situações de vulnerabilidade e as especificidades de gênero (MARSH et al., 2004; OLIVEIRA e PAIVA, 2007).

A despeito da atual expansão do número de mulheres envolvidas com o consumo de álcool e outras drogas, ainda são escassas as pesquisas sobre esse fenômeno. Consequentemente, os serviços especializados na atenção a pessoas usuárias de substâncias psicoativas são ainda pouco sensíveis às diferenças de gênero nas suas dimensões fisiológicas e psicossociais (WOLLE e ZILBERMAN, 2011).

O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência de uma intervenção para atenção às mulheres assistidas em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Buscou-se, a partir de

uma intervenção planejada para a abordagem das especificidades das necessidades de mulheres envolvidas com o consumo de álcool e outras drogas, identificar fatores de vulnerabilidade relacionados às suas experiências.

METODOLOGIA

Realizou-se, no período de fevereiro a dezembro de 2015, o projeto de extensão “Conversa entre mulheres: uma ação educativa em saúde para atenção ao consumo de substâncias psicoativas” no contexto de um CAPS AD localizado em um município baiano. Como estratégia metodológica, partiu-se da observação sistemática do cotidiano do serviço, que permitiu identificar as principais ações desenvolvidas pela equipe e possíveis temas para a primeira intervenção com as mulheres em tratamento no serviço.

A intervenção foi realizada com periodicidade semanal, aberta à participação voluntária de mulheres usuárias de substâncias psicoativas ou cuidadoras de usuários (as) de drogas lícitas/ilícitas. Na condução da intervenção, adotou-se uma abordagem usuário-centrada, incorporando metodologias participativas, de forma a favorecer a autonomia das mulheres participantes e o seu protagonismo na produção compartilhada de conhecimento sobre a experiência com as drogas e as possibilidades de cuidado na rede de atenção à saúde.

Ao longo do desenvolvimento do projeto de extensão, foram realizados 28 encontros, envolvendo a participação de um total de quatorze mulheres. Para cada encontro, foram elaborados, semanalmente, roteiros de intervenção a partir da definição de temas emergentes da escuta das experiências compartilhadas pelas mulheres. A intervenção foi estruturada em três momentos: recepção/acolhimento, desenvolvimento e encerramento. A despeito do

planejamento prévio do roteiro de cada encontro, este se caracterizou como um elemento norteador, sendo adequado às demandas trazidas pelas mulheres.

Para fins de registro sistemático das intervenções e posterior análise da experiência, utilizou-se o diário de campo. A análise dos dados contempla a descrição de situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas mulheres participantes da intervenção e dos desafios para a atenção às suas necessidades de saúde no contexto do CAPS AD.

VULNERABILIDADES ASSOCIADAS AO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

A análise dos dados produzidos por meio da observação participante e registro em diários de campo possibilitou a identificação de situações de vulnerabilidade individual, social e programática vivenciadas pelas mulheres assistidas no CAPS AD. No que concerne às substâncias psicoativas, o álcool desponta como aquela de principal consumo entre as mulheres participantes do grupo, dado que converge com os dados epidemiológicos do país (LARANJEIRA, 2013).

Em relação às situações de vulnerabilidade individual, as mulheres participantes das intervenções mencionaram o abandono de companheiros como um importante fator para o início e/ou agravamento do consumo de substâncias psicoativas. Ressalta-se ainda que os impactos na saúde mental como a depressão, ansiedade, transtorno bipolar, e transtornos alimentares são fatores de vulnerabilidade associados ao uso de álcool e outras drogas (CÉSAR, 2006; YAMAGUCHI, et al., 2008; OLIVEIRA, PAIVA, VALENTE, 2007). O sofrimento psíquico também foi referenciado como importante fator de agravamento para o consumo, algumas participantes relataram que em situações em que se sentiam deprimidas ou ansiosas recor-

riam ao uso da substância como forma de alívio de seus sofrimentos.

Nas narrativas registradas, percebeu-se uma relação entre o consumo de substâncias e situações que trazem risco à saúde, como overdose, comas alcoólicas, desmaios sem outras causas aparentes. Além destas patologias, ressalta-se a exposição recorrente ao vírus HIV/AIDS devido às práticas sexuais com parceiros diversos para aquisição ou não da substância de consumo, sem o uso de preservativos. Neste sentido, a literatura aponta este, como um fator que precisa ser considerado (SANTORO & LOPES, 2013; NAPOLI et al., 2010; SANCHEZ et al., 2013 OLIVEIRA & PAIVA 2007).

Na dimensão social, algumas narrativas retratavam a falta de condição financeira mínima das famílias biológicas. Esta circunstância foi apontada como motivo de adoção de algumas mulheres durante sua infância. Determinadas mulheres elaboraram bem esta situação, no entanto outras vivenciaram diversos sofrimentos ou situações de abuso em suas novas famílias.

Segundo Silva (2005), as mulheres que têm experiência com substâncias psicoativas são vítimas de um visível estigma social. Tal situação as expõe a situações de desarranjos familiares, abandono, além de vivenciarem sentimentos de culpa. As mulheres participantes do projeto relatam que os maus tratos se constituem em uma das situações abordadas de modo recorrente pelas mulheres participantes da intervenção. Estes vão desde olhares discriminatórios à violência física, ocorrendo na sociedade, nos serviços públicos e no contexto familiar. No âmbito familiar, percebem-se situações de conflitos vivenciadas que resultaram em agressões verbais e físicas. Notou-se, ainda, a intensa vigilância por familiares por receio de episódios de recaídas, resultando na supressão da autonomia da maioria das mulheres. De forma

paralela, observou-se a constante culpabilização pela situação de dependência.

O uso de álcool e outras drogas entre familiares mostrou-se como uma das situações que as mulheres tinham em comum, acarretando para estas tanto preocupações quanto participação no cuidado do familiar usuário. Nesta perspectiva, percebe-se que a mulher que faz uso de substâncias psicoativas continua a desenvolver papéis que lhes são social e culturalmente atribuídos como o cuidado com seus pais, filhos, netos, irmãos, organização e manutenção da casa. Esta evidência contraria preconceito e exclusão social vivenciado pelas mulheres com experiências no uso de álcool e outras drogas, uma vez que estas são consideradas como inábeis para desempenhar tais funções (HOCHGRAF E BRASILIANO, 2004; OLIVEIRA, 2015).

Se, por um lado, essa circunstância remete para certa autonomia da mulher pela continuidade do desempenho de responsabilidades que lhes são socialmente atribuídas, por outro lado, revela uma condição de vulnerabilidade. O papel exercido por essas mulheres no cuidado a outras pessoas da família, inclusive daqueles que também fazem uso de substâncias psicoativas, pode, por vezes, comprometer o próprio cuidado à sua saúde.

Enquanto fatores de vulnerabilidade programática notou-se a pouca sensibilidade dos projetos terapêuticos no CAPS AD às especificidades das demandas e das vulnerabilidades individuais e sociais das mulheres assistidas. Percebe-se ainda que, por vezes, os juízos de valor e os estigmas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas por mulheres estão presentes nas intervenções profissionais. A literatura indica que a pouca sensibilidade entre os profissionais que exercem o cuidado tem se constituído como barreira para o acesso e adesão ao tratamento, apontando para

a necessidade de repensar as práticas e aperfeiçoamento profissional (OLIVEIRA; MACCALLUN; COSTA, 2010).

Algumas mulheres descrevem experiências que indicam certo reforço do estigma social no serviço, o que pode ocorrer por meio de olhares, comentários ou práticas. Essas circunstâncias apontam para a necessidade de um maior investimento na qualificação dos profissionais do serviço, visando atender às necessidades de acolhimento e escuta dos usuários do CAPS AD. Nesse sentido, reconhece-se a importância de repensar o serviço e suas práticas de modo a torná-lo um espaço de discussão e desconstrução de diferentes estigmas.

ATENÇÃO ÀS MULHERES ASSISTIDAS NO CAPS AD

No que tange à atenção às mulheres assistidas no CAPS AD, podem-se perceber diferentes questões relacionadas à adesão e ao vínculo. Nas primeiras semanas do projeto de extensão, observou-se que as participantes chegavam ao grupo “Conversa entre Mulheres” com a expectativa de ouvir uma palestra. No entanto, com o decorrer das atividades, elas perceberam que não se tratava de uma palestra, mas de um espaço de construção coletiva e de compartilhamento de experiências. Essa percepção gradativa possibilitou uma apropriação da proposta metodológica do grupo, de modo que quando uma mulher que nunca havia participado da atividade se aproximava, as participantes mais antigas auxiliavam a equipe condutora na explicação da proposta.

A busca ativa se constituiu como uma importante ferramenta para o acompanhamento das mulheres durante a execução do “Conversa entre Mulheres” e o fortalecimento de sua adesão ao grupo. A princípio, esta estratégia foi adotada como meio de divulgação da atividade para as mulheres cadastradas no serviço. Posteriormente,

percebeu-se que esta poderia ser utilizada sistematicamente para acompanhamento das mulheres, principalmente das que se ausentavam dos encontros, no sentido de valorização de sua presença no grupo e no serviço. A adoção desta estratégia foi muito bem aceita e avaliada pelas mulheres como relevante para a continuidade do seu tratamento.

Ao longo de oito meses de desenvolvimento do “Conversa entre Mulheres” no CAPS AD, observou-se um aumento significativo da participação das mulheres no grupo, com estas interagindo ativamente com as atividades propostas, com as demais integrantes e as mediadoras do grupo. Proporcionalmente ao aumento da participação das mulheres no grupo, percebeu-se o estreitamento dos vínculos e do cuidado mútuo. Entende-se que esses laços de amizade são importantes para a criação de sentidos e sentimentos de pertencimento a um grupo, favorecendo a adesão ao tratamento no serviço, motivo pelo qual se buscou fomentá-los no contexto da intervenção.

Por meio do acolhimento e da escuta proporcionados pelo projeto, as mulheres expressaram ser o “Conversa entre Mulheres” um importante espaço de compartilhamento de experiências, amenização de ansiedades e melhoria da autoestima. As rodas de conversa mobilizavam as mulheres, proporcionando uma profunda reflexão acerca do tema trabalhado. Muitas vezes, a reflexão emergente em um encontro se estendia pelos dias subsequentes e eram retomadas espontaneamente pelas participantes no encontro seguinte.

Outro aspecto relevante foi o aumento do protagonismo das participantes. Houve rodas em que as intervenções feitas pela equipe do projeto foram mínimas na condução das reflexões, uma vez que as mulheres assumiram a função de mediadoras

da própria discussão, além de sugerirem atividades para o encontro seguinte. Esse aumento da autonomia também se refletia em suas vidas diárias.

Temas como autoestima, autoimagem, heteroimagem, questões relacionadas ao ganho de peso associado ao uso de medicamentos foram recorrentes durante os encontros. As mulheres mencionaram o uso de substâncias psicoativas como meio de manutenção ou perda de peso. Esta constatação é reportada pela literatura nacional (BORGES et al, 2006). Diante desta associação feita pelas participantes do grupo, considera-se de extrema relevância incluir no projeto terapêutico assuntos como autoimagem, transtornos relacionados à alimentação e aos efeitos colaterais de medicamentos psiquiátricos, o que pode favorecer a adesão ao tratamento.

A literatura vem demonstrando uma maior adesão ao tratamento após a criação de um espaço específico de tratamento que considere as especificidades de gênero (MARSH et al, 2004; BRASILIANO, 2001; CESAR, 2006). Nessa direção, as mulheres demandam a manutenção de um espaço no CAPS AD que considere as especificidades de gênero, uma vez que se sentem mais a vontade para o compartilhamento de experiências e a abordagem de determinadas questões oriundas do universo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Conversa entre Mulheres” possibilitou uma vivência no acompanhamento

de mulheres com experiência direta e indireta do consumo de álcool e outras drogas. As rodas de conversas proporcionaram o compartilhamento e experiências e favoreceram a reflexão de assuntos relevantes para o tratamento das mulheres participantes da intervenção, assim como a identificação das vulnerabilidades nas dimensões individuais, sociais e programáticas.

No entanto, reconhece-se a complexidade da temática do uso de álcool e outras drogas entre mulheres e admite-se a necessidade de aprofundar e difundir a discussão nos diferentes segmentos da sociedade com o objetivo de desconstruir os estigmas sociais vivenciados pelas mulheres com experiência com o consumo de drogas. O aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos no cuidado das mulheres torna-se imprescindível nesse processo.

Nessa perspectiva, percebe-se a relevância do fortalecimento da atenção ofertada a essa população, tanto no campo da saúde quanto da assistência social. No campo saúde, reconhece-se a importância de um maior investimento em estratégias de cuidado como a busca ativa, a escuta sensível, o acolhimento livre de julgamentos morais. Ressalta-se, ainda, a relevância de uma maior articulação entre os serviços de saúde e outros dispositivos sociais, uma vez que as vulnerabilidades sociais estão presentes nas situações vivenciadas pelas participantes do projeto.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al., O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.) Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.p.117-39.

ALVES, Vânia Sampaio. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, Nov. 2009.

Borges NJBG, Sicchieri JMF, Ribeiro RPP. Transtornos alimentares - quadro clínico. Medicina . 2006 Jul-Set [acesso 2011 Dez 02]; 39(3):340-8.

CARLINI, Elisaldo Araújo; et al. I Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo Envolvendo as 107 Maiores Cidades do País – 2001. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados preliminares. J. bras. psiquiatr., Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 208-211, 2006

GALDURÓZ, José Carlos Fernandes. et al. V Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras – 2004 – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, 398p. 2005.

GOMES, Katia Varela. A Dependência Química em Mulheres: figurações de um sintoma partilhado. São Paulo, 2010, 226p. Tese de Doutorado. Programa de Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

HOCHGRAF, Patrícia Brunfentrinker; BRASILIANO, Silvia. Mulheres e substâncias psicoativas. In: SEIBEL, Sérgio D. Dependência de drogas. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

Laranjeira R, Madruga CS, Pinsky I, Caetano R, Ribeiro M, Mitsuhiro S. II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas - Consumo de Álcool no Brasil: Tendências entre 2006/2012. São Paulo: INPAD; 2013 [acesso em 3 abril 2017].

LINDSAY, Anne R. et al. A gender-specific approach to improving substance abuse treatment for women: The Healthy Steps to Freedom program. Journal of Substance Abuse Treatment 2012. vol. 43, p.61–69.

MARSH, Jeanne C. et al. (2004) .Gender differences in the impact of comprehensive services in substance abuse treatment. Journal of Substance Abuse Treatment, 2004. vol.27 p. 289–300.

NÓBREGA, Maria do Perpétuo S. S.; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa. Rev. Saúde Pública, v. 39, n. 5, p.816-23, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n5/26304.pdf>> Acesso em 24 mai 2014.

OLIVEIRA, Daiane Santos. Vivências e enfrentamentos de mulheres que usam drogas no exercício da maternidade, 2015, 187p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos. Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p.625-631, Dec. 2007.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila Leal Motta. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero, Ciência& Saúde Coletiva, v. 11, n.2, p.473-481, 2006.

SODELLI, Marcelo. A noção de vulnerabilidade na prevenção ao uso nocivo de drogas. In: SODELLI, Marcelo. Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista as ações redutoras de vulnerabilidade. São Paulo: Iglu, 2010. p. 73-86

UNODC. Relatório Mundial sobre Drogas 2015: resumo executivo. Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr2015/>. Acesso em: 12 de outubro. 2015.

WOLLE, C.C.; ZILBERMAN, M.L.. Mulheres. IN: DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo (Org.). Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artemed, 2011.

YAMAGUCHI, Eduardo Tsuyoshi; et al. Drogas de abuso e gravidez. Rev. Psiqu. Clínica, v. 35, n. supl. 1, p. 44-47, 2008. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol35/s1/pdf/44.pdf>> Acesso em 24 maio 2015

EXPERIENCIANDO A ARTICULAÇÃO DO TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ASSOCIADA À ATIVIDADE DE MONITORIA

EXPERIENCING THE RELATION OF TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION ASSOCIATE OF MONITORING ACTIVITY

Luiz Henrique Silva Mota

Graduando em Medicina - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. lhsmota@live.com

Ana Lúcia Moreno Amor

Docente Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. ana_amor@ufrb.edu.br

Resumo

A Monitoria de Ensino é uma experiência indispensável para estudantes de graduação. Além de contribuir com o enriquecimento e agregação de saberes teóricos e práticos do monitor pode direcioná-lo para iniciação à docência, proporcionando a este a experiência necessária para gerar o diferencial no campo científico e profissional. Este trabalho relata uma experiência vivenciada na monitoria do componente curricular Parasitologia Humana da área da saúde, nos períodos letivos de 2014.1, 2014.2 e 2015.1, abordando o processo de desenvolvimento do ensino e a aprendizagem, suscitando a discussão da articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão. O monitor foi responsável por realizar atividades com estudantes de graduação na área de saúde, proporcionando um aperfeiçoamento teórico e prático mútuo, bem como acompanhar ações de extensão desenvolvidas no componente curricular, como por exemplo, fábulas com temas em parasitologia e feira de saúde. Este relato reflete o protagonismo discente do monitor no processo de ensino-aprendizagem e a arquitetura curricular dos cursos de saúde da Instituição de ensino superior do mesmo. De certo, a monitoria de ensino é fundamental para crescimento do discente, além de fornecer suporte pedagógico e prático para o(a) docente.

Palavras-chave: Extensão universitária. Educação. Monitor acadêmico.

Abstract

Teaching monitoring is an indispensable experience for undergraduate students. In addition to contributing to the enrichment and aggregation of theoretical and practical knowledge of the monitor can direct him to begin teaching, providing him with the necessary experience to generate the differential in the scientific and professional field. This paper reports a lived experience in the monitoring of the Human Parasitology curricular component of the health area, in the academic periods of 2014.1, 2014.2 and 2015.1, addressing the process of development of teaching and learning, provoking the discussion of the articulation between teaching, research and extension. The monitor was responsible for carrying out activities with undergraduate students in the health area, providing a theoretical and practical improvement in mutual, as well as accompanying extension actions developed in the curricular component, such as fables with themes in parasitology and health fair. This report reflects the student's leading role in the teaching-learning process and the curricular architecture of the institution's higher education courses. Of course, teaching monitoring is critical to student growth, as well as providing pedagogical and practical support for the teacher.

Keywords: University Extension. Education. Teaching assistant.

INTRODUÇÃO

A monitoria é uma atividade realizada para desenvolver habilidades relacionadas à docência. Nesse ambiente aproveita-se para adquirir, atualizar e revisar conhecimentos na área de interesse, além de contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes monitorados. Entretanto, esta atividade também pode ser considerada como um instrumento facilitador para o desenvolvimento teórico-prático, com atuação no aprimoramento das habilidades técnicas e no aprofundamento teórico, visando ao aperfeiçoamento acadêmico (LINS et al., 2009; MATOSO, 2014).

O graduando que se insere no programa de monitoria acadêmica experimenta neste ambiente momentos extasiantes e os primeiros dissabores da docência no ensino superior. De certo, o fato de estar em contato direto com estudantes, também na condição de acadêmico, propicia situações inusitadas que vão desde contentamento de contribuir pedagogicamente com o aprendizado de alguns até a momentânea desilusão, em situações que, determinadas condutas ternam-se inconvenientes e desestimuladoras (LINS et al., 2009). Ademais, a monitoria oportuniza o monitor o aprofundamento e revisão dos assuntos anteriormente aprendidos, discutindo-os sob a visão dos demais discentes possibilitando à aproximação na atividade docente (SOUZA & FERNANDES, 2016).

O Programa de Monitoria Acadêmica foi instituído na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com base no Art. 84 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) por meio da Resolução 007/2008, de 03 de abril de 2008 (BRASIL, 2008), do Conselho Acadêmico, sendo considerado como uma modalidade de ensino e aprendizagem, vinculada às necessidades de formação acadêmica do aluno de

graduação. Nesse aspecto, o Programa de Monitoria da UFRB tem como objetivo oportunizar ao discente a iniciação na atividade de docência, despertando o interesse pela carreira, auxiliando os professores orientadores no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas, de forma complementar na adoção da interdisciplinaridade como princípio epistemológico da Instituição e permitindo ao estudante ampliar seu conhecimento na área em que está envolvido.

Cabe destacar que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o pilar de sustentação da Educação Superior é composto essencialmente pelo tripé educacional: Ensino, Pesquisa e Extensão. Nessa perspectiva, é relevante a utilização desses três pilares da Educação Superior com o objetivo de solidificar a formação não apenas no sentido de "transmitir" o conhecimento através do ensino, mas de levar o discente à construção deste conhecimento promovendo uma integração entre a universidade e a comunidade externa por meio da extensão e favorecer o estímulo à vertente investigativa do discente por meio da pesquisa e por fim despertar no discente, atuante no programa de monitoria, a essência do ser docente e desenvolver habilidades que os auxiliem, caso optem por lecionar no futuro profissional (TAVARES et al., 2007).

Dessa forma, o presente trabalho objetivou relatar uma experiência em monitoria de ensino, reiterando a indispensabilidade desse tipo de programa no ambiente acadêmico para o aperfeiçoamento no processo de desenvolvimento do ensino atrelado a um melhor aprendizado e bem como, promover a discussão da articulação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão associados as atividades de monitoria no componente curricular Parasitologia Humana ofertada para cursos da área de saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, gerado a partir da sistematização de vivências, de relatórios confeccionados e de discussões temáticas em reuniões realizadas no Programa de Monitoria voluntária do componente curricular Parasitologia Humana. Abrange atividades desenvolvidas por três semestres letivos (2014.1, 2014.2 e 2015.1), para os cursos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Enfermagem, Medicina e Nutrição do Centro de Ciências da Saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS / UFRB) (Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil).

Este trabalho descreve a experiência da monitoria e das aprendizagens proporcionadas ao monitor, docente orientador e estudantes monitorados, propondo uma reflexão acerca do alcance da articulação de uma atividade de ensino (a monitoria) com a pesquisa e a extensão universitária.

O componente curricular Parasitologia Humana, inserido na área de Ciências Básicas da Saúde, possui 68 horas de carga horária semestral e mescla conteúdos teóricos e práticos. Tem como objetivo formar sujeitos que compreendam os múltiplos aspectos implicados na fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e prevenção das infecções parasitárias de maior prevalência no Brasil, bem como, suas interações com os fatores ambientais, socioeconômicos e antropológicos que estão intrinsecamente ligados as particularidades e especificidades de cada indivíduo.

A carga horária semanal da monitoria relatada foi de 8 horas para cada período letivo, com 4 horas distribuídas para aulas práticas em laboratório, 2 horas de participação em aulas teóricas e 2 horas disponíveis para demanda espontânea dos monitorados. Além do auxílio em aulas, o monitor colaborou também junto com os estudan-

tes matriculados no desenvolvimento de atividades lúdicas, no formato de teatro infanto-juvenil (fábulas), na perspectiva de educar para saúde, sendo trabalhadas em comunidades escolares associadas a uma Feira de Saúde, na qual foram abordadas as parasitoses intestinais, vetores e ectoparasitos, medidas profiláticas para controle e combate destes.

APRESENTANDO E DISCUTINDO A EXPERIÊNCIA

A docente supervisora tem papel fundamental no planejamento semestral do componente Parasitologia Humana no CCS/UFRB, atuando na organização, coordenação e orientação das atividades de monitoria. A autonomia atribuída ao monitor neste processo foi indispensável para a evolução do mesmo no programa de monitoria objeto deste relato. Nessa perspectiva, as discussões temáticas realizadas para supervisão das atividades do monitor foram essenciais para a problematização dos eventos ocorridos no processo ensino-aprendizagem. Contudo, houve situações em que a resolutividade estavam para além das competências do monitor, nesses casos as demandas foram encaminhadas para a docente. Os encontros do estudante monitor com os estudantes monitorados proporcionaram também o estreitamento do vínculo na relação monitor – orientadora.

Ao auxiliar no processo didático – pedagógico do componente curricular o monitor acadêmico se torna importante instrumento, pois ao assessorar se responsabiliza também no aprendizado discente juntamente com o profissional docente. As atividades desenvolvidas pelo monitor podem ser distintas, a depender, das propriedades inerentes ao componente curricular, do docente responsável e da área do conhecimento (Saúde, Humanas, Exatas, Licencia-

tura e outras). Estas variabilidades na operacionalização das atividades de monitoria estão associadas a múltiplos fatores, sendo primado, a demanda gerada a partir da busca dos discentes para utilização das atividades de monitoria. As particularidades individuais dos estudantes monitorados e do coletivo direcionam a conduta e as práticas de ensino na monitoria, bem como, o êxito do monitor no proposto inicial do objetivo do Programa de Monitoria do componente curricular, deve-se desprender de se restringir ou de ser restringido à funções de ensino (VIEIRA et al., 2016).

Em linhas gerais, algumas características próprias de cada componente curricular podem interferir nas diversas formas de atuação do monitor, e, a depender das metodologias de trabalho utilizadas pode-se haver um direcionamento diferenciado das atividades de monitoria associado ao dinamismo do conteúdo programático.

As atividades desenvolvidas no componente curricular Parasitologia Humana se debruçaram, em sua maioria, na parte prática deste em consequência da alta demanda de esclarecimentos para conteúdos práticos, contudo, vale salientar que a participação do monitor também nas aulas teóricas foi de fundamental importância para reiterar a condição de participante ativo do processo ensino-aprendizagem juntamente com os demais estudantes horizontalizando o conhecimento e fortalecendo o vínculo dos envolvidos.

No período de desenvolvimento desta atividade de monitoria, foram realizadas orientações para apresentação de seminários e discussão de artigos, onde pequenos grupos foram formados espontaneamente por afinidade devido a heterogeneidade das turmas que eram compostas por discentes de cursos variados. Em alguns momentos, os estudantes monitorados solicitavam pequenos encontros para esclarecimentos

dos conteúdos anteriormente trabalhados em sala de aula. Isso ocorria devido a dispersão dos estudantes por esgotamento cognitivo associado a densidade elevada dos assuntos trabalhados, por dificuldades de concentração e/ou aprendizagem. Na tentativa de suprir essa carência eram realizados encontros para discutir os temas de forma mais concisas e objetivas utilizando de abordagens particularizadas considerando as potencialidades e individualidades de cada estudante. Conseqüentemente eram sugeridas fontes bibliográficas complementares com objetivo de incentivar na busca ativa da aproximação e produção do saber.

A participação no programa de monitoria por três semestres consecutivos foi fundamental para evidenciar as singularidades inerentes de cada período letivo. Perceber que algumas inovações e aprimoramentos aplicados no componente curricular Parasitologia Humana foram produtos de sugestões realizadas durante o curso do mesmo no semestre anterior foi de grande relevância para o reconhecimento do papel do monitor para este componente. As alterações feitas a partir das considerações realizadas processualmente e mesmo que pontuais contribuíram positivamente para a enriquecimento do componente. Foram consideradas modificações na sequência dos assuntos, adiantamento de temas mais densos e de difícil aprendizado para o início do semestre, ponderações sobre métodos avaliativos e inserção de novos temas de estudos.

As mudanças provocadas enquanto monitor e facilitador do aprendizado foram potencialmente percebidas no início do semestre subsequente, pois, o anterior servia como parâmetro para a identificação das dificuldades e potencialidades do estudante. Dentre os protagonistas desse desafio, a docente possuiu papel essencial

ao incentivar a participação de discentes na monitoria de ensino destacando a importância desta atividade para aprofundar o conhecimento na área de estudo e reforçar os saberes obtidos ao longo da jornada acadêmica. Além disso, atuou cotidianamente estimulando o estudante monitor a dedicar-se no desenvolvimento de novas práticas de ensino-aprendizagem a serem utilizadas na abordagem pedagógica com os educandos “(re)pensando” as previamente abordadas.

A experiência mostra que é preciso planejamento para que o monitor possa integrar diferentes tipos de atividades que incrementem o arcabouço teórico-prático e fortaleça a sua relação com a comunidade interna e externa, uma vez que, essas ações para além da formação profissional irão contribuir para o aperfeiçoamento das relações interpessoais e para difusão do conhecimento científico para a comunidade.

Para o componente curricular Parasitologia Humana, a participação do monitor contemplou todos os espaços acadêmicos, debruçando-se majoritariamente na execução de atividades que articulassem o ensino, a pesquisa e a extensão, em todo caso, cabe reiterar que a atividade de monitoria está intrinsecamente ligada ao pilar Ensino.

A monitoria é um programa acadêmico-universitário de incentivo, aprofundamento e aperfeiçoamento da aprendizagem para a prática docente no Ensino Superior. Por sua execução ser em instituições de ensino superior, seu caráter científico e prática contempla as modalidades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, contribuindo significativamente na formação de docentes para atuarem no ensino superior (DIAS, 2012).

Nesse contexto, logo após a inserção primária do discente no programa de monito-

ria do componente curricular Parasitologia Humana, o mesmo passou a integrar um grupo de estudos na mesma linha temática (Grupo de Estudos em Parasitologia Humana), se debruçando concomitantemente na elaboração e execução de atividades de pesquisa na comunidade interna e externa. Deste modo, este foi o passo primordial para a criação do elo entre as atividades acadêmicas destacadas pelo tripé educacional. Em consequência disso quaisquer atividades desenvolvidas pelo estudante monitor, pesquisador e extensionista sob orientação da docente supervisora estariam harmonicamente justapostas. Assim sendo, a inclusão do estudante no projeto de pesquisa de mesma área temática da monitoria favoreceu a contextualização das iniquidades em saúde e a aproximação deste com a realidade vivenciada na comunidade, gerando discussões que foram significativas para a produção de reflexões acerca dos constructos teóricos previamente apreendidos e contrastando-os com a realidade local dos sujeitos.

O dinamismo desse ambiente de vivências refletiu na relação entre os atores envolvidos na monitoria de ensino proporcionando ao discente o desenvolvimento de competências e habilidades sociais e humanas que são essenciais para o amadurecimento do estudante na área pessoal, acadêmica e profissional. Enfatiza-se que as inúmeras transformações advindas com a participação do estudante nas atividades de pesquisa associado a inserção paralela nos múltiplos espaços acadêmicos evidencia a importância do envolvimento desses nas atividades acadêmicas realizadas conjuntamente e na mesma área do conhecimento. Nesse sentido, numerosos saberes e conhecimentos obtidos com a pesquisa durante a imersão na comunidade foram somadas as práticas de ensino no programa de monitoria.

O desenvolvimento de atividades extensionistas voltadas à educação para saúde é de extrema importância para os educandos e para os demais envolvidos (CARVALHO et al., 2003). Este tipo de atividade materializa uma das premissas da Educação Superior operacionalizando o papel da universidade voltada à comunidade. Nesse aspecto, o componente curricular Parasitologia Humana trabalha na formação de multiplicadores de conhecimento em doenças parasitárias e no controle e combate a parasitos e vetores, a partir dos usos de metodologias ativas diversas, como por exemplo, a confecção e execução de atividades em comunidade escolar, como as “Fábulas em Parasitologia” associada a realização de uma Feira de Saúde. Esta atividade lúdica, inserida neste relato, abordou aspectos morfológicos e fisiopatológicos das parasitoses trabalhadas numa linguagem coloquial associada à linguagem científica de maneira a explorar o imaginário dos atores e espectadores envolvidos nesta ação. As Fábulas com temas em Parasitologia proporcionaram aos estudantes a oportunidade de difundir e pôr em prática os saberes aprendidos durante o percurso no componente curricular. Paralelo à apresentação da fábula, a realização da “Feira de Saúde” proporcionou à comunidade visualização dos parasitos e vetores (trabalhados na atividade lúdica) em microscópios ópticos, lupas e/ou em reservatório com conservante, e aos estudantes e monitor a realização de orientações individuais e a entrega de cartilhas educativas contendo medidas profiláticas, combate e/ou minimização das infecções parasitárias.

A Feira de Saúde e as fábulas com temas em Parasitologia se apresentaram como ações extensionistas articuladas à uma monitoria de ensino e promoveram uma aprendizagem que procurou aproximar o estudo teórico, aulas práticas, contato com

a comunidade e desenvolvimento de habilidades e competências específicas na integração do aprendizado.

A realização da “Fábula em Parasitologia” se tornou indispensável para o componente curricular tanto como estratégia avaliativa como para a articulação da tríade ensino, pesquisa e extensão. A execução dessas atividades acaba por gerar no estudante e envolvidos um sentimento de responsabilidade social, formando consequentemente potenciais profissionais de saúde multiplicadores de conhecimento para a atuação em várias frentes para educar para saúde. Neste aspecto, foi importante para o monitor desenvolver atividades que relacionassem a pesquisa e extensão com a atividade de monitoria, caracteristicamente inclusa no eixo Ensino, contribuindo com o enriquecimento das atividades didáticos-pedagógicas e agregando na formação acadêmica e profissional.

Certamente, o projeto de monitoria promove uma melhoria do ensino tanto para o monitor como para o estudante monitorado, uma vez que ambos acabam por expressar suas dúvidas, dificuldades e conhecimentos, aperfeiçoando o potencial acadêmico de cada um (MARQUES et al., 2009). Como resultado, a monitoria desperta o indivíduo para as áreas que mais lhe interessam. Os ensinamentos adquiridos junto ao professor orientador e aos estudantes monitorados integram-se à carga intelectual e social do estudante monitor, revelando-lhe novos horizontes e perspectivas acadêmicas. Acredita-se que o laboratório vivido na monitoria serve para despertar vocações ou para prevenir erros futuros (VICENZI et al., 2016).

Em linhas gerais, aproveitar as oportunidades lançadas no ambiente acadêmico, seja no âmbito da pesquisa, ensino ou na extensão é sempre um desafio e requer muito comprometimento e responsabilidade

principalmente quando essas atividades são propostas conjuntamente. Ao escolher desenvolver atividades de monitoria acadêmica, dentro dessas condições, o discente deve se permitir explorar os espaços para além planejado, essas perspectivas são ampliadas quando há associação de atividades que transcendem as demarcações físicas da sala de aula. Desta maneira, o papel do discente monitor neste processo é de facilitar as relações de ensino-aprendizagem do estudante e para isso é necessário ter domínio sob o conteúdo trabalhado e/ou determinação quando este for insuficiente para atuar na busca ativa de novos saberes (NATÁRIO & SANTOS, 2010).

Entretanto a oportunidade e o entusiasmo em repetir a monitoria no mesmo componente curricular sob várias abordagens, para várias turmas e por semestres subsequentes, contribuiu positivamente para o senso crítico e reflexivo do monitor, para o seu enriquecimento curricular, e para a formação enquanto futuro profissional, tornando-o claramente mais bem preparado para lidar com as adversidades do cotidiano. Cabe destacar que o estreitamento das relações profissionais com a docente e as abordagens horizontalizadas nas orientações desempenharam papel fundamental no sucesso da atividade de monitoria, a presteza, paciência e assertividade, foram características essenciais para a manutenção de uma boa relação professor-estudante e para o andamento da disciplina. Contudo, é importante salientar a necessidade de inserção de novos componentes curriculares no programa de monitoria para que os discentes explorem as múltiplas possibilidades de se inserirem neste contexto.

CONCLUSÃO

Este relato mostrou a potencialidade de uma prática acadêmica para a produção do conhecimento técnico-científico e a interação dialógica com a comunidade. As diversas atividades que foram desenvolvidas na monitoria da disciplina Parasitologia Humana foram essenciais para a articulação e fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, uma tríade essencial para a construção da Universidade e pensando para além da estrutura física, reforçando o papel dos diversos atores envolvidos. Para tal resultado foi imprescindível nesse processo o suporte pedagógico e prático de mão dupla (docente – monitor e monitor – docente) e a sensibilização do monitor enquanto agente facilitador corresponsável pela formação de cada discente monitorado. No desenvolvimento de suas atividades, o monitor se torna responsável em orientar, revisar, além de contribuir nas metodologias de aprendizado utilizadas pelo(a) docente responsável em atividades que se somam às aulas teórico-práticas e que, por consequência, proporcionam um aperfeiçoamento mútuo: para o monitor que é orientado a orientar e para o estudante monitorado que é estimulado a aprofundar e aperfeiçoar o método de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução 007/2008, de 03 de abril de 2008, do Conselho Acadêmico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) institui o Programa de Monitoria Acadêmica. Cruz das Almas, Bahia, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/prograd/documentos/category/27-programa-de-monitoria?download=107>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

CARVALHO, A.M.V.F.; DIAS-LIMA, A.G.; SANTOS, N.M.; SANTOS, M.B.; AMOR, A.L.M. Estratégias de educação participativa para o ensino da Parasitologia. In: Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Parasitologia, 2003, Rio de Janeiro, p.71 – 71.

DIAS, A.M.I. Ser professor (a) universitário (a): monitoria, política e programas institucionais de formação docente. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2088b.pdf> Acesso em: 30 mar 2017.

LINS, L.F.; FERREIRA, L.M.C.; FERRAZ, L.V.; CARVALHO, S.S.G. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor. In: JEPEX 2009, 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0147-1.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2017.

MARQUES, L.S. Monitoria na disciplina de parasitologia clínica relato de experiência. In: Anais de Congresso de Parasitologia, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/salao_ead_grad/salao2009/anais/graduacao/monitoria_na_disciplina_de_parasitologia_clinica_relato.pdf> Acesso em: 09 de mar. 2017.

MATOSO, L.M.L. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor: um relato de experiência. Revista Eletrônica da Escola da Saúde – CATUSSABA. 2014 Apr/Sept;3(2):77-83. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/catussaba/article/view/567>> Acesso em: 29 mar. 2017.

NATÁRIO, E.G.; SANTOS, A.A.A. Programa de monitores para o ensino superior. Estudos de Psicologia (Campinas), vol.27, n.3, 2010.

SOUSA, K.H.J.F.; FERNANDES, M.A. Vivência acadêmica com a docência no programa de monitoria em saúde mental. Revista Interdisciplinar, v.9, n.3, p.149-152, 2016. Disponível em: <<http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/618>> Acesso em: 13 jun. 2017.

TAVARES, D.M.S. et al. Interface ensino, pesquisa, extensão nos cursos de graduação da saúde na universidade federal do Triângulo Mineiro. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.15, n.6, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2017.

VICENZI, C.B. et al. A monitoria e seu papel no desenvolvimento da formação acadêmica.

Revista Ciência em Extensão, v.12, n.3, p.88-94, 2016. Disponível em: < http://200.145.6.204/index.php/revista_proex/article/view/1257/1254 > Acesso em: 14 jun. 2017.

VIEIRA, W.R.C.; SILVA, S.A.; SILVA, D.R.; SILVA, G.H.; STRINI, P.J.S.A.; BENETTI, E.J.; MATA, J.R.; REBELO, A.C.S. Reflexões acerca da monitoria acadêmica da disciplina de Anatomia Humana: uma oportunidade de aperfeiçoamento crítico intelectual. In: Anais do XIII CONPEEX - Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em: http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site11383/site/artigos/14_monitoria/14_monitoria.pdf. Acesso em 14 de junho de 2017.

BELEZA SEGURA: PRÁTICAS QUE AJUDAM NA PREVENÇÃO

SAFE BEAUTY PRACTICAL HELPING IN THE PREVENTION

Joselene Andrade Ribeiro de Brito

Graduanda de enfermagem no Centro Ciências da Saúde (CCS) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). andraderibeirodebrito.joselene@gmail.com

Silvaneide Gonçalves Santana Leite

Graduanda de enfermagem no CCS - UFRB. silvaneidegs@yahoo.com.br

Viviane de Souza Oliveira

Graduanda de enfermagem no CCS - UFRB. vivi.anesouza@hotmail.com

Maria da Conceição Costa Rivemales

Doutora em Enfermagem. Professora Adjunto II do CCS - UFRB. mariarivemales@ufrbedubr

Arlete Santos Correia Leite

Enfermeira. enfarlete@hotmail.com

Resumo

A exposição ocupacional dos profissionais de beleza vem aumentando a cada dia no cenário brasileiro. O HIV, a hepatite B, hepatite C e hepatite D, são as principais doenças as quais esses trabalhadores estão expostos. O estudo visa descrever a experiência de enfermeirandas na promoção à saúde dos profissionais de beleza e usuáries(os) desses serviços. Trata-se de um relato de experiência sobre o projeto de extensão desenvolvido no Estágio Supervisionado I do curso de Enfermagem, no período de maio a julho de 2016, em uma Unidade de Saúde da Família de Santo Antônio de Jesus/BA. Foi realizado encontros com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre a temática em questão e palestras com os usuários do serviço, além de entrega de folders e realização de testes rápidos para HIV/AIDS, Sífilis, Hepatite C e B. Também foram elaboradas e entregues cartilhas explicativas sobre as normas de Biossegurança para os estabelecimentos de beleza do bairro. Conclui-se que é de suma importância orientar a população sobre prevenção de doenças que trazem danos à saúde, destacando a importância da descoberta precoce dessas patologias uma vez que todas exceto a Hepatite C não possuem tratamento.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde do Trabalhador. Exposição a Agentes Biológicos. Doenças Transmissíveis.

Abstract

The occupational exposure of beauty professionals is increasing every day in the Brazilian scenario. HIV, hepatitis B, hepatitis C and hepatitis D are the major diseases these workers are exposed to. The study aims to describe the experience of nurses in the health promotion of beauty professionals and users of these services. This is an experience report about the extension project developed at the Supervised Internship I of the Nursing course, from May to July, 2016, at a Family Health Unit of Santo Antônio de Jesus / BA. Meetings were held with the Community Health Agents (ACS) on the subject matter and lectures with the users of the service, as well as the delivery of folders and rapid tests for HIV / AIDS, Syphilis, Hepatitis C and B. And handed out explanatory booklets on Biosafety standards for neighborhood beauty establishments. It is concluded that it is very important to guide the population on the prevention of diseases that bring damage to health, highlighting the importance of the early discovery of these pathologies since all but Hepatitis C have no treatment.

Keywords: Nursing. Occupational Health. Exposure to Biological Agents. Communicable Diseases.

INTRODUÇÃO

Devido a atual crise econômica no cenário brasileiro, o mercado de trabalho apresenta um aumento do índice do trabalho informal e a taxa de trabalhadores formais apresenta-se em declínio. Boa parte dos profissionais de beleza desenvolvem informalmente suas atividades laborais, e consequentemente, a exposição ocupacional desse grupo tem aumentado abruptamente a cada dia.

Com o grande número desses trabalhadores informais no mercado, há uma maior vulnerabilidade à exposição a sangue e outros fluidos corporais durante o desenvolvimento das atividades laborais (MELO; ISOLANI, 2011).

A informalidade laboral dos profissionais de beleza, dificulta a fiscalização sanitária dos estabelecimentos, seja em salão de beleza ou serviços prestados nas próprias residências. Tais profissionais desempenham atividades diretamente com a população, onde o contato direto com a pele aumenta em potencial o risco ocupacional de acidente ou incidente com agentes biológicos, caso as recomendações das normas regulamentadoras não sejam seguidas (MELO; ISOLANI, 2011).

Dentre as principais doenças que esses profissionais e usuários se expõem estão o HIV, a Hepatite B, C e Sífilis. Vale ressaltar que a transmissão pode acontecer por meio dos instrumentais, de profissional para cliente, entre clientes e de cliente para profissional (DINIZ; MATTE, 2013).

Dessa forma, existe o risco de contaminação desses profissionais, caso as orientações das condutas pertinentes à legislação de Vigilância à Saúde e Normas de Biossegurança não forem seguidas, acarretando danos à saúde da população, e por sua vez, causando a transmissão do vírus da hepatite B e C, HIV/AIDS, onicomicoses e outros

(GHISI; SANTI, 2012).

Moreira et al (2013) ratificam que os profissionais de saúde e os que atuam na área de beleza/estética durante o exercício das suas atividades compartilham riscos de contágio por doenças. Assim, o uso de equipamento de proteção individual é necessário para a proteção do trabalhador e do cliente, evitando a transmissão de microrganismo entre ambos, bactérias, vírus, fungos e outros (Corteli, 2012).

A falta da adesão a medidas de Prevenção Padrão pelos profissionais pode resultar em exposição a material biológico, aumentando a chance de contaminação por micro-organismos potencialmente causadores de infecções, o que consequentemente acarreta danos à saúde, além de custos associados e o prejuízo social (GARBACCIO, OLIVEIRA, 2015).

Os profissionais da beleza, em sua maioria, têm deficiência no conhecimento acerca da utilização dos equipamentos de biossegurança, da desinfecção e esterilização do instrumental, pois, a quantidade necessária para utilização, acondicionamento, limpeza, embalagens, muitas vezes são precárias ou não existem (GARBACCIO, OLIVEIRA, 2013).

Quando os processos que envolvem a segurança do cliente como o reprocessamento dos materiais utilizados por outros clientes for frágil ou não existir, há grandes chances de ocorrerem agravos a saúde dos clientes e dos profissionais. Quando os materiais utilizados não são descartados ou não passarem por descontaminação após cada uso, podem se tornar veículos de agentes infecciosos (SCHWAAB et al, 2015).

Por outro lado, Os profissionais da beleza, durante procedimentos estéticos, podem acidentalmente se expor ao sangue de seus clientes, transmitir a sua própria infecção para eles, ou transmitir a infecção a partir de um cliente para outro (SOBRINHO et al, 2014)

O uso indiscriminado de materiais de beleza,

principalmente alicates de unhas e tesoura, destacam-se como principal transmissor do vírus da HB e HC. Estudos realizados em São Paulo revelaram que a incidência para HB entre manicures e barbeiros foi de 4,3 a 5,5% para a doença e em Feira de Santana-Bahia entre pacientes de instituições pública e privada 51,4% dos contaminados com HC tinha realizado compartilhamento de materiais de unha (MELO; ISOLANI, 2011).

A transmissão ocupacional pode ocorrer quando os profissionais da beleza sofrem ferimentos com instrumentos perfurocortantes com presença de sangue ou outros fluidos contaminados e/ou quando ocorre exposição das mucosas a esses fluidos. O risco médio de se infectar com o HIV após uma exposição percutânea a sangue contaminado é aproximadamente de 0,3%. Nos casos de exposição mucocutânea, esse risco é de aproximadamente 0,1%. Para o vírus da hepatite B, o risco médio após a exposição é de até 40% e para o vírus da hepatite C, de 1,8%, podendo variar de 1 a 10% (Moreira et al, 2013).

Gabaccio e Oliveira (2013), descreve que a hepatite é um inimigo dos salões de beleza, sendo necessário a higienização das mãos e utilização de luvas descartáveis durante os procedimentos e no momento de desinfecção e limpeza dos materiais utilizados, quando não descartáveis.

Segundo Benedito et al (2013), a hepatite B é a doença infectocontagiosa que mais causa morbidade e mortalidade no mundo, atingindo as classes de trabalhadores tanto na área de saúde, como em, estética e cosméticos. A hepatite B é uma infecção viral sistêmica que provoca inflamação e necrose das células hepáticas. Considerada um problema de saúde pública mundial, é o tipo mais grave de hepatite viral, podendo evoluir para a forma crônica caracterizada por lesão e inflamação hepática persistente, com risco aumentado para o desenvolvimento de cirrose e carcinoma hepatocelular (SMELTZER; BARE, 2009).

O vírus da Hepatite B (HBV) pode ser transmitido por via sexual, (sêmen e secreções vaginais),

por via parenteral, (através de objetos perfurocortantes contaminados) e por via vertical, de mãe para filho (MAIA; CRUVINEL, 2011). Considerando-se, a via parenteral de transmissão da doença, estudos mostram que qualquer sangramento, por menor que seja, pode levar a infecção, pois um volume de apenas 0,000025 ml de sangue já é suficiente para transmitir a doença (GARCIA; BLANK; 2007).

Portanto, o fato de tratar, pintar as unhas em estabelecimentos onde não são adotadas medidas de biossegurança antes, durante e após o procedimento estético, evidenciam o elevado risco de exposição ao HBV, uma vez que, durante a retirada de cutículas, possíveis sangramentos podem ocorrer provocados por lesões percutâneas acidentais, com consequente contaminação dos instrumentos utilizados (alicates de unha, tesouras, espátulas, entre outros). Se tais instrumentos forem compartilhados sem que tenham passado por um correto processo de limpeza e esterilização, estes poderão tornar-se veículos de transmissão do HBV. Sabe-se também que o vírus da hepatite B é altamente resistente, podendo sobreviver por até sete dias no sangue seco em temperatura ambiente. Além disso, sua infectividade é 100 vezes maior que o HIV e 10 vezes maior que o HCV (MELO; ISOLANI, 2011).

No ano de 2012 foi publicada a Lei 12.592, que reconhece o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. A lei recomenda que os profissionais destas áreas sigam as normas sanitárias, realizando a esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento aos seus clientes. Esta é a primeira lei federal que traz a obrigatoriedade da aplicação de normas sanitárias por profissionais da área de estética que estão diariamente expostos aos riscos biológicos e químicos, inerentes ao exercício da sua profissão (BRASIL, 2012).

A relevância do estudo está em sensibilizar os profissionais da beleza sobre o risco de contaminação de doenças transmissíveis em seu processo de trabalho, bem como a adoção das práticas

de biossegurança como medida preventiva aos riscos inerentes de suas atividades laborais, além da promoção à saúde da população que faz uso desses serviços.

É importante o conhecimento dos riscos e da vulnerabilidade inerentes durante o cuidado com a beleza e estética, naquelas situações onde não se segue corretamente as normas de biossegurança para o descarte, lavagem, esterilização e individualização dos materiais utilizados.

Nesse sentido, objetivou-se com este trabalho descrever a experiência de enfermeiras na promoção à saúde dos profissionais de beleza e usuárias(os) quanto aos riscos inerentes à exposição a agentes biológicos.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da vivência de discentes do curso de Enfermagem, na disciplina de Estágio Supervisionado I, em uma Unidade de Saúde da Família do município de Santo Antônio de Jesus/Bahia.

As atividades foram realizadas em três momentos específicos:

A) No primeiro momento realizamos um encontro com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) onde houve palestras sobre as doenças infecciosas e Normas de Biosegurança. Para a exposição da temática utilizou-se dinâmicas com o intuito de apreender o conhecimento que os ACS possuíam sobre o assunto e após realizou-se exposição dialogada com o uso do datashow e computador. O trabalho realizado com os ACS foi no intuito de capacitá-los para transmitir informações tanto para os profissionais de beleza - especificamente manicures, pedicures e cabeleiros, que trabalham em serviços de beleza (salões, barbearias, esmalterias) ou de forma autônoma -, quanto à comunidade da área adscrita à USF onde foi desenvolvido o estágio.

B) No segundo momento, realizamos palestras sobre a temática para os usuários da USF. Para

tanto, realizava-se exposição dialogada com cartazes na sala de espera e esclarecimento de dúvidas. Após essa etapa, era realizada a distribuição de folders, além de ser oferecido aos participantes à realização de teste rápido de hepatite B e C, Sífilis e hiv/AIDS. Todas as pessoas interessadas em fazer o teste, passaram pela fase de Aconselhamento, Assinatura do Termo de Autorização de Busca Consentida, realização do teste e resultado do teste com os devidos encaminhamentos para o CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) quando necessário.

C) No Terceiro momento foi realizada a visita de cada um dos estabelecimentos de beleza/estética da área adscrita da USF, de modo a orientar os profissionais in loco. As visitas foram realizadas junto com os ACS. Foi elaborada uma cartilha com as orientações pertinentes e entregue a cada um dos serviços.

Como técnica para apreensão das vivências foi utilizado o diário de campo, de modo a registrar todas as atividades realizadas e reflexões do grupo sobre os principais pontos abordados e desenvolvidos em cada momento. O presente estudo não necessitou de aprovação no Comitê de Ética por se tratar de um relato de experiência.

RESULTADOS

A USF a qual o projeto foi desenvolvido contém 12 ACS. Todos foram convidados para a capacitação, tendo comparecido ao encontro 08 profissionais.

Nesta primeira etapa, buscamos extrair dos participantes seus conhecimentos sobre doenças Transmissíveis, suas formas de contágio e o uso de EPIs por profissionais de beleza. Percebemos nesse momento, que a maioria dos ACS associava especificamente estas infecções e sua forma de contágio às práticas sexuais e demonstravam desconhecimento sobre os EPIs que deveriam ser utilizados, fato que demonstra a não utilização dos mesmos pelos trabalhadores da área adscrita.

Foi realizada explanação sobre o tema Biossegu-

rança e o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na busca de normatizar as práticas desenvolvidas nos salões de beleza e visitas frequentes de supervisão nestes estabelecimentos. Posteriormente, demonstramos os riscos acometidos aos profissionais e aos usuários.

No decorrer da apresentação, os ACS mostraram-se surpresos ao perceberem as várias formas de exposição aos vírus e seus diversos meios de contágio, percebendo com isso, a importância de multiplicar o saber para os cabeleiros, manicures e pedicures que são os principais atores envolvidos nesse contexto.

Aproveitávamos a oportunidade para explicar e ilustrar, através de imagens, as normas estabelecidas pela ANVISA quanto à esterilização dos materiais, invólucro para leva-lo à autoclave, tempo e temperatura determinadas por este órgão, além de esclarecer diferenças básicas entre fervura, esterilização e desinfecção.

Enfatizamos a necessidade do empoderamento da população adscrita em suas respectivas microáreas, quanto à importância do uso dos EPIs entre ambas as partes, profissionais e usuários, no momento em que cuidam da sua beleza, sejam no estabelecimento profissional ou em serviço domiciliar.

Distribuímos entre os presentes, kits de beleza, contendo lixas e palitos de unhas, pentes e toalhas de mão como forma de incentivá-las a disseminar conhecimento aos usuários sobre o cuidado da beleza do corpo, mantendo-se isentos de riscos biológicos, carregando consigo seus kits de uso pessoal, evitando assim possíveis infecções transmissíveis e dando continuidade ao processo de promoção à saúde.

Foi de suma importância a orientação dos ACS sobre os riscos à exposição biológica nos estabelecimentos de beleza. Esses profissionais compreenderam que devido a alta resistência de microorganismos no meio ambiente, os materiais de beleza, quando não são esterilizados de maneira correta, tornam-se os principais disseminadores de vírus como o da HB e HC. Estudo reali-

zado por Garbaccio e Oliveira (2012) demonstra que os instrumentos de manicures mantêm-se possivelmente contaminados por não passarem pelo processo de esterilização antes de serem compartilhados com outros usuários, bem como ao serem usados pelos próprios profissionais, que na maioria das vezes cuida das suas unhas com os instrumentos de trabalho. Nesse momento, pode ocorrer pequenos ferimentos que servirão como porta de entrada para microorganismos que seriam eliminados caso ocorresse uma limpeza adequada desses materiais.

Por outro lado, a forma inadequada da limpeza faz com que instrumentos utilizados por manicures, pedicures e cabeleiros se tornem veículos de agentes infecciosos. Para que isso não aconteça, faz-se necessário uma fiscalização ativa da ANVISA a fim de garantir que nestes estabelecimentos de beleza sejam cumpridas as normas de biossegurança (DINIZ; MATTE, 2013). O tempo necessário para limpeza e esterilização do material vem sendo apontado como um dos motivos para que não ocorra a esterilização de todos os equipamentos entre um cliente e outro, demonstrando que estes não possuem materiais em quantidade suficiente para realização de seu trabalho (CORTELLI, 2012).

A segunda etapa foi constituída por palestra na USF com os usuários dos serviços em quatro dias consecutivos, no turno da manhã e da tarde. Na oportunidade foi possível perceber que poucas pessoas utilizavam o kit individualizado e que é precário o processo de esterilização nos estabelecimentos de beleza, assim como o uso de EPIs, demonstrando o grande risco de contágio entre este público.

Nessa mesma etapa foram oferecidos o teste rápido para Hepatite B (HB), Hepatite C (HC), Sífilis e HIV. Foram realizados quatorze testes rápidos e um encaminhamento para o Centro de Testagem e Aconselhamento da cidade.

Os usuários dos serviços também podem fiscalizar a adoção de boas práticas nestes estabelecimentos (MOREIRA et al, 2013), mas para tanto é

necessário orientação sobre a temática. Segundo Garbaccio e Oliveira, (2013), a baixa escolaridade, e a não exigência legal de formação técnica na maioria dos países juntamente com a baixa fiscalização e a falta de orientação das agências de saúde, vêm contribuindo para a disseminação de microorganismos e doenças que muitas vezes nem são associadas as práticas de beleza por serem silenciosas e não se manifestarem de imediato.

No terceiro momento foram realizadas as visitas nos estabelecimentos de beleza/estética. A partir do contato com esses profissionais foi possível identificar que os mesmos tinham pouco conhecimento quanto ao risco de exposição a agentes biológicos e biossegurança. Apesar de não ter sido o objetivo do trabalho, verificou-se que os profissionais da beleza também não tinham conhecimento sobre a importância da vacinação e necessidade de esterilização dos materiais e os estabelecimentos não possuíam alvará sanitário para funcionamento. Além das orientações foram entregues, junto com os ACS, as cartilhas contendo informações sobre beleza segura.

Os achados do estudo corroboram com Silva et al (2014) visto o desconhecimento dos prestadores de serviços, não somente sobre o risco ao qual estão expostos, como também das corretas formas de prevenção da contaminação por diversos patógenos.

Carvalho et al (2017) também chamam atenção sobre a falta de conhecimento em vários aspectos relacionados às medidas de biossegurança, uso inadequado de Equipamento de Proteção Individual, a baixa prática de lavagem de mãos, adesão da vacinação contra hepatite B, reutilizações de instrumentais, desconhecimento do tempo e temperatura correta e principais locais para o armazenamento de materiais esterilizados.

É mister a pouca importância dada pelos trabalhadores ao se depararem com a exposição à agentes biológicos, onde a preocupação está voltada para o simples estancamento do sangue, quando deveriam, lavar o local com água corren-

te, realizar a notificação do acidente, realizar testes sorológicos de HB, HCV E HIV do profissional e do cliente fonte (GARBACCIO; OLIVEIRA, 2013). Em consonância a este achado, estudo realizado no estado de São Paulo evidenciou que 54% das profissionais de beleza não tomam as devidas precauções ao ter contato com o sangue das clientes (CORTELLI, 2012).

É relevante destacar que a fiscalização rotineira dos estabelecimentos de beleza pelos órgãos competentes é necessária, de modo a verificar e avaliar a adesão às normas de biossegurança por parte dos profissionais e de seus empregadores. Também é relevante que todos os funcionários de salões de beleza recebam o esquema vacinal de três doses para a prevenção da hepatite B, como preconiza o Ministério da Saúde (MOREIRA et al, 2013).

Garbaccio e Oliveira (2015) sugerem uma ampla campanha de esclarecimento aos profissionais de beleza e estética e proprietários de salões de beleza sobre os EPI e cuidados com higiene pessoal, no sentido de melhorar a prática do seu uso, seguindo as recomendações legais relacionadas com maior atenção a atitudes seguras que minimizem os riscos biológicos ocupacionais, cabendo ao Estado a elaboração de uma política específica em biossegurança para o setor e aos profissionais de saúde a implementação de ações para a concretização nas normas de biossegurança na realidade desses serviços, assim como na educação em saúde para profissionais de beleza e para a sociedade que constitui sua clientela, ambos inseridos nos territórios de abrangência dos serviços de saúde.

Diante do exposto buscou-se orientar os ACS, profissionais e usuários do serviço de beleza do bairro estudado, para que estes possam se adequar-se as normas da ANVISA, no intuito de diminuir possibilidades de transmissão de doenças transmissíveis.

CONSIDERAÇÕES

Entendendo que a promoção da saúde se

dá através da participação popular com direcionamento das ações para os problemas locais, pode-se concluir que este trabalho se mostrou de grande valia para toda a população adscrita da USF em estudo, pois possibilitou a divulgação e a apreensão de conhecimentos importantes sobre as IT, incentivando-a sobre o auto cuidado e conscientizando-a sobre a aquisição de kits individuais no cuidado da beleza, de modo a cobrar dos profissionais que prestam serviços de beleza o uso de EPIs, limpeza e condicionamento correto dos materiais utilizados.

Vale ressaltar a importância dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pois estes contribuíram de modo significativo para desencadear um processo de envolvimento das lideranças locais, nos diálogos sobre os problemas de saúde prevalentes no bairro e seus determinantes sociais, além de desenvolverem a multiplicação dos conhecimentos adquiridos sobre as formas de prevenção das doenças transmissíveis e cuidados com a saúde. Observou-se que os ACS atuam de diversas formas em seu ambiente de trabalho formando assim uma parceria indispensável com a equipe de saúde da sua unidade.

As ações desenvolvidas também foram capazes de sensibilizar os usuários à procurar a unidade de saúde para realização dos testes rápidos

e atualização vacinal, buscando a prevenção e tratamento precoce de doenças silenciosas e altamente contagiosas. Ressalta-se que a transmissão de informações pelos ACS contribuiu de forma positiva para esta procura.

Diante da carência de conhecimentos sobre doenças transmissíveis e ao não cumprimento das normas de biossegurança, ressalta-se a importância da continuidade de capacitação dos trabalhadores e usuários dos serviços de manicures, cabelereiros e pedicures, para que estes sejam treinados a realizar a esterilização e o uso dos EPIs corretamente. É responsabilidade de toda equipe de saúde da unidade o desenvolvimento de educação e serviço para toda a população da área abrangente, assim como providenciar junto a secretaria de saúde a quantidade de vacinas suficientes para a população atendida.

Desta forma conclui-se que toda equipe de saúde tem como atribuição principal a prevenção e minimização dos agravos e a promoção e manutenção da saúde possuindo habilidades para desenvolver cada um em sua instância, maneiras de instruir a população uma visão crítica sobre assuntos importantes para a melhoria da qualidade de vida e formação de seres com autonomia do processo saúde doença e detentores do saber em cuidar.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, M. G. et al. Levantamento da contaminação pelo vírus da hepatite b com materiais perfuro cortantes em manicures do município de Itaperuna, Rio de Janeiro. *Acta Biomédica Brasiliense*, Vol. 4, nº 1, Julho de 2013.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 12.592, de 18 de Janeiro de 2012. Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12592.htm. Acesso em: 29/03/2017.

CARVALHO et al. O conhecimento de manicures/pedicures sobre as medidas de biossegurança em suas atividades laborais: uma revisão. *REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2017. Vol. Sup. 5, p.5230-5236.

CORTELLI, A. F. D. Procedimentos de biossegurança adotados por profissionais prestadores de serviços de manicure, pedicure, tatuagem, piercing e maquiagem definitiva no município de Jacareí—SP. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2012.

DINIZ, A. F.; MATTE, G. R. Procedimentos de biossegurança adotados por profissionais de serviços de embelezamento. *Saúde soc. São Paulo*, v. 22, n. 3, set, 2013.

GHISI J.; SANTIN, N. C. Avaliação do possível crescimento de fungos em amostras de lixas de unha metálicas coletadas em centros de estética e residências do município de Campos Novos, SC. *Unoesc & Ciência – ACBS, Joaçaba*, v. 2, n. 1, p. 31-38, jan./jun. 2011.

GABACCIO, J. L.; OLIVEIRA, A. C. Adesão e conhecimento sobre o uso de equipamentos de proteção individual entre manicures e pedicures. *Rev. Bras. Enferm. Brasília*, v.68, n.1, p. 52-59, Fev. 2015.

_____. Biossegurança e risco ocupacional entre os profissionais do segmento de beleza estética: revisão integrativa. *Rev. Eletr. Enf. Vol. 14, nº3, p. 702-11, jul-set 2013.*

GARCIA, L.P., BLANK, V.L.G., BLANK, N. Aderência a medidas de proteção individual contra a hepatite B em cirurgiões-dentistas e auxiliares de consultório dentário. *Rev. bras. epidemiol. Vol.10, nº4, p.525-36. 2007.*

MAIA, L.S., CRUVINEL, K.P.S. Transmissão das hepatites B e C. *Rev. enf. integr. Vol. 4, nº1, p. 716-30. 2011.*

MELO F. C. A.; ISOLANI, A. P. Hepatite B e C: do risco de contaminação por materiais de manicure/pedicure à prevenção. *SaBios: Rev. Saúde e Biol. v.6, n.2, p.72-78, mai./ago., 2011.*

MOREIRA et al. Grau de informações dos profissionais de salões de beleza sobre AIDS e hepatite. *Rev. Ciênc. Méd. Biol., Salvador*, v.12, n.3, p.359-366, set./dez. 2013.

SCHWAAB et al. Reprocessamento de materiais em estabelecimentos de beleza. *Revista Uningá*, V.43, pp.44-49, 2015.

SILVA et al. Prevenção da transmissão de hepatites virais entre manicures e pedicures – uma revisão. *Infarma*, v. 26, n. 2, 2014.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2009. p.1107-09.

SOBRINHO et al. Avaliação do conhecimento e práticas de biossegurança em uma amostra de profissionais da beleza de Goiânia-Goiás. *J Health Sci Inst. 2014; vol. 32, n.4, p. 343-52.*

O PROJETO DE EXTENSÃO APRIMORE: APRIMORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA ATRAVÉS DO AUTOCONHECIMENTO

THE APRIMORE EXTENSION PROJECT: IMPROVEMENT OF THE QUALITY OF LIFE PROJECT THROUGH SELF-AWARENESS

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa

Mestre em Políticas Públicas e Sociedade e Psicóloga. luizaeridan@hotmail.com

André Bezerra Holanda

Especialista em Gestão Pública e Administrador. andreholanda.ufc@gmail.com

Paulo Henrique Macedo

Docente e Doutorando na Universidade Federal do Ceará. phmacedoaraujo@lia.ufc.br

Isaac James Mangueira do Nascimento.

Graduando de Engenharia de Software na Universidade Federal do Ceará. isaacjames@aluufc.br

Resumo

Este artigo apresenta a experiência de execução do projeto de extensão intitulado: Aprimoramento da Qualidade de Vida através do Autoconhecimento (APRIMORE), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), campus de Quixadá, que tem como objetivo proporcionar o aprimoramento pessoal e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida e do bem viver por meio de um espaço de diálogo, partilha de experiências e troca de ideias sobre os diversos temas relacionados ao desenvolvimento humano. Para tanto, utiliza-se da metodologia de “roda de conversa” a fim de construir um círculo dialógico potencializador no qual as pessoas se encontram voluntariamente e espontaneamente para dialogar sobre temas relacionados ao autoconhecimento e ao autoaperfeiçoamento. Traz à tona assuntos de caráter multi/trans/interdisciplinares que perpassam a condição humana, colaborando para a implementação da cultura do diálogo e do respeito às diferenças e à pluralidade de opiniões, integrando experiências e saberes internos e externos à instituição, desenvolvendo nos participantes uma maior capacidade de resiliência, autocontrole, além de suporte afetivo, cognitivo e emocional.

Palavras-chave: Bem-estar. Desenvolvimento humano. Grupo.

Abstract

This article presents the experience of execution of the extension project titled Improvement of the Quality of Life through Self-Knowledge (APRIMORE), linked to the Federal University of Ceará (UFC), Quixadá campus, which aims to provide personal improvement and, consequently, a better quality of life and well-being through a space of dialogue, sharing of experiences and exchange of ideas on the various themes related to human development. In order to do so, it uses the “panel discussion” methodology to construct a dialogic empowering circle in which people meet voluntarily and spontaneously to dialogue on topics related to self-knowledge and self-improvement. It brings up multi/trans/interdisciplinary issues that permeate the human condition, collaborating in the implementation of a culture of dialogue and respect for differences and plurality of opinions, integrating experiences and knowledge both internal and external to the institution, improving a greater capacity for resilience, self-control, affective, cognitive and emotional support for the participants.

Keywords: Well-being. Human development. Group.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o relato da experiência de planejamento e implementação da atividade de extensão denominada Projeto de Aprimoramento da Qualidade de Vida através do Autoconhecimento (APRIMORE). Tal atividade interventiva, em caráter de extensão, é uma iniciativa que vem sendo realizada no segundo semestre de 2016 no campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado na cidade de Quixadá. Este é um dos cinco campi que integram a referida universidade e localiza-se no sertão central cearense, distante cerca de 170 km da capital, Fortaleza. Trata-se de um campus temático, no qual todos os seis cursos ofertados concentram-se na área de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), quais sejam: Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Sistemas da Informação, Redes de Computadores e Design Digital. São ofertadas, anualmente, 50 vagas em cada curso.

O APRIMORE surgiu por meio da identificação das demandas de alunos, docentes e servidores, relacionadas à construção de um espaço de diálogo e reflexão que não fosse diretamente ligado à racionalidade técnica ou científica (característica comum dos centros de tecnologia), mas voltado ao diálogo constante e permanente sobre questões vinculadas à condição humana e ao desenvolvimento pessoal, por meio da troca de ideias, partilha de experiências e reflexão coletiva, respeitando e disseminando a diversidade e a pluralidade de opiniões.

O projeto aborda temas específicos do desenvolvimento humano sob uma perspectiva holística, integral e interdisciplinar, englobando os aspectos bio-psico-social-espiritual-cultural-histórico, visando à reflexão, à discussão e à atualização de temas que promovam qualidade de vida e bem-estar por meio do autoconhecimento e da partilha de conhecimentos.

A justificativa da implementação desta atividade de extensão surgiu de um contexto sócio-histórico em que cada vez mais se fala sobre qualidade de vida, compreendida com uma concepção ampla, integrada e sistêmica que envolve parâmetros das mais diversas áreas e que se relacionam com o ser humano, sua cultura e seu meio. Segundo o filósofo alemão, Hans-Magnus Enzensberger (2003), o luxo do futuro, um dos patamares mais elevados da qualidade de vida do ponto de vista do consumo capitalista, será menos supérfluo do que estritamente necessário. Os novos luxos estarão mais ligados à promoção da qualidade de vida e estarão relacionados a tempo, atenção, espaço, sossego, meio ambiente e segurança. Luxos estes que vão na contra-mão de uma sociedade consumista, competitiva, individualista, que compreende e transforma qualidade de vida em um status ou um estilo de vida a ser adquirido/consumido, sustentado em valores e ações que priorizam a aparência ao invés da essência, o 'ter' ao invés do 'ser'.

Em meio às inovações e transformações tecnológicas das últimas décadas e da melhoria das condições sócioeconômicas de países e seus povos, Lipovetsky (2007) questiona: como que a melhoria contínua das condições de vida material não ocasiona a redução do mal estar na civilização?

No centro desse questionamento trazido pela contemporaneidade, há o interesse pela vida e o desejo de bem viver. Nesta perspectiva, o APRIMORE, Projeto de Aprimoramento da Qualidade de Vida através do Autoconhecimento, surge como terreno fértil para uma boa discussão interdisciplinar sobre qualidade de vida enquanto fundamento das políticas e ações que garantam e incrementem as condições de bem-estar, pois se trata de uma questão também social e comunitária, "já que a condição de vida e estilo de vida, incontestavelmente, são fatores primordiais para o avanço global da sociedade" (ALMEIDA et al, 2012, p. 59).

Assim, entender as novas estruturas sociais, culturais, e organizacionais/institucionais que influenciam a qualidade de vida das pessoas é

fundamental em um planeta cada vez mais conectado, virtualmente ou nas complexas realidades cotidianas (relações de trabalho, acadêmicas, familiares, sociais, etc). Logo, o projeto surge como proposta multi/inter/transdisciplinar, comprometida com os desafios de construir um espaço em que as pessoas possam, em diálogo, entender e buscar "aprimorar" suas vidas em um mundo ao mesmo tempo mais confortável, porém desafiador e competitivo.

O universo de conhecimento em qualidade de vida se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento que engloba além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo. Nessa perspectiva, lida-se com inúmeros elementos do cotidiano do ser humano, considerando desde a percepção e expectativa subjetivas sobre a vida, até questões mais deterministas como o agir clínico frente a doenças e enfermidades. [...] Compreender qualidade de vida como uma forma humana de percepção do próprio existir, a partir de esferas objetivas e subjetivas, é um desses. Para melhor compreender a área de conhecimento em qualidade de vida é necessário adotar uma perspectiva, ou um paradigma complexo de mundo, pois se expressa na relação entre o Homem, a natureza e o ambiente que o cerca (ALMEIDA, 2012, p. 13).

Nesse sentido, a promoção e o gerenciamento desse tipo de atividade e a existência do projeto justificam-se e merecem atenção por ser um meio de a instituição educacional, o campus da UFC, em Quixadá, atingir seus objetivos no que concerne à manutenção da saúde mental e emocional de sua comunidade acadêmica e da comunidade local. O projeto, desde seu início, vem procurando apresentar aos participantes um panorama abrangente das principais discussões e problemas relacionados com a questão da qualidade de vida e da existência humana, compreendendo o homem como uma totalidade que vem da integração dos níveis de consciência físico, mental, emocional, existencial e espiritual. Parte-se do princípio que iniciativas pontuais

e simples são capazes de trazer para o mesmo espaço de discussão pessoas e áreas que, de outra forma, muito dificilmente encontrariam um denominador comum para o diálogo, o autoconhecimento e o crescimento conjunto.

Para tanto, o APRIMORE traz como seu objetivo geral proporcionar o aprimoramento pessoal e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida, por meio de um espaço de diálogo, da partilha de experiências e da troca de ideias sobre os diversos temas relacionados à existência humana, ao público intra campus e à comunidade local quixadaense. Como objetivos específicos, buscou-se promover a disseminação e o debate de temas transversais e interdisciplinares acerca do desenvolvimento humano e aprimoramento pessoal, além de promover a cultura de paz.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO: APRIMORE

Para Freire (1997, 2007), a educação, além de assumir uma vertente política, é um processo que se fundamenta no amor e na crença potencial no outro. Esta perspectiva rompe com a racionalidade acadêmica dominante e permite que temas como amor, paz, compaixão, meditação, espiritualidade, existência humana, bem-estar, qualidade de vida adentrem no contexto educacional universitário e possibilitem as discussões sobre a superação das condições opressoras e "desqualificadoras da vida" a que estamos submetidos na contemporaneidade.

Adotando a perspectiva do ser humano integral, o APRIMORE busca romper a barreira entre as diferentes fontes de saber e, através do diálogo, promover um encontro entre ciência, filosofia, arte, espiritualidade, etc. Para esta finalidade, utilizou-se durante os encontros a metodologia da "roda de conversa" como oportunidade de construção de um círculo dialógico potencializador. A escolha desta metodologia adequou-se ao propósito do projeto na medida em que permitiu que as pessoas se encontrassem volonta-

riamente para dialogar sobre 'temas geradores' de autoconhecimento e autoaperfeiçoamento.

É em torno das realidades humanas de seus sujeitos (e principalmente em torno das tensões que colocam os sujeitos humanos frente a estas realidades) que a educação vai procurando tecer e confirmar o seu sentido, possibilitando aos seus sujeitos o exercício democrático da expressão de ideias e gerência de conflitos, mas como uma resposta que vai sendo exigida pelo próprio grupo e que pretende cultivar os valores da solidariedade, do amor e da amizade, do respeito às diferenças, do senso crítico, do aprendizado dos direitos e dos deveres (LOPES et al, 2004, p. 2).

Os 'temas geradores' funcionam para ligar o que é vivido e pensado no mundo abstrato ao mundo concreto, as histórias compartilhadas unem o subjetivo e o objetivo, ou seja, os sentidos que as pessoas atribuem aos seus modos de pensar, mais ligados à experiência vivida do sujeito que à racionalidade técnica. Os temas são discutidos de forma aberta e dialógica entre os participantes, que se expressam livremente, respeitando-se entre si e sem julgamentos. No grupo, não se busca saber quem está certo ou errado, ou afirmar verdades, mas que cada um possa expressar o que sente e como experiência o tema gerador trabalhado em cada encontro.

No total, foram realizados 7 encontros, com duração de duas horas cada, aos quais os participantes compareceram de forma espontânea, atraídos pelos temas abordados em cada um deles. Logo, os encontros apresentaram, em todo o seu decorrer, uma heterogeneidade quanto aos componentes, por se tratar de uma atividade aberta ao público.

Passando à descrição dos encontros, estes ocorreram quinzenalmente, durante o período de setembro a dezembro de 2016. Os textos com os temas trabalhados foram previamente escolhidos pelos articuladores (um docente, um administrador e uma psicóloga) e, anteriormente aos encontros, publicados na página do projeto no facebook e nas mídias sociais do campus,

além da afixação de cartazes de divulgação. Ferramentas como o uso de vídeos e textos foram utilizadas no sentido de promover um melhor aproveitamento do momento. Segue um resumo dos encontros:

1º Encontro - Tema gerador: A depressão acelerada do mundo.

Ferramenta/Instrumento facilitador: Texto: "Os domingos precisam de feriados", de Nilton Bonder (público).

Descrição do encontro: Abordou-se a aceleração psicológica do mundo como algo depressivo ou ansiogênico. Uma discussão sobre o tempo e o que fazemos com ele.

2º Encontro - Tema gerador: Suicídio. (Em referência ao Setembro Amarelo, dia de conscientização da prevenção ao fenômeno).

Ferramenta/Instrumento facilitador: Filme: Elena (Diretora: Petra Costa, 2012).

Descrição do encontro: O encontro visou um debate aberto de um tema tabu, porém de grande relevância, visto o suicídio ser considerado uma epidemia, além de estar relacionado às condições da contemporaneidade.

3º Encontro - Tema gerador: Em busca de sentido: reflexões sobre a vida, amor e sofrimento.

Ferramenta/Instrumento facilitador: Texto: "Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa." (MOREIRA & HOLANDA, 2010).

Descrição do encontro: Neste encontro, foram abordados os princípios básicos relacionadas à Logoterapia. Segundo Frankl (2013), os aspectos trágicos e negativos da vida, como, por exemplo, o sofrimento inevitável, podem tornar-se conquistas humanas, por meio da atitude que o indivíduo adota sob tais circunstâncias. Tratou-se da liberdade última do ser humano: a liberdade de escolher como reagir a situações que fogem ao seu controle e que não podem ser modificadas.

4º Encontro - Tema gerador: Meditação, foco e

concentração.

Ferramenta/Instrumento facilitador: Convidada externa, professora de Yoga.

Descrição do encontro: A convidada compartilhou sua experiência de meditação e os benefícios da prática para o desenvolvimento da capacidade de manter-se atento e concentrado, bem como para outros âmbitos da vida. Conversou-se sobre a dificuldade de manter-se focado no presente, motivos de ansiedades, expectativas, frustrações e angústia. Houve uma prática de meditação guiada e a partilha desta experiência.

5º Encontro - Tema gerador: Por quê sofremos: como lidamos com a dor e o sofrimento na vida.

Ferramenta/Instrumento facilitador: Exibição do vídeo: "Por quê sofremos?" de Cícero Rocha (público).

Descrição do encontro: Dialogou-se acerca da forma como nos posicionamos frente ao sofrimento e aos momentos difíceis da vida, onde encontramos forças e como são desenvolvidas as estratégias para passar por esses momentos da melhor forma possível. Refletiu-se sobre o papel do sofrimento na vida e do crescimento inerente ao processo de passar por crises.

6º Encontro - Tema gerador: O sofrimento acadêmico.

Ferramenta/Instrumento facilitador: texto "Sobre a romantização do sofrimento acadêmico", de Grace Higino (público).

Descrição do encontro: Abordou-se o percurso acadêmico e a qualidade de vida do estudante universitário, geralmente marcado por situações estressantes, visto que o ambiente acadêmico e o rol de atividades, avaliações e necessidade de socialização geram sofrimento. Foram discutidas as principais dificuldades e angústias vivenciadas pelos estudantes. Houve a troca de experiências entre os participantes, sendo construída uma nova perspectiva sobre tais questões, com mais leveza e compreensão sobre essa etapa.

7º Encontro - Tema gerador: Cyberbullying e cultura de paz.

Ferramenta/Instrumento facilitador: Exibição do vídeo: "O preço da vergonha" (público).

Descrição do encontro: Refletiu-se sobre os estigmas, os preconceitos e as ações geradoras de constrangimento, acusação e julgamento social, além das consequências geradoras de padecimento e sofrimento. Abordou-se a necessidade de fortalecer-se quem se é, a aceitação do diferente e das diferenças, o acolher ao invés de condenar e a resiliência para lidar e enfrentar situações aversivas e diminuidoras do ser.

A partir dos temas trabalhados durante os encontros do APRIMORE, percebeu-se a necessidade de acolher as demandas dos participantes como seres complexos e, por isso, repletos de questionamentos, dúvidas e anseios sobre questões pertinentes à condição humana e ao existir no mundo. Da mesma forma, também foi possível observar nestes mesmos sujeitos, as potencialidades e a abertura para o diálogo franco como engajamento para uma transformação positiva na qualidade de vida e para o desenvolvimento pessoal.

Em suas falas foram constantes a importância da construção de um espaço em que se possa, para além de refletir, experimentar e vivenciar momentos de troca de ideias, de partilha de experiência, de crescimento conjunto, de integração com os demais, etc. Pois, como é sabido, a experiência grupal é um fator preditor da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas, visto que à medida que se dialoga sobre determinado assunto, automaticamente, a percepção sobre aqueles temas e os a eles correlatos ampliam a forma do sujeito ver a si e ao mundo e, consequentemente, a sua consciência, desenvolvendo uma maior capacidade de resiliência, tolerância, autocontrole, além de suporte afetivo, cognitivo e emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um espaço acolhedor no qual as pessoas possam expor suas ideias sem julgamentos mostra-se fundamental para a implementação de uma cultura do diálogo e do respeito às diferenças e à pluralidade de opiniões. Ao encontro desta ideia, o projeto APRIMORE mostrou-se eficiente e importante por promover um ambiente de trocas de saberes e a partilha de experiências comuns sobre temas e situações inerentes à condição humana, proporcionando aos participantes crescimento pessoal e social, facilitando a expressão e comunicação das demandas e a socialização de formas de pensar e refletir, fomentando e ampliando o cuidado, a qualidade de vida, o bem-estar e o bem viver.

Demonstrou-se, ainda, que estimular e promover estratégias de extensão baseadas em intervenções dessa natureza proporciona a oportunidade de os participantes desenvolverem o seu potencial e melhorar o ajustamento às questões da vida, pois ampliam a percepção integral e holística do ser humano, considerando principalmente os componentes emocionais, sociais e cognitivos que o cons-

tituem; demonstrando ser cada vez mais necessário e positivo que as instituições de ensino promovam ações neste sentido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de, GUTIERREZ, G. L. G., MARQUES, R. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

BONDER, N. “A incapacidade de parar é uma forma de depressão”: Nilton Bonder e a depressão acelerada do mundo. 8 set. 2016. Disponível em: <http://dharmalog.com/2016/09/08/incapacidade-parar-forma-depressao-nilton-bonder/> Acesso em: 20 de set. de 2016.

ELENA. Direção: Petra Costa. Produção Busca Vida Filmes. São Paulo-SP, 2012. (1h 22min).

ENZENSBERGER, H. M. A massa folhada do tempo: meditações sobre o anacronismo. In: _____. Ziguezague: Ensaios. Trad. Marcos José Cunha. Rio de Janeiro: Imago, p. 9-23, 2003.

FRANKL, V. E. A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____, Pedagogia do Oprimido. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HIGINO, G. Sobre a romantização do sofrimento acadêmico. 28 out. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@graciellehigino/sobre-a-romantizacao-do-sofrimento-academico-bdd14dee23c2> Acesso em: 30 de out. de 2016.

LEWINSKI, M. O preço da vergonha. Março de 2015. Disponível em: https://www.ted.com/talks/monica_lewinsky_the_price_of_shame?language=pt-br Acesso em: 10 de nov. de 2016.

LIPOVETSKY, G. A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. Maria Lúcia

Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, A., CASTELAN, Z., PESTAN, A. V. A roda de conversa e a democratização da fala: conversando sobre educação de infância e dialogicidade. Apresentado no Círculos de Discussão Temática - Infância no IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, realizado na cidade do Porto em Portugal, durante os dias 19 e 22 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ipfp.pt/cdrom/C%EDrculos%20de%20Discuss%20E3o%20Tem%20E1tica/02.%20Inf%20ncia/alopeszcastelanvpestanda.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

MOREIRA, N., HOLANDA, A. Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa. Psico-USF, v. 15, n. 3, p. 345-356, set./dez. 2010.

ROCHA, C. Por quê sofremos?. Março de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UvUnQ2v5u80> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

OFICINAS EM DINÂMICAS DE GRUPO PARA IDOSOS DA COMUNIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

GROUP INTERVENTION FOR THE ELDERLY: CASE STUDIES

Ana Cristina Damaceno da Costa

Graduanda do curso de Psicologia da UFRB - anacrisdc@hotmail.com

Dóris Firmino Rabelo

Docente do Centro de Ciências da Saúde da UFRB – drisrabelo@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho relata a experiência desenvolvida no projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia intitulado: "Oficinas em dinâmicas de grupo para idosos da comunidade", realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Amargosa-BA. O objetivo do projeto foi propor oficinas com atividades e diálogos reflexivos que possam desconstruir a visão negativa que se tem da velhice, possibilitando ao grupo de idosos novas aprendizagens e um reconhecimento sobre suas habilidades e potencialidades para resgatar sua autonomia e protagonismo social. Foram realizados 07 encontros com os temas: percepção de si e processo de mudança; auto-valorização e papéis sociais; ciclos e projetos de vida; mitos e estereótipos sobre a velhice. Observou-se que as oficinas se constituíram enquanto um espaço de acolhimento e de aprendizagem mútua, de novas perspectivas para enfrentarem as dificuldades cotidianas, possibilitando mudanças significativas na percepção de si e do mundo, desencadeando assim uma melhor convivência com seus pares, familiares e com suas próprias limitações.

Palavras-chave: Envelhecimento. Intervenção. Grupo. Psicossocial.

Abstract:

This paper reports the experience developed in Universidade Federal do Recôncavo da Bahia titled: "Workshops on group dynamics for the elderly of the community", held at the Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) in the city of Amargosa-BA. The objective of the project was to propose workshops with activities and reflective dialogue that can deconstruct the negative view of the old age, allowing the Group of elderly new learnings and a recognition on your skills and the potential to rescue your autonomy and social protagonism. Seven meetings were held with the topics: perception of self and process of change; auto-recovery and social roles; cycles and life projects; Myths and stereotypes about old age. It was observed that the workshops constituted as a space of reception and mutual learning of new perspectives to face everyday difficulties, enabling significant changes in the perception of self and the world, unleashing a better coexistence with their peers, family and with their own limitations.

Keywords: Aging. Intervention. Group. Psychosocial.

INTRODUÇÃO

Representações negativas atribuídas tradicionalmente à velhice, enquanto um período de inatividade, improdutividade e adoecimento a partir de um discurso biomédico hegemônico precisam ser questionadas. Neste discurso, o envelhecer incide a partir de uma norma que homogeneiza sujeitos e diz sobre um corpo em declínio, estabelecendo padrões do que seria uma boa velhice e desconsiderando os contextos e singularidades que emergem a partir deste processo (Maia, 2010). Destaca-se a impossibilidade de considerar de forma homogênea o que é representativo de uma melhor adaptação ao envelhecimento, pois cada sujeito constrói a seu modo um conjunto variado de mecanismos de resistências para marcar a diferença entre a velhice em geral e a experiência individual de envelhecer.

Encontrar uma linha de fuga para este discurso hegemônico de declínio da saúde é entender o envelhecer enquanto um fenômeno complexo, atravessado pelo corpo coletivo. O presente relato de experiência está contextualizado dentro do Projeto de Extensão do Centro de Ciências da Saúde da UFRB "Oficinas em dinâmicas de grupo para idosos da comunidade" que tem por objetivo propor oficinas com atividades e diálogos reflexivos que possam desconstruir a visão negativa que se tem da velhice, possibilitando ao grupo de idosos novas aprendizagens e um reconhecimento sobre suas habilidades e potencialidades para resgatar sua autonomia e protagonismo social (Rabelo; Neri, 2013).

A teoria e a prática das oficinas em dinâmica de grupo estão embasadas na proposta de Afonso (2010), no contexto das chamadas intervenções psicossociais com grupos. Estas são consideradas ferramentas para o cuidado à população idosa e mostram-se capazes de auxiliar no en-

frentamento dos desafios do envelhecimento e na descoberta de suas potencialidades. As intervenções psicossociais surgem do esforço da Psicologia em atuar de modo mais articulado com os contextos em que se desenvolvem a práxis, considerando as relações do sujeito com seu mundo sociocultural (Batistoni, Ferreira, Rabelo, 2016).

Tornaram-se populares e sua efetividade vem sendo reconhecida no meio científico. Segundo Rabelo e Neri (2013), a vivência grupal possibilita uma reflexão sobre a maneira do sujeito ser e estar no mundo, sobre seus valores e suas relações com a sociedade, e ao compartilhar estas vivências podem repensar sobre elas, reconstruindo continuamente significações sobre si e seu meio. Nesta lógica as oficinas para idosos se configuram enquanto um importante dispositivo de valorizar modos singulares de experimentar a velhice, atualização e desenvolvimento pessoal e coletivo. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é apresentar a experiência de Oficinas com um grupo de idosos realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Amargosa-BA, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária da UFRB.

MÉTODO: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO

As atividades foram iniciadas com um período da instrumentalização teórica sobre a população alvo do projeto e com o estabelecimento de parceria com a Secretaria de assistência social da cidade de Amargosa-BA - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O CRAS presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do PAIF (Proteção e Atendimento Integral a Famílias). Tais serviços são: acolhi-

mento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e de convivência familiar e comunitária.

O grupo de idosos selecionado neste trabalho desenvolvia atividades periodicamente no CRAS há cerca de quatro anos e já constituíam um forte vínculo entre si. O primeiro contato com os idosos ocorreu em Outubro de 2016, onde foi lançada a proposta de trabalho e verificado o interesse e disponibilidade de participação no projeto. Deste modo formou-se um grupo composto por sete idosos, cinco do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades entre 60 e 81 anos. Nenhum deles exercia atividade laborativa e a maioria aposentado.

Após a formação do grupo, foram realizadas semanalmente reuniões de planejamento e a execução de cada oficina. Além do planejamento, eram realizadas uma avaliação processual do trabalho a fim de identificar os aspectos positivos e as limitações do processo. Foram realizadas sete oficinas, semanalmente, no período de Outubro à Dezembro de 2016, com duração média de 1 hora (Quadro 1).

Quadro1: Oficinas realizadas com os idosos

ENCONTRO-OFICINA	DATA	ATIVIDADE REALIZADA
1º	26/10	Apresentação do projeto, contrato de convivência e escolha dos temas a serem trabalhados.
2º	04/11	Oficina sobre Percepção de si e processo de mudança.
3º	11/11	Retomando o contrato de convivência e os temas geradores com novos participantes.
4º	18/11	Oficina sobre Auto-valorização e papeis sociais.
5º	09/12	Oficina sobre os ciclos e projetos de vida.
6º	14/12	Oficina sobre Mitos e estereótipos sobre a velhice. Exercitando um novo olhar.
7º	16/12	Encerramento – Avaliação do trabalho

Fonte: elaborado pela autora.

A fase do planejamento é flexível a partir dos feedbacks que vão sendo apresentados pelo grupo-alvo. De modo geral, as oficinas foram organizadas da seguinte forma (Rabelo; Neri, 2013):

1º. Encontro: Acolhimento; Apresentação dos coordenadores, dos participantes, dos objetivos do trabalho; Levantamento das expectativas e dos temas de interesse do grupo; Contrato de trabalho (normas e funcionamento do grupo); Cronograma dos encontros (duração, periodicidade e local).

A partir do 2º. Encontro: Cada oficina tem um objetivo, é guiada por um tema e pode ser estruturada em três momentos – 1. Aquecimento; 2. Desenvolvimento de atividades que busquem reflexão e elaboração do tema trabalhado; 3. Síntese final e avaliação do trabalho com o grupo.

Último encontro: Revisão de todo trabalho desenvolvido, avaliação geral e despedida do grupo.

Uma intervenção participativa, na qual a facilitadora participava ativamente das dinâmicas e jogos junto com o grupo, mostrou-se um dispositivo eficaz para fortalecer o vínculo com o grupo. As oficinas buscaram possibilitar o diálogo sobre os processos de mudança

e de readaptação a partir do envelhecer, autoconhecimento, relações familiares, papéis sociais, autovalorização, ciclos de vida, mitos e estereótipos sobre a velhice bem como o que pode ser considerado envelhecer bem.

Para material de análise deste trabalho foram utilizados os diários de campo produzidos ao longo das oficinas através da observação participante. De acordo com Minayo (2001), a observação participante pode ser compreendida como o contato direto entre o pesquisador e o fenômeno observado, no intuito de obter informações sobre o envolvimento dos atores com o seu contexto social. O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual investiga, bem como estabelece uma interação com os atores que constituem esta realidade.

DESCRIÇÃO E REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA

PRIMEIRA OFICINA

O objetivo da primeira oficina foi expor detalhadamente o objetivo do projeto, levantar temas significativos para os participantes, estabelecer um contrato de convivência e iniciar a criação de vínculos com a extensionista. Utilizou-se uma dinâmica de apresentação, no qual foi proposto que colocassem seus respectivos nomes e desenhassem num crachá uma figura que os representassem. Com isto os idosos puderam verbalizar um pouco de si, suas características, a maneira como se percebiam, fortalecendo sua identidade.

Na construção do contrato de convivência os idosos destacaram que as regras são fundamentais para o bom relacionamento entre o grupo. As regras escolhidas envolviam o sigilo, a pontualidade e o respeito em relação a fala do outro.

Um cartaz que especificava todas essas regras foi construído e, a partir dali, o que estava em conformidade ou não com essa proposta era analisado.

Os temas que queriam trabalhar ao longo das oficinas foram levantados: papeis sociais que desempenham, os mitos e a visão negativa que a sociedade mantém sobre a velhice, a busca por autovalorização e a possibilidade de pensar num projeto de vida e as mudanças que possibilitariam uma maior qualidade de vida. Ao final da oficina, os idosos salientaram da importância deste tipo de trabalho, sendo esse um momento em que se sentiam valorizados, acolhidos e que poderiam obter novas aprendizagens à partir da vivência grupal.

SEGUNDA OFICINA

A segunda oficina teve como objetivo uma reflexão sobre os processos de mudança. Discutiu-se como os padrões rígidos de comportamento propiciam estagnação ao modo de estar no mundo, e o quanto este aspecto reflete de forma negativa nas relações familiares e sociais. A dinâmica proposta na oficina demandou que o grupo, em círculo, começasse a contar em voz alta a sequência de um a dez, e posteriormente iniciassem uma contagem regressiva de dez a um. Este comando foi repetido algumas vezes e posteriormente foi solicitado que o numeral três deveria ser substituído por “qua-qua”. Este comando segue em duas rodadas e, em seguida, além do número três, o numeral cinco também deveria ser substituído por palmas e algumas rodadas depois o número oito substituído por “atchim”.

Apesar da diversão e descontração que a dinâmica motivou, os participantes identificaram uma significativa dificuldade em acompanhar as mudanças na contagem apontando que geralmente é difícil mudar padrões pelos quais

estão acostumados. Destacaram que com o avanço da idade as mudanças parecem ser mais difíceis, pois em muitas situações não se dão conta do padrão rígido que tomam suas ações, comportamentos e pensamentos. A partir disso, foi pontuado que uma mudança não ocorre de forma imediata e que, assim como a atividade, as mudanças demandam paciência, persistência e treino. Assim puderam refletir que com esforço e motivação a abertura para a mudança de comportamentos é possível em qualquer fase da vida. Nesta oficina foi possível perceber que os encontros proporcionaram aos participantes um espaço de fala e de escuta para que elaborassem e refletissem sobre sua vida pessoal e sobre o contexto onde estão inseridos.

TERCEIRA OFICINA

Este encontro teve como objetivo incluir novos participantes e retomar as questões trabalhadas no primeiro encontro: apresentação dos coordenadores, dos participantes, dos objetivos do trabalho, levantamento das expectativas e dos temas de interesse do grupo, estabelecimento do contrato de convivência e o cronograma dos encontros.

QUARTA OFICINA

A oficina trabalhou sobre processos de autovalorização, enfatizando o reconhecimento de habilidades e forças psicológicas, bem como sobre os papéis sociais que desenvolvem. A primeira atividade proposta foi que sorteassem um bilhete contendo uma tarefa que deveriam realizar. As tarefas eram diversificadas e desafiavam habilidades cognitivas como atenção, memória, habilidades motoras, de interação social, etc. Esta atividade lúdica deu espaço para a compreensão de que em qualquer fase da vida temos perdas e ganhos, e com estímulos apropriados a velhice pode ser potencializada e autovalorizada. Sob esta

questão o grupo acentuou participar de várias outras atividades oferecidas à comunidade como dança de salão, curso de crochê ou jogos educativos por acreditarem na capacidade de sempre aprenderem, num reconhecimento das próprias forças e potências.

Outro aspecto descrito em relação ao trabalho realizado foi a de que ouvir os colegas proporcionou um bem-estar e um aprendizado diferenciado, pois puderam pensar a velhice de outro modo, colocando-se enquanto professores e alunos diante das contribuições dos colegas e de suas próprias. Conforme salienta Kastrup (2008) oferecer condições de aprendizagem e vivências tanto individuais como coletivas é garantir um direito de fala e de ação do próprio sujeito, garantindo sua autonomia. A autora ressalta que, um trabalho que potencialize as experiências do sujeito, que resgate e trabalhe sua história a partir de novos sentidos e significados é terreno profícuo para reestabelecer o engajamento no território da vida.

QUINTA OFICINA

A atividade oferecida na quinta oficina que versou sobre "Ciclos e projetos de vida" aflorou emoções intensas no grupo, pois foi um convite a pensar em experiências significativas do passado, pensar nas expectativas do futuro e na relação que ambos direcionam o momento presente, a constituição do eu, o agora. Para tanto a dinâmica ministrada demandava que os participantes pudessem se imaginar ao longo de um caminho. Ao longo deste percurso encontrariam três portas das quais representavam presente, passado e futuro e a partir disso deveriam imaginar uma cena ou situação vivenciada ou esperada para cada um desses ciclos.

Alguns idosos relataram que a oficina possibilitou a difícil tarefa de enfrentar o passado. Muitas

das dificuldades em questões emocionais que vivenciam atualmente estão relacionadas às experiências passadas, sendo importante refletir sobre determinadas pendências e aprender a lidar com elas de uma forma diferenciada.

Neste encontro os idosos trouxeram fotografias pessoais, solicitadas anteriormente, a fim de que explorassem um momento importante para eles. Demonstraram que as atividades realizadas a cada encontro não se encerravam naquele espaço, pois levavam consigo um pouco da história e da experiência de cada um, fato que os levava a repensar suas próprias histórias de vida, resignificando-as e valorizando-as. Compartilhar estas vivências significou apoio emocional mútuo, buscando sentimentos positivos diante das dificuldades.

SEXTA OFICINA

No que se refere às questões sobre os mitos e estereótipos que se constroem em relação ao envelhecimento abordadas na sexta oficina, foram utilizadas imagens que problematizavam a velhice enquanto um processo exclusivamente de perdas, de isolamento social, de dependência, de depressão e improdutividade. Ao observarem as cenas, pontuavam situações a partir de suas experiências que desmistificavam a imagem exclusivamente negativa do idoso. Os participantes apontaram que a velhice é permeada de muitos preconceitos, alimentados pelo discurso de que os idosos não serve para nada. O convite neste encontro foi para que refletissem sobre o papel do idoso na sociedade e que envelhecer é pro-

duto de uma vida inteira, onde cada um de nós desde que nascemos está num constante processo de desenvolvimento.

ENCONTRO DE ENCERRAMENTO

No encerramento, foi feita uma retrospectiva sobre as variadas temáticas dialogadas durante o trabalho. Os idosos puderam falar livremente sobre suas impressões e sua participação nas oficinas, relatando de que forma este processo contribuiu para a vida de cada um.

A partir da construção das oficinas numa perspectiva psicossocial, que busca ser um mediador do empoderamento dos idosos e de reflexão sobre hábitos, comportamentos e atitudes enquanto dispositivo de enfrentamento foi possível observar algumas mudanças. No processo de feedback destacaram que os diálogos e atividades realizadas trouxeram-lhes motivação e novas perspectivas para enfrentarem dificuldades, bem como mudanças significativas que propiciaram uma melhor convivência com seus pares e familiares e um maior entendimento das interações sociais.

Entender e possibilitar o protagonismo dos idosos na construção destes encontros era a base fundamental para o desenvolvimento do projeto, visto que não se resumia em reunir um grupo e sugerir que simplesmente comentassem um tema de forma esvaziada. Buscamos neste percurso o caminho das trocas, da (re) descoberta de sentidos no envelhecer e dos caminhos possíveis para os desafios cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trocas e aprendizagens vivenciadas no projeto de extensão “Oficinas em dinâmicas de grupo para idosos da comunidade” se desenharam enquanto um importante dispositivo de reflexão de novos e outros olhares sobre o processo do envelhecimento. Considerando as dimensões culturais, econômicas, políticas, sociais e psicológicas que permeiam a complexidade do envelhecer, as oficinas se constituíram enquanto um espaço de aprendizagem mútua, um espaço de escuta e de fala, proporcionando um protagonismo social aos participantes.

Cabe destacar aqui também a importância fundamental dos projetos de extensão universitária visto que, a ação extensionista pode ser colocada enquanto um relevante processo educativo e científico na produção de novos conhecimentos, que viabiliza a ação transformadora entre a universidade e a sociedade. Esta experiência no processo de formação acadêmica traz a oportunidade de vivenciar a realidade social para além daquelas desenhadas dentro da sala de aula e exige do pesquisador extensionista uma postura ética-política e crítica que só se constitui “na” e “com” as relações.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M. Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2010.
- BATISTONI, S. S. T.; FERREIRA, H. G.; RABELO, D. F. Modelos de intervenção psicológica com idosos. In: FREITAS, E. V.; PY, L.. (Org.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, v. , p. 1508-1516.
- KASTRUP, V. O Lado de Dentro da Experiência: Atenção a Si mesmo e Produção de Subjetividade numa Oficina de Cerâmica para Pessoas com Deficiência Visual Adquirida. Psicologia ciência e profissão, nº 28, v.1, 2008. p: 186-199.
- MAIA, G.F. Olhares sobre o envelhecer: uma leitura de gênero no centro de Santa Maria. Dissertação de mestrado. Santa Maria (RS): Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSM, 2010. pp.42-81.
- RABELO, D.F. ;NERI, A.L. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. Revista Kairós Gerontologia. São Paulo (SP), 2013, pp.43-63.

OFICINA DE CORDAS: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTOS COMO PROCESSO PEDAGÓGICO-MUSICAL DE FORMAÇÃO EM MÚSICA

STRINGS WORKSHOP: AN EXPERIENCE OF COLLECTIVE TEACHING OF INSTRUMENTS AS PEDAGOGICAL-MUSICAL PROCESS OF MUSIC EDUCATION

Wilson Rogério dos Santos

Prof. Dr. da Universidade Federal do Tocantins – UFT . rg_santos@uft.edu.br

Ana Roseli Paes dos Santos

Profa Dra. da Universidade Federal do Tocantins – UFT .anaroseli@uft.edu.br

Resumo

Este estudo apresenta o Projeto Oficina de Cordas que, tendo por base o princípio fundante da indissociabilidade, instaura uma articulação concreta da atividade fim do ensino superior, buscando a unidade da teoria e da prática em prol da pesquisa, extensão e ensino. Ao dar suporte às pesquisas sobre o ensino e aprendizagem instrumental em grupo, em diversos contextos, o projeto tem o objetivo de subsidiar o aluno do curso de Licenciatura em Educação do Campo e despertar as vocações dos demais participantes para o estudo de um instrumento musical. Portanto, as atividades desenvolvidas no projeto são eminentemente pedagógicas, dentro da perspectiva de o exercício pedagógico ser a própria experiência, configurado assim como uma ação que científica a prática educativa. Metodologicamente, privilegia a abordagem qualitativa e tecnicamente, conduz à realização de pesquisa-ação como instrumento pedagógico. A ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa se justifica porque ela conduz a um mergulho à práxis, de onde se extraem as perspectivas latentes da formação.

Palavras-chave: Ensino coletivo de instrumentos musicais. Formação em música. Processo pedagógico-musical.

Abstract

This study presents the Strings Workshop Project, which based on founding principle of nonseverability, sets up a concrete articulation of higher education's core activity that seeks the oneness of theory and practice for the benefit of research, extension and education. By supporting the researches about the group education and learning of instruments, in several contexts, the project aims to subsidize the student of Field Education degree course, and to arouse the vocation of other participants for the musical instrument study. Therefore, the activities developed in the project are eminently pedagogical, within the perspective that the pedagogical practice is itself the experience, thus configured as an action that appraises the educational practice. Methodologically, it gives priority to the qualitative; technically, it leads to carrying out the research-action as a pedagogical tool. The emphasis on formative aspect of this research modality can be justified as it leads to a immersion in praxis, from which latent perspectives of education are extracted.

Keywords: Collective teaching of instruments. Music education. Pedagogical-musical process.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência trata da didática pedagógica do ensino coletivo de instrumentos musicais e tem como proposta abordar a técnica dos seguintes instrumentos: violino, viola de arco e violoncelo. Embora, este seja um processo didático-pedagógico aplicável a qualquer instrumento musical e, também, ao ensino do canto em grupo.

O ponto de maior relevância do projeto é a fundamentação da educação didático-musical, onde se articulam pesquisa, extensão e ensino. Dessa maneira, o propósito principal dessa atividade foi o de criar um grupo de cordas para dar subsídios teórico-práticos fundamentais para que o aluno do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Arraias, possa, ao longo do curso, ir adquirindo e consolidando competências musicais essenciais, suporte pedagógico, e uma relativa autonomia na prática do instrumento de cordas, bem como domínio dos conceitos fundamentais da música e da linguagem musical.

No transcorrer das atividades (aulas práticas, apresentações públicas) já é possível perceber, entre os educandos, o desenvolvimento de uma relativa autonomia na concretização de atividades musicais simples: a audição discriminada, a interpretação instrumental, a postura no palco, a identificação e reprodução de padrões melódicos e rítmicos, o desenvolvimento do senso de métrica e a compreensão dos sinais convencionais de escrita musical.

O principal propósito deste projeto não é o de formar músicos profissionais, mas educadores musicais habilitados e com compe-

tências suficientes para ministrar a iniciação instrumental e/ou o canto em grupo, no ensino fundamental, em atendimento à Lei n.º 11.769/2008. Sabemos que muitas escolas, em várias regiões do país, ainda não colocaram a Lei em prática por falta de professores com formação específica na área. Santos e Santos A. R. bem lembram que “este é um dos grandes desafios que nos apresenta a educação musical dentro do currículo escolar” (2016, p. 3).

Assim, com o objetivo de consolidar a formação dos discentes, o Projeto Oficina de Cordas oferece atividades práticas de fundamental importância na área da música. Seguindo o procedimento adotado por muitas instituições de ensino superior, que recorrem a essa estratégia, como é o caso da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dentre outras, estas instituições mantêm grupos instrumentais para a prática coletiva dos seus discentes.

Ao revisarmos a literatura recente sobre o Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais, é possível identificar uma tendência que procura conhecer, compreender e fomentar pesquisas, práticas educativas e formativas do ensino da música em diversas instituições de ensino superior. Como é o caso das publicações da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Música (ANPPOM).

Sendo um curso novo na Universidade Fe-

deral do Tocantins (UFT), a Licenciatura em Educação do Campo exige que se criem espaços e laboratórios indispensáveis a ações dessa natureza, para que se possa dar suporte à formação dos estudantes.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Historicamente, o ensino em grupo de instrumentos musicais pode estar relacionado ao ensino regular e ao ensino informal de música, tanto na Europa quanto nos EUA. Alguns autores se referem aos primeiros anos do século XIX como sendo o período inicial para a prática do ensino coletivo de instrumentos nesses países, a partir do registro das atividades de diversos professores por meio de métodos, anúncios e artigos em jornais. Entre eles podemos citar Johann Bernhard Logier, músico alemão que atuou como professor de piano, por volta de 1815, na cidade de Dublin (IE); os irmãos James e Joseph Howell, que se dedicaram à venda e às aulas coletivas de instrumento, em Cotton Plant (Arkansas-EUA), e D. L. Elder, que trabalhou como professor de classes coletivas de música na Cidade de Knoxville (Tennessee), por volta de 1839.

Santos (2016, p. 24) corrobora esta informação e sublinha que a criação desse sistema “deveu-se à necessidade de mais bem aproveitar os recursos disponíveis e diminuir custos, atendendo a mais alunos [...]”.

O ensino coletivo de instrumentos musicais pode ser definido como uma proposta cujo principal produto do aprendizado é o desenvolvimento das atitudes dos alunos, relacionadas tanto ao aspecto da aquisição de competências musicais quanto à questão social (SANTOS, A. R. 2014). O foco desta prática pedagógica desloca-se para o aluno e o professor assume o papel de consultor e facilitador. As instruções são dadas de forma sistemática e direcionadas

ao grupo, que experimenta e discute a atividade. Essa experiência musical possibilita o aprendizado por descoberta, pelo desenvolvimento da reflexão, pela contextualização pessoal, pela criatividade, pela iniciativa e independência.

Alguns autores, ao estudarem esta metodologia de ensino, apontam o incremento do aprendizado pelo maior comprometimento, conquistado por meio da interação social e do desenvolvimento da musicalidade (BARBOSA, 1996; SWANWICK, 1994; SANTOS, 2001; CRUVINEL, 2005; SANTOS, A. R. 2014).

Também, como base teórica, o projeto está alinhado aos fundamentos da educação musical praxial, filosofia desenvolvida por David Elliot (1995) que, entre outras propostas, aposta na educação multicultural, na ideia de que fazer música é um objetivo viável para todas as pessoas, isto é, um objetivo educacional e musical possível para todos os alunos (ELLIOTT, 1995, p. 33). Partindo desse pensamento consideramos as diversas implicações que nos trazem as experiências musicais: o autoconhecimento, a elevação da autoestima e a satisfação de ter alcançado os objetivos programados. Esta satisfação é fulcral no ensino da música, sendo importante alargá-la a um público amplo, “pois muitas pessoas na nossa sociedade têm um interesse especial em perpetuar o mito romântico da música como um talento” (Idem, p. 235). Portanto, é preciso romper o paradigma do “talento” e do “dom”, oportunizando o acesso ao ensino musical para um maior número de pessoas.

OBJETIVOS DO PROJETO OFICINA DE CORDAS

a) Criar um grupo de cordas e ensinar fundamentos musicais por meio do ensino

coletivo de instrumentos aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens com habilitação em Artes Visuais e Música; a alunos da comunidade acadêmica e ao público externo à universidade.

b) Conhecer e aplicar processos de ensino e aprendizagem coletiva de instrumentos musicais, desenvolvendo e ensinando a música num contexto multicultural e prático.

c) Consolidar competências e habilidades para a docência da educação musical por meio de um instrumento musical.

METODOLOGIA

Este é um estudo de abordagem qualitativa que entre outras características tem: a) o ambiente natural como fonte direta, b) um maior interesse pelo processo do que simplesmente pelos resultados, c) a apreciação do fenômeno em toda a sua complexidade no contexto natural.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o trabalho conduz à realização de uma pesquisa-ação como instrumento pedagógico, daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, porque ela conduz a um mergulho à práxis, da qual se extraem as perspectivas latentes de formação, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio em paralelo ao processo de aprendizagem. Portanto, este é um estudo com base na indissociabilidade, princípio fundante para a articulação concreta da atividade fim do ensino superior, caracterizando-se como um processo de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática em prol de pesquisa, extensão e ensino.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas

no projeto são eminentemente pedagógicas, tomando o exercício pedagógico pela própria experiência, configurado assim como uma ação que científica a prática educativa.

CONTEXTO E SUJEITOS

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) está organizada numa estrutura multicampi, isto é, está composta por sete campi universitários localizados de norte a sul do Estado. O campus do extremo sul do Estado do Tocantins fica na cidade de Arraias, fundada em 1733, a partir de um arraial riquíssimo em ouro (a Chapada dos Negros), fazendo com que a formação étnica da população da cidade seja majoritariamente de afrodescendentes e, numa proporção menor, de pessoas oriundas de outros estados do país, formando um painel de múltiplas identidades que favorecem a prática de variadas manifestações culturais. A proposta de implantação de um curso de Licenciatura em Educação do Campo visa à formação de professores qualificados para atender à demanda local e ainda alargar a oferta da educação básica nas zonas rurais. De acordo com o Projeto Pedagógico do curso:

[A] luta principal da Educação do Campo tem sido por políticas públicas que garantam o direito da população do campo à educação, e a educação que seja no e do campo. [...] A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é um território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano (UFT, 2013, p. 21).

A habilitação em artes visuais e música

destaca-se das opções adotadas pelas licenciaturas em Educação do Campo por todo o país, sendo a UFT, a única Universidade Brasileira a contar com uma licenciatura em Educação do Campo, voltada a estas áreas.

A princípio esta escolha pode parecer um tanto arriscada, pois a opção por habilitações mais técnicas, como as ciências agrárias, ou as voltadas às ciências humanas, como a sociologia ou a história, parecem ter uma melhor aplicação prática para os licenciados que irão atuar no campo (e a UFT mantém foco nestes cursos também), mas a visão dos idealizadores do curso foi extremamente feliz, pois as artes, e particularmente a música, têm o poder de atuar na construção de uma identidade coletiva, seja nas comunidades quilombolas, nos assentamentos ou nas comunidades rurais e urbanas (SANTOS; PAES, 2015, p. 4).

O curso de Licenciatura em Educação do Campo se alicerça na Pedagogia da Alternância em dois momentos formativos: tempo-escola, onde são desenvolvidas as atividades no campus, e o tempo-comunidade, período em que as atividades formativas são desenvolvidas no meio social de origem dos alunos. Trata-se de uma metodologia, como lembra Nosella (2012, p. 20), com uma didática específica que articula dialeticamente os saberes escolares com os saberes da vida.

No entanto, alguns desafios se apresentam, dentre eles estão: a articulação do ensino da música com o sistema de alternância; o ensino da música para alunos que não tiveram contato anteriormente com a ciência musical; a procura de um programa com suficientes conteúdos para uma boa capacitação; a aproximação de um tipo de educação musical que esteja contextualizada na prática e que, ao mesmo tempo,

considere a realidade cultural e social dos educandos.

A resolução de tais questões passa por várias iniciativas, dentre elas, alguns professores do curso optaram por oferecer aulas e oficinas por meio de atividades de extensão. São cursos não obrigatórios e que têm contribuído de forma inequívoca para a complementação da formação dos futuros docentes.

A proposta da Oficina de Cordas é ser um curso de extensão e pesquisa onde o fazer musical esteja contemplado como item principal das atividades, levando os alunos a serem não apenas consumidores de música, mas que, principalmente, sejam produtores dessa música, por meio do emprego dos instrumentos musicais como ferramentas que permitam “experiências musicais” práticas e verdadeiras, e não apenas simples apreciação musical passiva.

O estudo e a prática do projeto acontecem nas dependências da unidade centro do campus de Arraias da Universidade Federal do Tocantins. Os sujeitos do estudo são prioritariamente os estudantes da licenciatura em Educação do Campo, mas também há alunos dos cursos de licenciatura em Matemática, em Pedagogia, em turismo, técnicos administrativos, além do público externo à universidade.

Nesse aspecto, não só celebramos a tão desejada indissociabilidade, como também vemos concretizada a aproximação da universidade com o público externo. Especialmente no Campus de Arraias, por existir um distanciamento não apenas físico da população do município em relação ao campus, mas da ausência de participação efetiva dessa comunidade nas atividades que acontecem na instituição.



Figura 1 – Professora Ana Roseli Paes dos Santos com alunos do curso Oficina de Cordas. Fonte: Imagem de arquivo do projeto Oficina de Cordas (Arraias, 2016)

PROCEDIMENTOS

O conjunto instrumental é formado por violinos, violas de arco e violoncelos, ao qual chamamos de conjunto heterogêneo, e estes instrumentos formam a família das cordas orquestrais³. O ensino em grupo destes instrumentos só é possível pela similaridade de sua construção e pela técnica de execução. O processo de ensino e aprendizagem de cada aula é cuidadosamente planejado, contemplando cada um dos três instrumentos e também o conjunto total de alunos (os três instrumentos em conjunto). As aulas têm a duração de duas horas e meia, divididas em dois momentos: no primeiro momento são trabalhados os manuais com foco na técnica dos instrumentos e na prática da teoria musical; e, no segundo, a interpretação, a musicalidade e a expressão em pequenas obras musicais. Tais obras vão, pouco a pouco, compondo um repertório para as apresentações do grupo.

Além das orientações técnicas, os professores fazem observações reflexivas sobre situações relevantes que emergem das práticas didáticas e das experiências dos alunos. Daí a ênfase no caráter formativo, pois o aluno deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo no processo de ensino e aprendizagem e também em si próprio. Dessa maneira, acredita-se que essa forma de ensino e aprendizagem assume, também um caráter emancipatório.



Figura 2 – Vista de uma aula do curso Oficina de Cordas

Fonte: Imagem de arquivo do projeto Oficina de Cordas (Arraias, 2016)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto ainda está em implantação e desenvolvimento, no entanto, já é possível perceber alguns progressos na aprendizagem técnico-instrumental, seja no desenvolvimento de competências musicais, tanto técnicas quanto teóricas e na autonomia dos alunos. Para além do fortalecimento na autoestima, na motivação, na cooperação entre os elementos do grupo e, principalmente, na ruptura da ideia preconcebida e elitista de que para aprender música é preciso ter um dom especial, ou que o ensino de instrumentos de cordas orquestrais é muito difícil ou não deve ser utilizado para alunos de comunidades onde este tipo de instrumento ou música não é “tradicional”.

Desse modo, os alunos podem se posicionar e se reorganizar (autoconcepção, autoestima, autonomia) como sujeitos capazes, incorporando comportamentos e atitudes cotidianas, como atividades inerentes ao futuro exercício de suas práticas pedagógicas. Desta forma os alunos não só farão e aprenderão música, como também aprenderão como ensinar música por meio de um instrumento musical.

Finalmente, é importante notar que o objetivo do projeto, como sublinhado anteriormente, não é a procura e o desenvolvimento de músicos profissionais, e sim, dar suporte às pesquisas sobre o ensino e aprendizagem instrumental em grupo em diversos contextos, subsidiando o aluno do curso de Licenciatura em Educação do Campo e os demais participantes do projeto, no desenvolvimento das vocações para o estudo de um instrumento musical.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Joel Luis. Considerando a viabilidade de inserir música instrumental no ensino de primeiro grau. Revista da ABEM, Porto Alegre, n.3, p.39-49, jun.1996.

BRASIL. Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 2008, seção 1, p.1. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm> Acesso em 05/fev./2016.

CRUVINEL, Flávia Maria. Educação musical e transformação social: uma experiência com ensino coletivo de instrumentos de cordas. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

ELLIOTT, David J. Music Matters: a new philosophy of music education. New York: Oxford University, 1995.

NOSELLA, Paolo. Educação do Campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

SANTOS, Ana Roseli P. O ensino em grupo de instrumentos musicais: um estudo de caso múltiplo em Portugal e no Brasil. (Tese) Doutorado em Estudos da Criança. Especialização em Educação Musical, Instituto de Educação, Universidade do Minho. Braga (PT), 2014.

SANTOS, Wilson R; SANTOS, Ana Roseli P; Educação do Campo e Educação Musical: formação por meio do ensino coletivo de instrumentos . In SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, I, 2016, Uberlândia. Anais. Uberlândia: UFU, 2016. p. 1-7.

SANTOS, Wilson R. Orquestras-Escolas: estudo e reflexão. (Dissertação) Mestrado em Artes-Música. Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). São Paulo, 2001.

SANTOS, Wilson R. Educação musical coletiva com instrumentos de arco: uma proposta de sistema em níveis didáticos. (Tese) Doutorado em Música-Educação Musical. Escola de Música, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2016.

SANTOS, Wilson R.; PAES, Ana Roseli. Viabilidade de utilização da educação musical praxial na licenciatura em educação do campo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, III, 2015, São Carlos. Anais. São Carlos: UFSCAR, 2015. p.1-11.

SWANWICK, Keith. Ensino Instrumental enquanto Ensino de Música. Cadernos de Estudo Educação Musical: Atravez, v. 4, n. 5, p.1-5. São Paulo, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Campus de Arraias). Arraias, 2013. Disponível em <<http://download.uft.edu.br/?d=2b2b330c-2a4c-4065-93d3-dc1e7975728d;1.0:05-2014%20%20PPC%20de%20Licenciatura%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo,%20Campus%20de%20Arraias.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2015.

O PROJETO VICEPPE E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

THE VICEPPE PROJECT AND ITS IMPLICATIONS IN EDUCATION PSYCHOLOGY OF STUDENTS

Elzenita Falcão de Abreu

Profa. Dra. da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf elzenita.abreu@univasf.edu.br

Resumo

Este trabalho se propõe a relatar as experiências de aprendizagem de estudantes de Psicologia, adquiridas com o projeto de extensão denominado Viceppe – Vivências Colaborativas em Escolas Públicas de Petrolina. Foram realizadas palestras socioeducativas, oficinas temáticas, capacitações de professores, rodas de conversa com a comunidade escolar, orientação psicopedagógica e encontros educativos para integração família-escola. As estratégias de ensino-aprendizagem permitiram, às alunas, uma maior reflexão sobre a prática profissional e melhor compreensão do contexto escolar. Registra-se a importância dessa experiência para a formação dos acadêmicos do referido curso, no sentido de lhes possibilitar a emergência de novos significados a partir do enfrentamento de diferentes situações de aprendizagem, potencializando-as para o exercício da formação em contextos semelhantes.

Palavras-chave: Projeto de extensão. Estudantes de psicologia. Experiências de aprendizagem.

Abstract

This study aims to report the experience of learning psychology students, gained from the extension project called Viceppe - Experiences in Collaborative Public Schools Petrolina. Were realized socio-educational lectures, thematic workshops, teacher training, conversation circles with the school community, psychoeducational guidance and educational meetings for family - school integration were performed. The teaching-learning strategies allowed the students a greater reflection on professional practice and better understanding of the school context. Join the importance of this experience for the training of academic psychology, to allow them the emergence of new meanings from the confrontation of different learning situations, empowering them to exercise training in similar contexts

Keywords: Extension project. Psychology students. Learning experiences.

INTRODUÇÃO

A Psicologia, como campo de conhecimento e como profissão, tem se inserido em diversos espaços educacionais, com ações que são destacadas pelo compromisso social com a transformação da sociedade e pelo investimento no movimento da subjetividade dos seres humanos envolvidos nesse processo.

Nessa perspectiva, registra-se a experiência do projeto de extensão denominado Vicepe - Vivências Colaborativas em Escolas Públicas de Petrolina, o qual foi desenvolvido de 2006 a 2010, ininterruptamente. Ressalta-se que não foi realizado em 2011, mas voltou com suas ações em 2012/2013, prosseguiu por 2014/2015, finalizando sua última versão em 2015/2016.

O Vicepe nasceu decorrente da demanda oriunda das escolas públicas de Petrolina, que procuravam o Colegiado de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, solicitando aos professores palestras, cursos e capacitações, entre outras atividades. Diante dessas constantes solicitações, idealizou-se este projeto, que teve como principal proposta propiciar a inserção de universitários na realidade social, promovendo uma interação entre os saberes popular e científico, instrumento fundamental para a transformação da sociedade. Pretendeu, ainda, abrir espaços de diálogos com as redes de Ensino Público do município de Petrolina, visando à construção de novos saberes que possam contribuir com a formação dos estudantes, com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, além de procurar atender as demandas da comunidade em geral.

Para atingir seus objetivos, buscou alternativas de inserção dos saberes especializados nas comunidades e procurou oferecer novas formas de aprendizado para os

estudantes universitários interessados em vivenciar a articulação entre teoria e prática, estreitando os laços existentes entre o ensino, a pesquisa e a extensão – que é a proposta maior de nossa universidade. Sua equipe esteve formada por alunos de Psicologia da Univasf, na perspectiva de, junto aos educadores locais, identificarem os desafios existentes e buscarem formas e estratégias que contribuíssem para a reflexão, no sentido de superar os obstáculos.

Dessa forma, pretendeu-se fortalecer as ações de extensão da universidade com as comunidades, por meio do citado curso, construindo espaços de debates, de formação e informações, visando reduzir a distância existente entre o saber popular e o saber científico. E, finalmente, objetivou proporcionar a abertura de um espaço, dentro da academia, para discussão de novos conceitos de extensão, propiciando construções de novas pedagogias que possibilitassem a criação de disciplinas que valorizassem essas práticas.

DESENVOLVIMENTO

BASES TEÓRICAS

Uma forte influência teórica no desenvolvimento desse trabalho foi Paulo Freire, cuja concepção de “educação de problematização”, na qual o estudante, situado no contexto, reconhecido em sua riqueza particular e no saber fazer, será incitado à criatividade e a ter uma consciência crítica. Esta proposta fundamenta-se no diálogo, uma vez que a aprendizagem deve ser efetuada conjuntamente pelo educador e pelo educando (NUNES, 2002). A aprendizagem relevante é um processo de diálogo com a realidade social, pois esse supõe participação, interação, debates, trocas de significados e representações, envolvendo professores e discentes.

Sendo o diálogo o meio para a construção

dos saberes, a Universidade deve criar situações existenciais típicas da vida dos estudantes, para promover o debate e incitar a participação de todos. Visto dessa forma, a instituição precisa introduzir formas de participação real de seus membros na comunidade.

Ribeiro (2009) faz referência ao Plano Nacional de Extensão, o qual foi definido a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades. Ressalta que esse documento “assinala a concepção de extensão como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população” (p.337). Dessa maneira, algumas universidades vêm buscando caminhos e possibilidades para desenvolver programas de promoção social com ações de extensão universitária, fazendo com que essas ganhem espaço crescente no meio acadêmico.

Segundo a citada autora, nos últimos anos, a concepção de extensão vem se modificando no cenário brasileiro. A antiga visão assistencialista, que historicamente caracterizava os projetos de extensão, vem dando lugar a programas de promoção social capazes de transformar a realidade política e social das comunidades, investindo no controle e inclusão social.

Na perspectiva de Paulo Freire (1985), quando o educador age ativamente, expressando seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, compartilhando ideias oriundas de outros saberes, desenvolve uma consciência crítica, a qual é constituída por meio da relação com o outro.

A importância de os acadêmicos vivenciarem a relação teoria/prática, num contexto de realidade capaz de favorecer a transformação da sociedade, deve ser valorizada pelos educadores que concebem o voluntariado educativo como uma estratégia de

sentido ao conhecimento acadêmico, reconhecendo suas habilidades e conquistando espaço para tornar-se protagonista e empreendedor social.

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NA COMUNIDADE

Segundo Freitas (1998), falar da inserção do psicólogo na comunidade, do contato estabelecido com uma dada população, pode não ser uma tarefa difícil “se possuímos certezas epistemológicas e filosóficas a respeito da nossa área de atuação e do tipo de papel e compromisso que assumimos em nosso trabalho” (p. 175), embora não desconsidere as dificuldades quando a tarefa é lidar com problemáticas que assolam o cotidiano da população, gerando processos psicossociais nem sempre saudáveis.

Com base em Freitas (1998), no Brasil, nas últimas décadas, o profissional de psicologia tem sido chamado a ocupar novos espaços e a desenvolver trabalhos e/ou atividades, que até então eram pouco frequentes. Observam-se diferentes aspectos instrumentais e metodológicos de ação e intervenção. No entanto, para ela, esses aspectos vão depender dos valores e concepções adotados pelos profissionais na orientação da sua prática, e da relação que estabelecem com o seu objeto de estudo, de investigação e/ou de trabalho. Enfatiza que o aspecto crucial na criação ou determinação das possibilidades sobre o como estudar, pesquisar e/ou intervir, assim como na delimitação e seleção das estratégias de intervenção que serão utilizadas, vão depender da visão de homem e de mundo assumidas pelos profissionais. Além disso, salienta que “tanto o profissional como a comunidade, podem ter ‘modos de ação’ diferentes, orientados por visões de mundo nem sempre coincidentes e conciliáveis” (FREITAS, 1998, p.176).

O que acontece, destaca Freitas (1998), é que a questão da inserção na comunidade pressupõe uma relação que se estabelece entre dois polos:

De um lado, há o profissional de psicologia, com sua formação e os conhecimentos adquiridos, com os instrumentais que aprendeu e adotou como recursos para os seus trabalhos, e com a sua visão sobre o mundo e o homem. De outro, encontra-se a comunidade, os setores da população, com sua dinâmica e características próprias, inserida em um contexto sociopolítico e geográfico, e vivendo em um tempo histórico determinado (p.176).

A autora apresenta, nesse artigo, as possibilidades que têm sido construídas na relação entre psicólogo e comunidade, e ressalta que há diferenças nos motivos que têm orientado essa inserção.

FILOSOFIA DO PROJETO VICEPPE

Para contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o Viceppe buscou alternativas para introduzir saberes especializados nas comunidades, na medida em que inseriu, nas mesmas, estudantes de psicologia, na perspectiva de, junto aos educadores locais, identificar os desafios existentes e buscar estratégias que levassem à superação dos obstáculos. Ao atuar no âmbito das instituições escolares, pretendeu aproximar a comunidade dos conhecimentos, que estão sendo construídos pelos futuros psicólogos da região. Além disso, buscou socializar os conhecimentos práticos com os educadores, embasados em uma fundamentação teórica sólida, produzida no seio da pesquisa na referida área, que podem contribuir para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas.

Para desenvolver as ações do projeto foram selecionados estudantes do Curso de Psicologia, tendo somente uma bolsista do PIBIN (Programa de Bolsas de Integração

da Univasf). Assim, a equipe era formada pela bolsista, discentes voluntárias, coordenadora, professores colaboradores e representantes de instituições parceiras.

A TRAJETÓRIA DO PROJETO VICEPPE

O projeto teve início no ano de 2006 com um Ciclo de Palestras Socioeducativas Itinerantes, desenvolvidas em escolas das redes públicas estaduais e municipais de ensino fundamental e médio do município de Petrolina, proferidas pelas estudantes participantes. O Ciclo de Palestras abordou temas referentes à Psicologia, à Educação e à Saúde, buscando levar aos alunos, educadores, famílias e comunidade em geral, a possibilidade de acesso aos saberes especializados, produzidos no âmbito da academia.

Ao ser renovado em 2007, introduziu a Capacitação de Professores das redes públicas de ensino, sendo realizada em forma de oficinas. Nelas, foram discutidas as principais dimensões do desenvolvimento da criança e do adolescente, sobretudo a dimensão moral. Em 2008, a renovação propôs ampliação e implementação. Foi realizado um Serviço Itinerante de Orientação Psicopedagógica nas escolas, com o objetivo de contribuir nas reflexões e mudanças de posturas e atitudes por parte dos atores que compõem o quadro social das instituições escolares.

Já em 2009, esse trabalho diversificou suas ações a partir das demandas apresentadas por cada unidade de ensino, as mais relevantes para seu contexto. Foram realizadas oficinas sobre projeto de vida com os alunos; palestras socioeducativas para a comunidade em geral; capacitações de professores e rodas de conversas com a comunidade escolar. Devido à grande demanda por parte dos órgãos representantes das escolas estaduais e municipais, constatou-se a necessidade de sua renova-

ção em 2010, na sua 5ª versão, a qual atendeu novas escolas.

Essa renovação buscou contemplar Rodas Educativas Integrativas Família-Escola, com a finalidade de promover ambientes favoráveis ao debate de temáticas como: relacionamento interpessoal, função social da escola, gênero, indisciplina, violência doméstica e escolar, entre outras demandas pelos participantes, a partir das vulnerabilidades e potencialidades de cada comunidade. A proposta da formação dessas Rodas Integrativas teve como principal objetivo promover a aproximação entre família-escola e fortalecer os vínculos comunitários, visando ao enfrentamento coletivo das problemáticas vivenciadas pela comunidade.

Conforme explicado anteriormente, o projeto não foi desenvolvido em 2011 e 2012. Dessa forma, retomou suas atividades em 2013/2014, na sua 6ª versão, considerando novas demandas surgidas. Foram desenvolvidas ações de extensão em um Centro Municipal de Educação Infantil, instituição filantrópica que tem por finalidade a educação básica e o acompanhamento pedagógico das crianças, bem como acompanhar um grupo da terceira idade. O objetivo desta proposta foi favorecer a ampliação da autonomia dos idosos e contribuir com a formação de valores no universo moral das crianças pequenas. Diante dos resultados positivos encontrados pelo projeto Viceppe, deu-se continuidade às atividades em 2014/2015, na sua 7ª versão, com a proposta de desenvolver um "Ciclo de Palestras Socioeducativas Itinerantes" e "Oficinas sobre Projeto de Vida" para adolescentes, considerando as constantes solicitações dessas ações pelas escolas.

Para 2015/2016 foi implementada uma nova proposta para os alunos de ensino médio das escolas públicas estaduais de Petrolina - "Orientação Profissional: Traje-

tórias e Escolhas (OPTE) "; que pretendeu facilitar o autoconhecimento e a reflexão sobre a multiplicidade de aspectos envolvidos na escolha profissional, a fim de ampliar e diversificar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que, além das atividades previstas, a equipe do Viceppe era constantemente convidada para ministrar palestras em instituições não escolares. Foram contemplados o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, o SESC e Prefeitura Municipal de Petrolina.

Outro importante aspecto a destacar, foi a aprovação do projeto para financiamento pelo PROEXT/MEC – Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação e Cultura. Com esses recursos foi possível confeccionar folders e cartazes para divulgar as palestras, adquirir equipamentos e materiais de consumo, que aperfeiçoaram o trabalho do grupo e facilitaram o desenvolvimento das atividades, contribuindo para uma melhor apresentação da equipe na comunidade.

REFLEXÕES SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Considerando que a proposta deste relato é descrever as implicações que as experiências vivenciadas com o projeto tiveram na formação dos estudantes universitários, não serão apresentados os resultados que fazem referência às conquistas alcançadas pelas comunidades contempladas com as atividades, declaradas por seus participantes.

Procurou oferecer novas formas de aprendizado aos discentes universitários, interessados em vivenciar a articulação entre a teoria e a prática, estreitando os laços existentes entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Levando-se em consideração os

indicadores de progresso previstos no projeto, constatou-se que houve um grande interesse das alunas pelo desenvolvimento dos assuntos abordados, com ótimo nível de desempenho das atividades. Também foram conferidas demonstrações de aquisição de novos conhecimentos, observadas nos depoimentos e nos comentários informais, bem como o despertar do interesse pela extensão universitária por parte de todos os envolvidos.

Neste momento, serão apresentados alguns dos depoimentos que retratam experiências de aprendizagem, as quais foram descritas pelas alunas de Psicologia participantes do projeto, nas várias versões. Ao todo foram oito equipes, cada uma delas constituída, em média, por cinco alunas de diferentes períodos do curso. Os depoimentos, que seguem, foram organizados em categorias, de acordo com seus conteúdos, e identificados apenas pelas iniciais dos nomes das participantes.

CONQUISTAS E DIFICULDADES

“A partir do Viceppe consegui desenvolver habilidades que jamais poderiam ser desenvolvidas somente dentro de uma sala de aula, tais como falar em grande público, mediar situações de conflito, ter autonomia para planejar atividades, a ser mais criativa, enfim, uma série de habilidades. Também tive imensas dificuldades, e com elas também aprendi, talvez mais do que com as facilidades”(P.M.G).

“O Viceppe para mim foi um lugar de conquistas, que só veio a acrescentar na minha formação em psicologia. Através dos estudos dos temas trabalhados pelo projeto, das vivências práticas, adquiri uma consciência crítica dos problemas e dificuldades enfrentados pelas escolas públicas”(L.O.C.C).

APRENDIZAGENS

“Na medida em que desenvolvíamos as atividades, entrávamos em contato com as nossas limitações, que implicou em reconhecer que o conhecimento acadêmico não seria suficiente para atingir os nossos objetivos. Saber conceitos, teorias, ter boas notas não mais bastava, era preciso mais; era necessário desenvolver habilidades que nos permitissem, a partir das conjecturas científicas, atingir aquelas pessoas de forma significativa. Enfim, era preciso crescer”(S.C.D.P).

“Aprendemos a ouvir, a falar na hora certa, a dizer não, e a conduzir grupos de forma mais assertiva. A cada reunião aprendemos a entender todo o processo de planejamento, e entendemos que muitas, muitas, muitas vezes nossos planos podiam falhar, e que o mais importante era repensar...”(J.V.S.C).

CAPACITAÇÕES

“Nesse momento, tivemos a oportunidade de articular nossos conhecimentos sobre o que aprendemos em disciplinas no curso de psicologia, tais como: teorias psicogenéticas, psicologia do desenvolvimento, psicologia escolar/educacional, tópicos em psicologia; interface entre saúde e educação, entre outras. Também tivemos a oportunidade de realizar uma discussão sobre que visão de homem o educador deve ter, visando a uma melhor compreensão do ser humano e do modo como ele se comporta”(A.M.A.G).

“A maior capacitação que poderíamos receber veio de nossa orientadora, semana após semanas, às vezes com mais frequência, estava lá de olho em cada passo que dávamos, em cada fala, corrigindo, elogiando, e com excelência capacitando...”(J.V.S.C).

O QUE MAIS MARCOU

“Foi perceber que estávamos alcançando o nosso objetivo no que se refere ao estabelecimento de relações mais próximas entre a Univasf, sobretudo o Curso de Psicologia, e o sistema de educação pública; bem como com a própria comunidade. Estávamos contribuindo para reduzir a distância entre o saber acadêmico e o conhecimento popular, além de participar na construção de um novo conhecimento”(A.M.A.G).

“Os momentos foram únicos e verdadeiramente incríveis, é interessante perceber o quanto mudei e quanto meu grupo também mudou. Aprendemos a conviver e trabalhar nesse grupo, e isso me marcou bastante”(P.M.G).

ANTES E DEPOIS DO VICEPPE

“A experiência com o Viceppe constituiu um marco na nossa trajetória enquanto estudantes de psicologia. Visto que, nos fez sair dos muros da universidade para entrar em contato direto com as demandas reais de uma comunidade, nos colocando diante de um homem concreto, muito mais complexo e desafiador do que a imagem abstrata que formamos com as explicações em sala de aula”(S.C.D.P).

“Poder entrar em contato com a realidade de mundo fora dos muros da Universidade foi uma oportunidade singular de articular entre teoria aprendida no curso e o saber-fazer do psicólogo. Com certeza, esse aprendizado contribuirá na nossa prática profissional futura”(A.M.A.G).

“Percebo que meu caminho e minha percepção mudaram muito dentro da Psicol-

gia. Costumo dizer para meus amigos que para mim a graduação poderá ser dividida em antes do Viceppe e depois dele. Muita coisa mudou, melhorou. Hoje, graças à experiência magnífica que tive no projeto, já sei para onde devo seguir...”(P.M.G).

CONCLUSÃO

A inserção da Psicologia atravessada por intervenções interdisciplinares, realizadas pelas estudantes, veio favorecer construções de espaços educacionais mais democráticos, promovendo a existência do diálogo, da troca de saberes e de momentos de aprendizagens para as alunas envolvidas no projeto.

Desse modo, cabe destacar, que as experiências vivenciadas pelas participantes do Viceppe, proporcionaram-lhes a oportunidade de ressignificar alguns conceitos sobre suas perspectivas profissionais, além de contribuir na percepção crítica acerca da prática e seus efeitos sobre o desenvolvimento das pessoas. Portanto, possibilitaram a emergência de novos significados a partir do enfrentamento de diferentes situações de aprendizagem, potencializando-as para o exercício da formação em contextos semelhantes.

Nessas experiências de intervenções constatou-se, pelos indicadores de progresso previstos no projeto e pelos depoimentos expressos, que as estudantes ampliaram seus conhecimentos acadêmicos, obtiveram um excelente nível de desempenho das atividades e despertaram interesse pela extensão universitária.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. In: Psicologia Reflexão e Crítica Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998.

NUNES, Débora. Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 79, p. 345-336, set. /dez. 2009.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM ADOLESCENTES: O TRABALHO DA LIGA DE EXTENSÃO NO INTERIOR DO CEARÁ

HEALTH EDUCATION WITH ADOLESCENTS: THE WORK OF THE EXTENSION LEAGUE NOT INSIDE CEARÁ

Maria Girlane Sousa Albuquerque Brandão

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Extensionista da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente. girlane.albuquerque@yahoo.com.br

Vitória Ferreira do Amaral

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Extensionista da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente. vycctoriaamaral@gmail.com

Luiza Jocymara Lima Freire Dias

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Extensionista da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente. luizajocymarafreire20@gmail.com

Elys Oliveira Bezerra

Docente da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Membro docente da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente. elysoliveira@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem, extensionistas da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente, sobre a utilização de tecnologias educativas em ações de promoção da saúde sexual de adolescentes no contexto escolar, que envolveu o desenvolvimento de oficinas sobre Sexualidade na Adolescência, no período de julho a dezembro de 2016. Foram realizadas 12 oficinas com alunos do Ensino Médio implementadas, segundo metodologia participativa, baseada em técnicas lúdicas e dinâmicas de grupo. O pátio ou uma sala de aula da escola eram organizados como cenário para receber os alunos nas oficinas educativas, com duração total de 50 a 60 minutos. Contou com o apoio de professores das escolas, Programa Saúde na Escola e Projeto Flor do Mandacaru da Prefeitura Municipal de Sobral e Profissionais das Unidades Básicas de Saúde. A orientação sexual na escola contribuiu na formação de estudantes e na promoção de sua saúde, permitindo que estes possam fazer escolhas, se posicionem e procurem novas explicações em fonte seguras. A adoção de ações educativas, por meio de tecnologias e estratégias em saúde, tem demonstrado ser uma estratégia eficaz para o processo de tomada de decisão, de forma autônoma e consciente.

Palavras chave: Promoção da saúde. Adolescência. Tecnologia educacional.

Abstract

This work aims to report the experience of nursing extension students from the League for the Promotion of Adolescent Health on the use of educational technologies in actions to promote the sexual health of adolescents in the school context, which involved the development of workshops on Sexuality in Adolescence, from July to December 2016. Twelve workshops were carried out with high school students, implemented according to participatory methodology, based on play techniques and group dynamics. The courtyard or a school classroom was organized as a setting to receive the students in the educational workshops, with a total duration of 50 to 60 minutes. It was supported by school teachers, the School Health Program and the Mandacaru Flower Project of the Municipality of Sobral and Professionals of the Basic Health Units. Sexual orientation at the school contributed to the training of students and the promotion of their health, they can make choices, position themselves, and seek new, safe source explanations. The adoption of educational actions through health technologies and strategies has been shown to be an effective strategy for the autonomous and conscious decision-making process.

Keywords: Health promotion. Adolescence. Educational technology.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência, a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade completos (MENEGATTI, 2014). É nesta etapa da vida que os indivíduos vivenciam uma série de eventos, tais como a síndrome da adolescência normal, experimentação de drogas lícitas e ilícitas (COSTA et al., 2013), bem como a descoberta do prazer, somados aos comportamentos de risco, como prática sexual desprotegida e a multiplicidade de parceiros, contribuindo para a gravidez não planejada e o aumento da incidência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) (PEREIRA et al., 2014).

As IST são causadas por mais de 30 agentes etiológicos (vírus, bactérias, fungos e protozoários), principalmente transmitidas, de uma pessoa a outra, por contato sexual e, de forma eventual, por via sanguínea. A transmissão ainda pode acontecer como consequência de uma IST, da mãe para a criança, durante a gestação, o parto ou a amamentação. Podem se apresentar sob a forma de síndromes: úlceras genitais, corrimento uretral, corrimento vaginal e Doença Inflamatória Pélvica (BRASIL, 2015).

Dados do Ministério da Saúde do Brasil revelam que nos anos de 2006 a 2015 a ocorrência de IST mais que triplicou, indo de 2,4 para 6,9 casos/100 mil habitantes. A detecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em adolescentes do sexo masculino e feminino, com 15 a 19 anos de idade, aumentou 12,9% na taxa de detecção no mesmo período. (BRASIL, 2016).

Assim sendo, verifica-se que os adolescentes carecem de orientação sobre os riscos aos quais estão expostos, bem como sobre os métodos preventivos às IST, pois, geralmente, esses não têm diálogo educativo, no âmbito familiar, sobre sexualidade, nem mesmo no ambiente escolar. Para tanto é preciso à inserção dos mesmos em

um processo educativo, tomando como alicerce hábitos pautados em tecnologias e estratégias educativas, por meio de ações de educação em saúde para a promoção da saúde (BESERRA et al., 2008).

A educação em saúde é uma importante ferramenta de prevenção e promoção à saúde que deve provocar, nos indivíduos, a atitude de pensar e repensar os seus hábitos e estilo de vida e conduzi-los a modificar a sua realidade para diminuição de suas vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida, sendo este o intuito deste programa educativo (JARDIM, 2012).

As Ligas acadêmicas são grupos de alunos, que se organizam para discutir e aprofundar conhecimentos sobre um determinado assunto na área da saúde. São ministradas aulas teóricas por alunos e/ou professores, organizadas atividades de pesquisa e extensão, além de cursos e simpósios, também são oferecidas oportunidades de estágios em unidades de saúde públicas e privadas (DENEM, 2014).

A Liga de Extensão e Promoção à Saúde do adolescente (LIPSA) é uma entidade vinculada a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), sem fins lucrativos, fundada em 2015, organizada por acadêmicos de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Visa à formação de profissionais capazes de atuar em uma equipe multiprofissional, realizando ações de promoção à Saúde do adolescente. É composta por doze acadêmicos de enfermagem e quatro professores, sendo um destes o coordenador geral da LIPSA.

Neste sentido, cabe ressaltar a valiosa atuação tanto dos acadêmicos como dos profissionais na educação em saúde na adolescência, em todos os segmentos de saúde e de educação com conhecimentos técnico-científicos e metodologia participativa e reflexiva adquiridos na formação básica e complementar, conduzindo o indivíduo em um complexo processo de mudança de comportamento que influenciarão diretamente em seu projeto de vida.

Assim, esse trabalho tem por objetivo relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem extensionistas da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente sobre a utilização de tecnologias educativas durante ações de promoção da saúde sexual de adolescentes no contexto escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, qualitativo, que envolveu o desenvolvimento de oficinas sobre Sexualidade na Adolescência, realizadas no intervalo temporal de julho a dezembro de 2016, por acadêmicos de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú e extensionistas da Liga de Promoção à Saúde do adolescente. O público alvo envolveu 420 adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos, estudantes do Ensino Médio de escolas públicas do município de Sobral, Ceará.

Como procedimento para o desenvolvimento das ações de educação em saúde, optou-se pela modalidade oficina, de caráter lúdico-pedagógico, por ser uma proposta que permite o estabelecimento de um ambiente de reflexão e compartilhamento de conhecimentos, construído em conjunto, com base nas experiências particulares, possibilitando a aprendizagem dos sujeitos-participantes (CANEIRO et al., 2015).

O trabalho em grupo, na forma de oficinas, possibilita a quebra da tradicional relação vertical que existe entre o profissional da saúde e o sujeito da sua ação, sendo uma estratégia facilitadora da expressão individual e coletiva das necessidades, expectativas e circunstâncias de vida que influenciam a saúde. O espaço grupal mediado pelo diálogo entre profissionais da saúde e os sujeitos ou a comunidade, permite a construção da consciência coletiva e o encontro da reflexão com a ação. (LACERDA, 2013).

Foram realizadas 12 oficinas com diferentes grupos de alunos do Ensino Médio, implementadas segundo metodologia participativa, baseada em técnicas lúdicas e dinâmicas de grupo. O pátio

ou uma sala de aula da escola era organizado como cenário para receber os alunos e realizar as oficinas educativas, durante o intervalo de aulas.

Inicialmente, explicaram-se aos adolescentes escolares os objetivos das oficinas, bem como as temáticas abordadas. Após serem organizados em círculo, iniciavam-se as atividades com a participação, ativa, dos adolescentes nas discussões sobre as temáticas trabalhadas com esclarecimento de dúvidas. Cada oficina teve a duração total de 50 a 60 minutos, realizadas durante o horário escolar, com consentimento dos professores e núcleo gestor. Elas aconteceram em três momentos.

O primeiro momento era composto pela apresentação dos alunos, dos profissionais de saúde e dos extensionistas, seguida da ponderação do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade, por meio de um circuito denominado "Ser Adolescente", voltado para a temática Sexualidade, onde os participantes puderam interagir, de forma dinâmica e ativa, a partir de perguntas às quais os estudantes respondiam mediante placas com a descrição "mito" ou "verdade", tais como: "Deve haver proteção com preservativo em ambos os parceiros?", "Qual a forma correta de usar o anticoncepcional oral?", "O anticoncepcional oral protege somente a gravidez?", "A mulher pode engravidar em qualquer período do mês?", "Somente o homem pode usar a camisinha?", "Ter múltiplos parceiros aumenta o risco de adquirir algum tipo de infecção sexualmente transmissível?".

No segundo momento, apresentaram-se situações-problema envolvendo drogas, sexualidade, cartazes com as imagens simbólicas de infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, direitos sexuais e reprodutivos, gravidez na adolescência e suas consequências, no qual eles deveriam responder como agiriam em cada situação.

No terceiro momento, cada aluno recebia placas como molde de um rosto com expressões de sono, tristeza, alegria, amor, satisfação, raiva, dentre outras, represen-

tadas pelos “emoticons” do aplicativo de comunicação de celular Whatsapp. Cada participante escolhia uma placa com a expressão facial que representasse o seu sentimento em relação à oficina realizada, servindo como um modo de avaliação da oficina, considerando os conhecimentos abordados por meio do relato oral. Ao final das oficinas, elaborava-se o relatório de cada atividade, com registro das observações e impressões dos ligantes facilitadores.

As oficinas foram organizadas por extensionistas da Liga de Promoção à Saúde do Adolescente, com apoio do núcleo gestor das escolas, do Programa Saúde na Escola e do Projeto Flor do Mandacaru da Prefeitura Municipal de Sobral e Profissionais das Unidades Básicas de Saúde. Cabe ressaltar que as facilitadoras foram preparadas por professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú e profissionais da saúde para conduzir as oficinas.

O Programa Saúde na Escola desenvolve diversas ações de saúde na escola, como: ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, capacitação de profissionais e acadêmicos para atuar como multiplicadores e monitoramento da saúde dos estudantes. Já o Projeto Flor do Mandacaru proporciona a atenção à saúde por meio do atendimento, sigiloso, para adolescentes, fortalecendo a Atenção Primária no cuidado de saúde desta faixa etária que ainda tem resistência em procurar a unidade de saúde do seu território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da realização de oficinas com adolescentes no contexto escolar, foi possível estabelecer um contato que promoveu o compartilhamento de informações sobre saúde e sexualidade, por meio da utilização de tecnologias educativas que

buscaram incentivar o protagonismo dos mesmos em meio à sociedade, além do conhecimento da realidade de cada grupo de jovens.

Os alunos mostraram grande interesse e participação durante as oficinas, o que foi evidenciado pela postura adotada pelos participantes, além dos comentários do núcleo gestor das escolas que assistiram às oficinas e que se expressaram surpresos, frente à intensa participação dos alunos nas atividades propostas, evidenciado pelo relato oral dos mesmos.

O desenvolvimento do primeiro momento que propôs aos participantes a reflexão sobre alguns temas relevantes, como o uso da camisinha, por meio de situações mito ou verdade alcançou resultado positivo. A partir das respostas apresentadas pelos adolescentes foi possível compreender que eles possuem um conhecimento prévio que favoreceu o objetivo de se trabalhar a prevenção.

Após cada aluno levantar a placa de mito ou verdade e justificar sua resposta foi explicado que, não há necessidade de ambos usarem os preservativos, pois apenas um preservativo oferece a proteção contra IST. Explicou-se a forma correta de utilização do anticoncepcional oral, bem como a importância de tomar o medicamento, sempre no mesmo horário, e como proceder em caso de esquecimento e que o mesmo protege, somente, contra a gravidez.

Foi ressaltada a importância do uso do preservativo, como forma de prevenção de doenças e não só de uma gravidez indesejada e que, quanto maior o número de parcerias sexuais, maiores os riscos de exposição às IST. Falou-se, ainda, sobre a camisinha feminina e masculina, onde as mesmas foram colocadas em algumas próteses do órgão genital feminino e mas-

culino para que os alunos pudessem visualizar a forma correta de abrir a embalagem e de colocar o preservativo no órgão sexual, pois o conhecimento inadequado sobre o preservativo pode ser um fator de resistência e risco, visto que este só é eficaz quando utilizado de forma correta (BATISTA, 2011).

No segundo momento, durante a apresentação das doenças, os adolescentes ficaram perplexos com as figuras ilustrativas, alguns viraram o rosto para não olhar as imagens, mas aos poucos, começaram a examiná-las, o que demonstrou preocupação e interesse por parte deles. Percebeu-se que ainda existe um grande tabu envolvendo o tema sexualidade e sexo e que muitos pais preferem não conversar com os filhos sobre isso e essa dificuldade de abordar o assunto, também está presente nas escolas.

A escola apresenta papel relevante na detecção de práticas que tornem o adolescente vulnerável participando, diretamente, na elaboração das ações educativas que visem à promoção da saúde do escolar. As ações educativas devem ser estruturadas, de acordo com o contexto sociocultural do adolescente, a fim de potencializar seu êxito, permitindo ao adolescente a troca de experiências e esclarecimento de dúvidas (COSTA, 2013).



Figura: Extensionistas e alunos durante oficina de Promoção à Saúde. Foto: Girlane Albuquerque

Na avaliação da oficina, as placas com as expressões faciais escolhidas e representadas pelos alunos foram de alegria e satisfação, o que revelou a importância da oficina de Sexualidade, pois a mesma possibilitou uma gama de informações relevantes para essa faixa etária, contribuindo para prevenção de agravos e doenças.

Apesar da maioria dos adolescentes terem informações acerca das medidas de prevenção das DST/AIDS, esse conhecimento parece não ser suficiente para assegurar comportamentos sexuais seguros. A maior parte desse conhecimento é proveniente da televisão, Internet e amigos sendo, muitas vezes, superficial sem conseguir sensibilizá-los sobre o risco das inúmeras IST e de adoção de um comportamento seguro (GUBERT, 2007).

Dessa forma, os adolescentes e jovens serão capazes de compreender as melhores escolhas e, ao optarem por elas, serão capazes de lidar, de forma positiva e responsável, com as diversas situações que podem ser vivenciadas, mediante comportamentos de prevenção e autocuidado, sendo a escola um dos cenários que possibilitam a construção, coletiva, dessa conscientização (PINTO, 2013).

Ao ouvir o relato oral dos adolescentes com a impressão positiva sobre as oficinas educativas foi possível evidenciar a afirmação de Fonseca (2010): com esse tipo de metodologia de ensino, é mais fácil aprender. A metodologia participativa é um espaço dinâmico no qual a participação e a reflexão de todos são requisitos, fundamentais, para compreensão dos conteúdos e para construção do conhecimento. A linguagem utilizada para realização de orientação sexual com adolescentes, adaptada às suas vivências do dia-a-dia, também é algo relevante a ser considerado, pois aproxima os educadores dos jovens, tornando o entendimento e a interação mais fáceis, proporcionando maior “absorção” das informações.

CONCLUSÃO

As oficinas educativas aplicadas foram eficazes ao delinear um ambiente de trocas de ideias e de valores, permeando reflexões do indivíduo, a constituição de novos saberes e de uma nova forma de pensar e de agir, tendo como ponto de partida o estímulo à busca de hábitos conscientes. Portanto, a orientação sexual na escola contribui na formação de estudantes, permitindo que estes possam fazer escolhas, se posicionem e procurem novas explicações, em fontes seguras, para tomarem decisões de forma consciente.

Os adolescentes tiveram a oportunidade de esclarecer suas dúvidas e trazer novos questionamentos a serem amadurecidos pela equipe, demonstrando que a interação gerada através da tecnologia busca o impacto das ações de educação em saúde sobre a autonomia dos sujeitos envolvidos contribuindo, ainda, com a formação dos acadêmicos, na gênese de profissionais lapidados, comprometidos com as necessidades de saúde da população.

Assim, é necessário o desenvolvimento de ações de promoção da saúde de adolescentes, de forma permanente, pois é uma população que carece de conhecimento, fato que reflete de modo direto nos indicadores de saúde.

Delineamos como limitações do trabalho, a falta de uma avaliação escrita, como um questionário, por exemplo, aplicado aos adolescentes, avaliando a relevância das oficinas como forma de mensurar, com mais precisão, a efetividade das oficinas, uma vez que estas são resultantes do relato oral em interação com os adolescentes e da observação, direta, das expressões e impressões dos facilitadores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A.B; MARTINS, A.L.M. Conhecimento de adolescentes sobre o uso do preservativo masculino. *Cenarium Farmacêutico*, Ano 4, nº 4, Maio/Nov 2011, ISSN: 1984-3380
- BESSERA, E. P et al. Adolescência e vulnerabilidades às doenças sexualmente Transmissíveis: uma pesquisa documental. *DST – J bras Doenças Sex Transm*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 32-35, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes terapêuticas das Infecções Sexualmente Transmissíveis. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede. Abril. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/AIDS. Brasília, 2016.
- CARNEIRO, R. F. et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. *SANARE*,

Sobral, v.14, n. 01, p. 104-108, 2015.

COSTA, A. C. P. de J. et al. Vulnerabilidade de adolescentes escolares às DST/HIV, em Imperatriz - Maranhão. *Rev. Gaúcha Enferm*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 2013.

COSTA, A.C.P.J; LINS, A.G; ARAÚJO, M.F.M; ARAÚJO, T.M; GUBERT, F.A; VIEIRA, N.F.C. Vulnerabilidade de adolescentes escolares às DST/HIV, em Imperatriz – Maranhão. *Rev Gaúcha Enferm*. 2013.

DENEM – Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina. Sobre as Ligas Acadêmicas – um micro-ensaio. 2014. Disponível em <<http://cociendenem.wixsite.com/cociendenem/ligas-acadmicas>>. Acesso em 27 mar. 2017.

FONSECA, A.D; OLIVEIRA, V.L; CORREA, K.T. Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos(as) de enfermagem. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, vol. 14, núm. 2, abril-jun, 2010, pp. 330-337.

GUBERT, F.A; SANTOS, A.C.L; ARAGÃO, K.A; PEREIRA, D.C.R; VIEIRA, F.C.V; PINHEIRO, P.N.C. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*. 2009;11(1):165-72.

JARDIM, P. D. Educação em Saúde com adolescentes: uma experiência acadêmica na Estratégia Saúde da Família. *Revista Oficial do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente/ULRJ*, v. 9, n. 4, out/dez, 2012.

LACERDA A.B.M; SOARES, V.M.N; GONCALVES, C.G.O; LOPES, F.C; TESTONI, R. Oficinas educativas como estratégia de promoção da saúde auditiva do adolescente: estudo exploratório. *Audiol., Commun. Res.* vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2013.

MENEGATTI, L.; OLIVEIRA, R. B.; GAMA, I. L. FACIDER. Complicações da gravidez na adolescência. *Revista Científica, Colider*, n. 06, 2014.

NOTHAFT, S.C.S; ZANATTA, E.A; BRUMM, M.L.B; GALLI, K.S.B; ERDTMANN, B.K; BUSS, E; SILVA, P.R.R. Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. *Rev Min Enferm*. 2014, jun; 18(2): 284-289.

PEREIRA, B. de S. et al. Fatores associados à infecção pelo HIV/AIDS entre adolescentes e adultos jovens matriculados em Centro de Testagem e Aconselhamento no Estado da Bahia, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 747-758, 2014.

PINTO, M.B; SANTOS, N.C.C.B; ALBUQUERQUE, A.M; RAMALHO, M.N.A; TORQUATO, I.M.B. Educação em Saúde para Adolescentes de uma Escola Municipal: A Sexualidade em Questão. *Cienc. Cuid. Saúde* 2013 Jul/Set; 12(3):587-592.

ARTIGOS

PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO COM FOCO NA MÃE TRABALHADORA

PROMOTION OF BREASTFEEDING WITH FOCUS ON THE WORKING MOTHER

Silvia Marina Anaruma

Docente do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista. smarina@rc.unesp.br

Resumo

O leite materno é o melhor alimento na fase inicial do desenvolvimento infantil, trazendo inúmeros benefícios. Apesar disso, ainda lutamos com o problema do desmame precoce, tendo como uma das causas a volta da mãe ao trabalho. Sabendo que se a trabalhadora tiver mais apoio ela poderá continuar amamentando, resolvemos desenvolver ações de sensibilização da sociedade para melhorar suas condições durante o período de amamentação, sendo este o objetivo do estudo. A Metodologia envolveu um trabalho educativo com foco em alguns setores: as creches e as empresas. Foi feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde e com o Banco de Leite do município, através de atividades diversificadas. Como resultados tivemos: uma melhor visibilidade da realidade, uma maior compreensão do processo de amamentar e das condições mínimas para a sua continuidade, além do desenvolvimento de políticas públicas. Verificamos que, a maioria das empresas desconhecia sobre o assunto. Concluímos que o trabalho foi efetivo, pois observamos que houve um envolvimento dos setores e da comunidade, que apoiou as ações e se comprometeu a mudar esta realidade. Vale lembrar que estas ações devem ter uma continuidade. Esperamos que este trabalho possa ser reproduzido em outros municípios.

Palavras-chave: Mulher e trabalho. Educação Infantil. Amamentação. Maternidade. Gênero.

Abstract

Promotion of breastfeeding with focus on the working mother summary Breast milk is the best food in the early stages of child development, bringing numerous benefits. Despite this, we still struggle with the problem of early weaning, one of the causes being the return of the mother to work. Knowing that if the worker has more support she can continue breastfeeding, we decided to develop actions to raise awareness in society to improve their conditions during breastfeeding, which is the purpose of the study. The Methodology involved an educational work focused on some sectors: day care centers and companies. It was done in partnership with the Basic Health Units and with the milk bank of the municipality, through diversified activities. As Results: we had a better visibility of the reality, a better understanding of the breastfeeding process and the minimum conditions for its continuity, besides the development of public policies. We found that most companies were unaware of the subject. We conclude that the work was effective, since we observed that there was an involvement of the sectors and the community, that supported the actions and committed to change this reality. It is worth remembering that these actions must have continuity. We hope this work can be replicated in other municipalities.

Keywords: Woman and work. Child education. Breast-feeding. Maternity. Genre.

INTRODUÇÃO

De modo a integrar as organizações, profissionais e pessoas da comunidade, interessadas na defesa e no incentivo ao aleitamento materno foi criado o PROAMA - Projeto Amamentar -, na UNESP, estando este atualmente com 18 anos.

O projeto também oferece a oportunidade aos alunos dos cursos de graduação de terem conhecimento sobre essa temática, com a possibilidade de aprofundamento e aplicação desse conhecimento, bem como a tomada de decisões e criação de metodologias de trabalho, cujo planejamento sirva de integração com a comunidade.

Através de algumas disciplinas como: Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação (presentes nos cursos de licenciatura), Dimensões Psicológicas da Motricidade (bacharelado de Educação Física), é possível despertar nos alunos a sensibilização para a importância do aleitamento materno no desenvolvimento humano. Além disso, como o projeto é aberto para a comunidade, ele também tem despertado o interesse dos profissionais da cidade e da região. Temos ainda o envolvimento dos funcionários da Universidade, o que contribui para aumentar o alcance do projeto. Essa diversidade tem sido a marca do projeto e o que nos garante grande visibilidade.

O PROAMA é composto por uma equipe interdisciplinar, envolvendo as seguintes áreas: psicologia, assistência social, fisioterapia, fonoaudiologia e obstetrícia, além de contar com a participação de alunos da graduação. Os profissionais, com exceção da coordenadora do projeto, são todos da comunidade. Temos representantes de duas instituições municipais envolvidas – o Centro de Habilitação Princesa Vitória e a Câmara Municipal, na figura de uma vereadora.

O PROAMA contribui para a produção de conhe-

cimento na área, realizando várias pesquisas, oferecendo cursos de capacitação à comunidade, organizando as Semanas do Aleitamento Materno, atuando no poder legislativo e no executivo para sua condução nas políticas públicas. Ele está relacionado à linha de pesquisa do Depto de Educação, denominada de Educação e Saúde.

Destaca-se ainda que a promoção do aleitamento materno é tema de grande interesse na área da Saúde, uma vez que a desnutrição é considerada o maior fator de risco para as doenças. O aleitamento materno, então, é visto como um dos meios para atingir as Metas da ONU, para o Terceiro Milênio, e está relacionada ao desenvolvimento e à erradicação da pobreza no mundo (IPEA, 2014).

Sabe-se que o leite materno é o melhor alimento na fase inicial do desenvolvimento da criança. Seus benefícios para a mãe e para o bebê são inúmeros. O leite materno previne infecções gastrointestinais, respiratórias e urinárias. Nos países em desenvolvimento, estudos recentes indicam que ele é exclusivo até o sexto mês de vida, podendo evitar, anualmente, mais de 1,3 milhão de mortes de crianças menores de 5 anos (UNICEF BRASIL, 2007).

Dentre os problemas envolvidos com o aleitamento materno temos o desmame precoce, que é a introdução de qualquer tipo de alimento, seja sólido ou líquido, na dieta do bebê, dentro desse período exclusivo de 6 meses (ARAÚJO et al, 2008). Apesar de o nosso país ser um dos mais avançados em termos de conquistas nesta área (VICTORA et al, 2016), o último Senso nas Capitais Federais mostrou que somente 41% das mulheres amamentam de forma exclusiva (BRASIL, 2009).

O desmame precoce pode trazer prejuízos relacionados às disfunções orais muito comuns, como a respiração bucal, que traz alterações dentais e faciais; a má oclusão, que resulta em

problemas de ordem funcional e estética; as alterações fonoaudiológicas na fala (BERNARDINO JUNIOR; SOUZA NETO, 2009); assim como o aumento da morbi-mortalidade, que é uma de suas consequências, principalmente em locais com condições precárias de higiene. Sem o aleitamento materno, o fator de proteção contra infecções diminui consideravelmente (GIULIANI, 2002).

Um dos fatores de risco mais comuns que levam ao desmame precoce é o trabalho. A mulher, quando volta a trabalhar, enfrenta várias dificuldades que acabam interferindo na amamentação. Esta é uma preocupação comum em outros países, razão pela qual a Semana Mundial do Aleitamento Materno do ano de 2015 teve como tema nas campanhas o slogan: “Amamentação e Trabalho: para dar certo, o compromisso é de todos” (IBFAN-BRASIL, 2015).

A mulher trabalhadora tem direitos que podem garantir a continuidade da amamentação no trabalho, mas algumas não têm conhecimento deles. Além disso, não bastam direitos, é preciso haver estrutura para sua viabilização. As empresas, via de regra, cumprem com os direitos da mulher trabalhadora, mas poucas favorecem o apoio necessário para que a mãe continue amamentando. Falta informação e conscientização sobre a importância de promover-se o aleitamento materno. Uma das formas de mudar essa realidade é fazer um trabalho de promoção de saúde, com organizações que envolvam principalmente as mulheres. Entendemos, por promoção de saúde,

O processo de capacitação do indivíduo em melhorar e controlar sua saúde. Para alcançar o estado de completo bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar aspirações, satisfazer necessidades e mudar ou lidar com seu ambiente. Saúde é vista, portanto, como um meio de vida e não um objetivo. Política de promoção de saúde envolve abordagens diversas, mas complementares, le-

vando em conta as diferenças sociais, culturais e econômicas de cada país. (WORD HEALTH ORGANIZATION, 1986).

Entendemos, portanto, que ações de extensão universitária podem auxiliar na promoção da saúde, através da articulação entre a Universidade e os vários setores da sociedade, a fim de que o conhecimento nela produzido possa se reverter em mudanças. Particularmente, quando o foco é o aleitamento materno, o PROAMA – Projeto Amamentar – aproveita a oportunidade das Semanas do Aleitamento Materno (comemoradas anualmente) para realizar este movimento, por meio de parcerias entre o poder público e o privado, neste caso, visando atingir melhores condições para a mulher trabalhadora.

Portanto, este estudo teve o objetivo de desenvolver ações para a promoção do aleitamento materno, no município de Rio Claro – SP, a fim de melhorar as condições da mãe trabalhadora que amamenta. Entendendo que a empresa e a escola são os principais setores envolvidos nesse período da maternidade, focamos nossos esforços na sensibilização da classe empresarial e na gestão das escolas de educação municipal de ensino infantil sem, no entanto, deixarmos de reforçar as ações na área de saúde, por meio de nosso envolvimento com as UBS (Unidades Básicas de Saúde).

Este estudo foi feito de forma coletiva, envolvendo os vários setores da sociedade, assim como a comunidade. Visamos com isso a consciência sobre a importância da saúde, a compreensão das condições objetivas de vida e o papel ativo de cada um na transformação dessas condições. O trabalho em Educação e Saúde tornou-se, então, um dos caminhos para tal realização, pois é na relação entre o conhecimento e as demandas sociais que as mudanças ocorrem.

Somos 40. 678. 651 mulheres economicamente ativas, correspondendo a aproximadamente 42% do total de trabalhadores, de acordo com o último Censo Demográfico (BRASIL, 2010a). Muitas, desse total de trabalhadoras, representam o sustento da família. Além disso, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho é uma tendência já vista nas últimas décadas (QUERINO; DOMINGUES; LUZ; 2013). No entanto, a maternidade e a gravidez são os mais fortes alvos de sua discriminação no mercado de trabalho (SOUZA; RODRIGUES, 2010).

Sendo assim, criar condições para que a mulher possa administrar as duas funções - mãe e trabalhadora - através de políticas públicas, faz-se mais do que necessário. Do ponto de vista da Legislação, temos as leis que protegem a mulher, das quais destacamos as seguintes: a mulher não pode ser dispensada durante o período de gravidez e até 5 meses após sua volta ao trabalho; ela tem o direito a licença-maternidade de 120 dias, pela CLT; a lei 11.770 amplia o período de 120 dias, inclusive com incentivo fiscal, para 180 dias ou 6 meses.

O Programa Empresa Cidadã, que foi criado a partir de 2009, prorroga os 120 dias de licença maternidade por mais 60 dias, totalizando 6 meses (garantindo, assim, o período de Aleitamento materno exclusivo), com a vantagem de poder-se descontar o seu valor previsto no Imposto de Renda. Na prática, trata-se de um valor ativo da empresa e não uma despesa para ela. Tal benefício atende não só as mães biológicas, como também as mães adotivas (BRASIL, 2010 b). Contudo, a adesão é espontânea e ainda é pouco conhecida; dados de pesquisa revelaram que menos de 10 % das empresas ofereceram este benefício (BRASIL, 2012).

O panorama mundial, com relação a esse direito,

é variável. De acordo com notícia fornecida pela BBC - Brasil (2015), há 34 países que cumprem a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que preconiza o tempo de no mínimo 14 semanas de licença-maternidade. Este é o caso do Brasil. Países do Reino Unido, Noruega e Suécia dispõem do tempo de 240 a 315 dias para tal finalidade, enquanto a Croácia concede 410 dias. Países com licenças mais curtas incluem a África e Ásia e, para nossa surpresa, os EUA concedem apenas 12 semanas. Na América Latina, Cuba e Chile são os que oferecem maior tempo. A realidade é que 830 milhões de mulheres carecem de uma política voltada para a maternidade, que seja suficiente para suprir suas necessidades.

Com relação à amamentação, a mulher tem direito a duas pausas enquanto trabalha, o que corresponde a dois descansos, até que seu filho complete 6 meses de idade, ou mais, caso seja necessário (com indicação médica). A mulher pode amamentar nesse período ou descontar esse tempo entrando mais tarde ou saindo uma hora mais cedo do trabalho. Ela tem também o direito, garantido pela CLT, no artigo 396, de ter um local que abrigue o filho perto de onde ela trabalha, seja ele um berçário, uma creche ou outro ambiente propício, caso tenha mais de 30 mulheres na empresa.

Amamentar a criança no trabalho ainda é para poucas empresas, primeiro porque é necessário um local com condições mínimas para que a mãe amamente; segundo porque, normalmente, a empresa é longe do trabalho, dificultando o deslocamento da mãe ou do bebê, exigindo certa estrutura. A creche próxima do local de trabalho seria o ideal, mas são poucas as empresas que oferecem essas condições, sendo mais difícil ainda que tenham creches para os filhos dos trabalhadores.

Qual seria a saída então? Conscientizar a empresa de que ela também é beneficiada, por meio de lucro, quando a mãe amamenta, uma vez que a

mulher faltará menos no trabalho, gerará menos despesas para a empresa e utilizará menos os planos de saúde, pois seu filho será mais saudável. Mas, o melhor de tudo é que a mãe garantirá o melhor futuro para seu bebê, pois a presença dela nos primeiros meses de vida é fundamental para um desenvolvimento saudável do lactente.

Ressaltamos que, para conciliar trabalho e amamentação, é preciso que haja três elementos: apoio, tempo e espaço (REA, 2015). A partir desse ponto é que devemos começar a construir as soluções.

Com relação ao espaço, as Salas de Apoio à Amamentação são uma das soluções. São salas montadas conforme as normas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e basicamente constam de um lavatório, uma cadeira para coleta e um freezer com controle diário da temperatura. Este deve ser um lugar tranquilo e privado para favorecer a decida do leite. É previsto também que tanto a mãe, quanto um funcionário responsável, receba orientação para isso. Maiores detalhes sobre esse projeto podem ser encontrados na Portaria n. 193 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010). Tal é a importância das salas de apoio, que o governo tem incentivado a sua criação. Em 2015 foram registradas 100 salas e a meta do Ministério da Saúde para 2016 é dobrar esse número para 200 salas, tanto em creches, como em empresas (PORTAL BRASIL, 2015).

As Salas de Apoio podem ser instaladas em empresas públicas e privadas, ou mesmo em locais de detenção. Essa ideia foi gerada em função da necessidade das mães que estão amamentando precisarem ordenhar as mamas, uma vez que o leite está em plena produção e se elas não amamentarem, os seios começam a inchar, causando-lhes um grande incômodo. O esvaziamento alivia os seios e o leite retirado pode ser armazenado, o que ajuda na manutenção de sua produção, pois quanto mais leite é consumido, seja na amamentação, seja na ordenha, mais aumenta

sua produção.

Temos conhecimento de que muitas mães, por falta de um espaço adequado, são obrigadas a ordenhar o leite no banheiro do trabalho e jogá-lo, o que, a nosso ver, representa um grande desperdício, já que o leite materno salva vidas. Outras, ainda, por conta de uma carga de trabalho de mais de 40 horas semanais, acabam desmamando seu lactente precocemente, pois a produção de leite vai diminuindo, por falta de estímulo, fora o contato da mãe com o bebê, tão necessário nessa fase da vida, isto sem contar o trabalho informal, que é uma prática da maioria das mulheres trabalhadoras do nosso país, as quais por não terem seus direitos garantidos, voltam previamente ao trabalho, quando seu bebê é ainda um recém-nascido.

Ouvimos relatos de faxineiras, que voltam a trabalhar 15 dias depois do parto. Há também o caso das trabalhadoras autônomas, que têm a mesma dificuldade para ficar com o bebê por mais tempo. Atualmente, aumentam as taxas do trabalho informal por causa da crise econômica por que passa o país, com um acréscimo de 4,6 % (VILLAS BÔAS, 2016). A pesquisa realizada pelo IBGE - PNAD (2015) indica que a população de mulheres em trabalho informal corresponde a 18,4% em 2014, há menos de 10 anos atrás esta era de 19,7%.

Normalmente, a volta ao trabalho representa outra ameaça para a continuidade do aleitamento materno: a entrada do bebê numa creche. A partir de 4 meses de vida do bebê, os municípios disponibilizam as creches, conhecidas como a primeira fase da educação infantil, que corresponde ao período de 4 meses aos 3 anos (direito este previsto no ECA e na LDB). Nesse espaço cumpre-se a função educativa de estimular e cuidar da criança para que ela tenha um desenvolvimento saudável (embora saibamos que muitas mães precisam da creche como um lugar para deixar seus filhos).

Nem todas as escolas têm a preocupação com esta questão, muitas vezes, até a consideram importante, mas não dão conta de controlar tanta demanda, principalmente quando tem poucos funcionários. Contudo, nós acreditamos que esse apoio seja fundamental, pois além do leite materno ser o melhor alimento do ponto de vista nutricional para o bebê, ainda estimula o vínculo entre mãe e filho. Outra evidência é a relação entre o aleitamento materno e a aprendizagem. Em pesquisa realizada no sul do país, verificou-se que as crianças que tinham sido amamentadas por seis meses ou mais tiveram melhor desempenho intelectual (FONSECA et al, 2013).

Por tais motivos, há pelo menos duas ações que a escola pode realizar para ajudar a mãe a manter a amamentação neste período. Uma delas é reservar um espaço para que a mãe amamente: as Salas de Apoio, por exemplo. A outra ação é receber o leite ordenhado da mãe para ser dado a seu bebê por um funcionário mais adequado. Essa ação também estimula o aleitamento materno exclusivo, já que o bebê pode entrar na escola com 4 meses, portanto, faltando 2 meses para completar o período recomendado de 6 meses para a amamentação. Depois disso, como o bebê começa a ter uma alimentação complementar, tudo fica mais fácil, pois ir-se-á alternar as mamadas com outro tipo de alimento; assim, as mamadas vão diminuindo naturalmente e a presença da mãe também.

Infelizmente, a realidade de algumas creches não favorece muito a adoção dessas ações, devido à grande quantidade de crianças, algumas com mais de 80 bebês nessa faixa etária da educação infantil (que vai até o Maternal II). Então as creches dão o leite artificial para os bebês e adotam o uso da mamadeira - dois procedimentos que interferem na amamentação.

O uso da mamadeira pode levar à confusão de bicos, fazendo com que o bebê rejeite o peito e, com o tempo, o abandone. Quanto mais cedo

se introduz a mamadeira, maior será a confusão de bicos. Isto sem contar que, para o lactente, é mais fácil o movimento de sugar. Há ainda outros prejuízos com a introdução precoce da mamadeira, principalmente aqueles relacionados com as alterações no desenvolvimento facial e das funções estomatognáticas, influenciando negativamente na deglutição, na mastigação e na sucção, além de a mamadeira ser uma grande fonte de contaminação (FRANÇA et al, 2008).

Já o leite artificial não é o alimento mais adequado para o bebê neste período, pois ele não tem todas as propriedades do leite materno, apresentando elevada concentração de proteína e outros elementos, bem como um baixo teor de alguns componentes como: o carboidrato, as vitaminas, os minerais, dentre outros.

Além disso, a preparação do leite é inadequada, pois algumas mães o fazem, de modo a misturá-lo com água, ou não mantém a higiene necessária em todo processo, que vai da preparação da mamadeira a sua limpeza após o uso, piorando ainda mais a situação dessa criança. O uso de mamadeira foi encontrado em 58% dos sujeitos da última pesquisa, de prevalência nas capitais brasileiras, com uso mais frequente na região sudeste. A introdução de água, chás e outros leites foi encontrado em até 17,8% já no primeiro mês de vida (BRASIL, 2009). Alguns casos até são justificados, embora outros não (BAIA et al., 2013).

Há também uma cultura da mãe já desmamar o bebê antes dele entrar na escola, isto porque ela acredita que seu filho possa dar trabalho se só amamentado no peito. Esse problema poderia ser evitado se a mãe fizesse a ordenha em casa e estocasse o leite, antes de o bebê entrar na Creche, como já mencionamos, pelo menos até os 6 meses de vida. Acreditamos também que uma política de apoio à amamentação resolveria em parte do problema.

Sendo assim, há duas questões a serem trabalhadas com a escola: a primeira envol-

ve a compreensão sobre a importância do aleitamento materno como o melhor alimento nesta primeira fase da vida, tanto do ponto de vista do desenvolvimento fisiológico, como do odontológico, do fonoaudiológico, do psicológico, do cognitivo, dentre outros. A segunda questão tem a ver com o fato de a escola mostrar que pode apoiar a mãe, incentivando-a a levar seu leite (que ela retirou em casa ou na empresa), para ser oferecido a seu bebê durante sua jornada na creche (de preferência no copinho, colher ou xícara).

Em havendo boa vontade por parte dos agentes da escola, tudo poderia ser organizado para apoiar esta mãe, ainda mais se soubessem que a amamentação interfere, tanto no desenvolvimento, quanto na aprendizagem da criança, sendo, estes, dois elementos que se relacionam diretamente com a função da escola. Como já vimos, há evidências de que o tempo de aleitamento materno tem relação positiva com o desenvolvimento cognitivo. Bebês que foram amamentados até dois anos ou mais apresentaram maior índice de inteligência, uma vez que as propriedades do leite materno contribuem para o desenvolvimento do cérebro (VICTORA et al, 2015).

METODOLOGIA

As atividades foram elaboradas na ocasião da organização da Semana Municipal do aleitamento materno, em consonância com a Semana Mundial que ocorre todos os anos, com um grupo envolvido com a causa, organizado pela Prefeitura Municipal do Município de Rio Claro - SP. Vale lembrar que o tema da Semana Mundial na ocasião era: "Amamentar e trabalhar é possível". O Proama (Unesp) normalmente contribui com a parte da elaboração do projeto, do esclarecimento das bases teóricas e com as ideias para a viabilização das ações. A partir dessas informações, construiu-se um plano de ação em conjunto com as seguintes instituições: Fundação Municipal de Saúde, Secretaria da Educação, Fundo Social de Solidariedade, CIESP, Unimed, Banco de Leite Humano, Câmara Municipal, Santa Casa de Misericórdia e Maternidade, ONGs, Assessoria de Referência e Atendimento à mulher e Grupo de RH. Foram realizadas em torno de três reuniões para a seleção e o planejamento das atividades, assim como para sua logística.

Dentre as atividades organizadas para a sensibilização desses setores, citamos a parceria com o CIESP do município, que possibilitou a reunião com vários empresários, que foram informados sobre os direitos da mulher trabalhadora com respeito à proteção para a maternidade e à continuidade do aleitamento materno. Foi também incentivada a criação das Salas de Apoio à Amamentação e fornecidas as informações de como deveria ser feita a ordenha e a estocagem do leite, o que foi feito pelos profissionais do Banco de Leite do município, o que possibilitou uma aproximação muito valiosa com a classe empresarial.

Atividade semelhante foi desenvolvida na Secretaria de Educação, com coordenadoras e representantes das escolas infantis municipais, reforçando a importância do apoio às mães que amamentam e de um local apropriado não só para a estocagem do leite, como para a amamentação. A atividade teve também a intenção, de sensibilizar os gestores das escolas, sobre a importância da continuidade do aleitamento materno, durante este período da educação infantil.



Figura 1 – Representantes da Secretaria da Educação, Proama, Unimed, Fundação Municipal de Saúde em evento apresentado na Secretaria da Educação. Fonte: elaborada pelo autor

Foi produzido um folder com atividades da semana para distribuição, no qual aproveitamos para transmitir informação sobre a ordenha do leite, já que é uma das ações mais importantes neste período em que a mãe trabalha e ainda amamenta.

Este material foi distribuído para a comunidade e teve o patrocínio do Fundo de Solidariedade do Município.

Dicas para a Mulher que trabalha manter a Amamentação

- Durante a licença maternidade ofereça exclusivamente o seio. Não dê água ou chá.
- Duas semanas antes de regressar ao trabalho comece a retirar e guardar o excedente de leite.
- Dê de mamar no peito antes de sair de casa para o trabalho e imediatamente ao regressar.
- Nos dias de folga ofereça o seio à vontade.
- Nos horários de ausência materna ofereça o leite materno ordenhado e outros alimentos (a partir do 6º mês) com colher, copo ou xicara. Evite usar mamadeiras.
- Aproveite para descansar enquanto o bebê dorme e mantenha uma boa alimentação.

COMO ARMAZENAR O LEITE:

No local de trabalho, após a lavagem das mãos, é bom retirar o seu leite com a mesma frequência com que o bebê estava mamando. Na geladeira ele dura 12 (doze) horas, no congelador e no freezer 15 (quinze) dias. Conservá-lo e levá-lo para casa após a jornada de trabalho.

COMO DESCONGELAR:

O leite deve ser descongelado em banho-maria com fogo desligado agitando o vidro lentamente para misturar os seus componentes.

COMO OFERECER O LEITE:

Deverá ser aquecido apenas o que o bebê for utilizar; caso sobre desprezar. Amornar em banho-maria desligado. Oferecer em colher, copo ou xicara.

PARA MAIS INFORMAÇÕES PROCURE O BANCO DE LEITE

HUMANO DE RIO CLARO, Unidades de Saúde de referência próxima a sua casa ou Ambulatório de Amamentação da Unimed.

Fonte: IBFAN e SENAC adaptados pelo PROAMA.

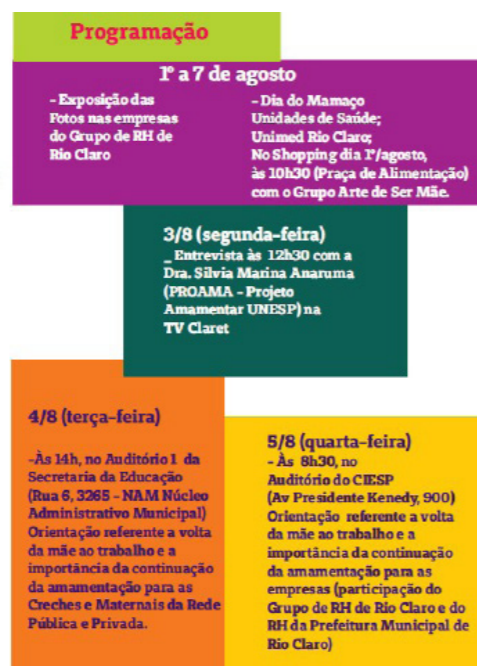


Figura 2 – Modelo do folder informativo –folha 2. Fonte: elaborado pelo estudante Felipe Henrique da Silva

Uma exposição de fotos foi disponibilizada para as empresas de Rio Claro, pela primeira vez. Eram fotos de mães da comunidade amamentando, de crianças de creche iniciando a alimentação complementar e de bebês nas Maternidades e em UTI neonatal. Essas fotos valorizam as mulheres trabalhadoras, empoderando-as, e chamam a atenção das empresas para a promoção da amamentação, quebrando o tabu tão presente na sociedade de que o ato de amamentar é algo que não deva ser exposto, por mostrar os seios.



Figura 3 – Exposição de Fotos de bebês e crianças na fase de alimentação complementar e mulheres na gestação e na fase da amamentação. Fonte: elaborada pelo autor

Outra atividade de grande importância foi a da organização do Dia do Mameço em quase todas as Unidades de Saúde, num total de 13 Unidades (PSF e UBS) e também na UNIMED, bem como no Shopping Center da cidade. Esse dia se caracterizou pela reunião de mães que estavam amamentando e que se concentraram em um espaço público, com a intenção de partilhar este momento com a comunidade e com os profissionais e, mais uma vez, para valorizar as mulheres e a importância da amamentação.

A participação na mídia também aconteceu. Foram realizadas várias entrevistas na TV do município com o tema: A mãe trabalhadora precisa de apoio para amamentar. Além das entrevistas concedidas por nós, houve também depoimentos de mães que estavam amamentando e que trabalhavam. Há que se destacar que em todas as etapas estiveram presentes os alunos do Projeto, ora acompanhando as reuniões técnicas, ora produzindo material, e atuando no contato com a comunidade no que se refere à orientação ou discutindo os problemas relacionados à amamentação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciarmos a discussão sobre as ações desenvolvidas é importante pontuarmos o que entendemos por extensão, a fim de que não pareça que nossas ações tenham uma dimensão unilateral, sem o diálogo efetivo com a comunidade. Assim, a extensão universitária representa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que “promove a ação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade” (Forum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras [FORPROEX], 2012, p.15).

Para tanto, há várias formas de promover-se a extensão, seja como Programas, seja como Projetos e ainda como Atividades. Neste caso, as ações são caracterizadas por Atividades de Extensão, que têm diferentes graus de complexidade, envolvendo ações episódicas e de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, sendo ainda inseridas em áreas temáticas (Universidade Estadual Paulista, 2016, p.6). Nossas atividades foram desenvolvidas junto à comunidade, envolvendo vários setores que organizaram movimentos de esclarecimentos à população.

Com relação às ações desenvolvidas com a participação na mídia regional (televisão), verificamos que este foi um dos momentos mais importantes para a divulgação da Universidade, já que se alcançou uma relevante quantidade de pessoas, causando um grande impacto na sociedade. Portanto, fomos nós, do Proama, os responsáveis por tal função, haja vista termos sido os entrevistados. Interessante, também, foi contar com a produção de um vídeo, que foi passado durante a reportagem com mulheres da comunidade dando seu depoimento acerca da temática. Isto tornou o assunto mais concreto e demonstrou a cooperação que o grupo teve ao realizar este trabalho.

O dia do mameço, realizado nos PSF (Programa Saúde da Família) - que é a denominação dada para um evento que reúne várias mães amamentando em público - também teve um bom impacto no sentido de chamar a atenção da comunidade. Esse evento tornou-se um forte instrumento de em-

poderamento da mulher, apesar de necessitar de um certo incentivo para elas participarem, como o oferecimento de pelo menos um lanche. Foram mulheres que residiam em moradias próximas dos postos.

Esse evento foi feito pela primeira vez no município em 2011, em apenas 1 local. Desta vez, estiveram envolvidas 13 unidades de saúde, a Unimed local e o Shopping Center, chegando a reunir mais de 30 mães amamentando. Como se vê, de lá para cá, houve um avanço significativo.

O envolvimento da área da saúde nessa temática é fundamental, uma vez que envolve o apoio dos profissionais da saúde com quem a mãe se relaciona. É comum ouvir desses profissionais a frase “é necessário ir preparando o bebê, acostumando-o com a mamadeira”, enquanto o conselho deveria ser no sentido de pensar junto com a mãe que deseja manter a amamentação, uma solução para tal (REA, 2002).

A exposição de fotos de mulheres da comunidade, crianças e bebês chamou a atenção para a importância das fases de gestação e alimentação na 1ª infância, sobretudo, quanto ao aleitamento materno e à alimentação complementar. Percebe-se que esse tipo de linguagem, ligada às artes, sensibiliza as pessoas, muitas vezes, mais do que palavras. Além disso, ela também trabalha com o preconceito que se tem da exposição da mulher amamentando. Nos vários locais em que a exposição foi exposta, observamos que as pessoas identificavam as pessoas da comunidade nas fotos e essa reação parecia trazer uma proximidade maior com o fenômeno, havendo não só uma identificação, como uma valorização da própria comunidade.

Com relação ao impacto das atividades desenvolvidas na comunidade, temos a dizer que nos dois encontros realizados no CIESP foi possível reunir aproximadamente 30 representantes de empresas. A reação dos participantes foi muito positiva, demonstrando boa vontade para atuar

na modificação dessa realidade relativa à importância do aleitamento materno. Foi a primeira vez que conseguimos reunir esse setor e consideramos que o trabalho teve bons frutos.

O que chamou a atenção foi a reação do grupo às apresentações do Banco de Leite, que descreveu o processo de ordenha, a fim de contribuir para a orientação das mães e reforçar a importância da trabalhadora continuar amamentando e mesmo da importância da doação de leite. A maioria desconhecia o trabalho deles. Somente essa integração entre os vários setores da sociedade pode favorecer uma mudança, principalmente quando falamos do desenvolvimento da primeiríssima infância. Esse procedimento também é fundamentado pelo trabalho em rede (BRASIL, 2011).

Encontramos também no município, com aproximadamente 200 mil habitantes, somente duas empresas privadas, uma de médio porte e outra de pequeno porte, com berçário no município. A realidade é que montar um berçário para atender aos filhos dos funcionários pode ser extremamente oneroso. As empresas acabam optando pelo auxílio-creche, que é um valor repassado à trabalhadora quando a empresa, com mais de 30 mulheres, não dispõe de creche (BRASIL, 2016).

Já nas ações voltadas à escola, consideramos que não houve a adesão esperada nos encontros feitos na Secretaria da Educação. Houve a presença de aproximadamente 30% das escolas convidadas, sendo que o município de Rio Claro tem mais de 20 escolas municipais. Por outro lado, como ponto positivo, tivemos a integração com as nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar da rede, do Banco de Leite e da Universidade.

Quanto às escolas particulares, apenas duas participaram do evento, embora todas tenham sido convidadas. Não se sabe se por ter havido problema de indisponibilidade de funcionário ou se

o interesse sobre a questão ainda não tenha sido despertada. Talvez possa ter havido também, um problema de integração. O fato é que nós não sabemos como o setor público e privado dialogam nesse espaço. Enfim, este tem sido um dos nossos maiores desafios: envolver a comunidade seja ela em qualquer âmbito, nesse estudo que prima pela consciência da importância do aleitamento materno, não só para a saúde dos lactentes, mas para a saúde sociedade como um todo.

Há pouca informação sobre a estrutura das creches e as rotinas de acolhimento no Brasil. Sabemos, no entanto, que nas Normas para construção e instalação de creches está previsto um espaço para as mães que amamentam. Os trabalhos indicam que esse tema é pouco explorado nas pesquisas (BRAGA, REZENDE, FUJIMORI, 2009).

Contudo, na conversa cotidiana com professores e monitores de creche temos alguns relatos que descrevem a dificuldade de manter a amamentação exclusiva dos bebês, pois eles têm que ficar muito tempo esperando as mães. Outro problema apontado pelas monitoras foi o dos bebês que são amamentados, mas que passam um longo período longe das mães e, por isso, choram muito, uma vez que querem mamar. Mais uma vez, o problema poderia ser amenizado com o oferecimento do leite materno armazenado.

Um dos resultados mais importantes deste trabalho foi o de ter conseguido o compromisso de realizar um Projeto piloto, envolvendo uma escola infantil, em parceria com a Fundação Municipal de Saúde, para implantar uma Sala de Apoio à Amamentação, o que para nós representa um investimento muito importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é importante, na medida em que reforça a ideia de que a promoção do aleitamento materno é de certa forma

complexa, como toda ação que envolva a saúde, embora desperte interesse de todos. Muitas questões estão em jogo, como: a responsabilidade do cidadão em cuidar de sua saúde; a responsabilidade do Estado; a Educação que deve desconstruir a cultura do leite artificial, reforçando o conhecimento sobre as vantagens do aleitamento materno; e as políticas públicas que facilitem a condução dos nossos direitos.

A contribuição da Universidade para atingir tais metas é fundamental, devido à sua responsabilidade de informar e formar a população. Ela é um dos elos principais para a transformação da sociedade. Além disso, ela tem tido um grande peso como mediadora entre o poder público, as demais instituições e a comunidade; portanto, temos que aproveitar o reconhecimento da Universidade para abrir portas para nós, que temos uma formação profissional e diferenciada, mas que deve ser colocada a serviço da comunidade.

Também não podemos perder de vista que os determinantes para o sucesso do aleitamento materno não se resumem ao trabalho, nem ao apoio da escola, mas também envolve a família, as condições de vida da população, o acesso à informação e, no limite, do apoio de todos nós, no que for possível. Como demonstrado, os direitos das mulheres trabalhadoras precisam ser revistos, principalmente com relação ao aumento do período de licença maternidade, para que elas possam se dedicar mais a seu bebê, num momento que é o mais vulnerável do desenvolvimento. O mesmo deve ser pensado para as trabalhadoras autônomas, cujo tempo é também restrito.

Queremos lembrar, ainda, que este trabalho deve ser contínuo, educativo e inovador. No caso do aleitamento materno, podemos dizer que se trata de um hábito antigo, que precisa com frequência ser retomado, porque no momento histórico em que vivemos se dá mais importância para o que é mais cômodo, rápido e mecânico.

Essa forma de lidar com a vida não combina com a amamentação, que exige atenção, dedicação, entrega e, sobretudo, vínculo. Dessa forma, todas as ações que inovam nesta área são muito bem vindas.

Os movimentos em defesa do aleitamento materno formam uma rede coesa, a qual todos nós devemos estar incluídos, e ele tem nos ensinado muito a respeito de como atuar na área de promoção e de ocupação dos espaços necessários, bem como do trabalho em rede. É por isso que seu trabalho tem sido uma referência mundial.

Esperamos que este modelo de intervenção possa ser aproveitado por outros municípios, pois acreditamos que quanto mais investirmos nessas ações, maior será a possibilidade de termos uma geração mais saudável num futuro próximo. Temos que lembrar ainda que muitas mães abandonam o emprego depois da licença-maternidade, por não terem com quem deixar suas crianças e isto não é interessante nem para ela, nem para o mercado, embora haja como minimizar a separação entre mãe e bebê através de uma adequação da estrutura nas empresas e nas escolas.

Como pode ser visto, a partir da articulação da Universidade com a comunidade, dissolve-se essa divisão entre nós. A comunidade participou de várias etapas do Projeto, como sujeitos e grupos diferentes, porque este envolveu várias etapas. Ora estávamos com os patrões, ora com as trabalhadoras e trabalhadores; ora com os gestores, ora com todos os elementos juntos.

Embora se tenha a impressão de um trabalho unilateral, isso não ocorreu, já que a própria organização foi um trabalho realizado com a comunidade. No entanto, alguns esclarecimentos foram feitos para a comunidade, já que acreditamos que esta seja uma das fases para a formação do conhecimento, mas, em nenhum momento,

sem que houvesse uma troca entre todos os integrantes desse processo. Se isto não tivesse ocorrido, não teríamos, então, um resultado efetivo.

Para finalizar, acreditamos que este trabalho proporciona uma contribuição significativa tanto para a sociedade, quanto para a Universidade, daí a importância dos projetos de extensão, enquanto recurso de ampliação na formação dos estudantes e enquanto possibilidade de transformação da realidade, bem como da superação das diferenças, sendo que a Universidade ganha mais credibilidade e aceitação perante a comunidade. Faz-se importante dizer que por meio desses trabalhos é que vemos a real mudança sobre a qual falamos em nossas aulas. Esperamos, então, que outras ações, neste sentido, possam ser realizadas nos municípios.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O.D.de; CUNHA, A.L. da; LUSTOSALL, L.R.; NERYL, I.S.; MENDOLÇAL, R. de

C.M.; CAMPELOL, S.M.de A. Aleitamento materno: fatores que levam ao desmame precoce. *Revista Brasileira de Enfermagem (REBEN)*, jul-ago; v. 61, n. 4, p. 488-92, 2008.

BAIA, L.; BARBOSA, L.; SOUZA, L.; LESSA, A. A utilização de sucedâneos do leite materno no primeiro mês de vida. *Revista APS*, v. 16, n. 4, p. 437-443, 2013. Disponível em: <https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/1517/767>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BBC – BRASIL. Quais países oferecem as maiores e as menores licenças maternidade? 12 ago. de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_licenca_maternidade_paises_rm#orb-foote. Acesso em: 13 mai 2016.

BERNARDINO, R.; SOUZA NETO, A.L. de. Análise do conhecimento de gestantes sobre as consequências do desmame precoce no desenvolvimento motor oral. *Biosci. J.*, Uberlândia, v. 25, n. 6, p. 165, 2009.

BRAGA, N. P.; REZENDE, M.A.; FUJIMORI, E. Amamentação em creches no Brasil. *Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.* v. 19, n. 3, p. 465-474, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal. 1ª. Ed., 2009. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_prevalencia_aleitamento_materno.pdf. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico 2010 (a). Tabelas. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Trabalho_e_Rendimento/pdf/tab_trab

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 193, de 23 de fevereiro de 2010 (b). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/prt0193_23_02_2010.html. Acesso em: 06 ago 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta. Brasília: Ministério da Saúde. 2010 (c). 23 p. Il.- (Série F: Comunicação e Educação em Saúde)

BRASIL. Rede Amamenta Brasil. Os primeiros Passos (2007-2010) . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno.

– Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 58 p. : il. – (Série I. História da Saúde)

BRASIL. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Programa Empresa Cidadã atinge menos de 10% das empresas. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/programa-empresa-cidada-atinge-menos-de-10-das-empresas>. Acesso em: 10 ago 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. Programa Empresa Cidadã. Lei de Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/empresacidade/default.htm>. Acesso em: 06 ago 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Legislação Brasileira prevê direitos à mãe trabalhadora. 10 mar. 2016. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/3088-legislacao-brasileira-preve-direitos-a-mae-trabalhadora>. Acesso em: 18 out 2016.

FRANÇA, M.C.T.; GIUGLIANI, E.R.J.; OLIVEIRA, L.D.O.; WEIGERT, E.M.L.; ESPIRITO

SANTO, L.C. do; KÖHLER, C.V.; BONILHA, A.L. de L. Uso de mamadeira no primeiro mês de vida: determinantes e influência na técnica de amamentação. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 4, p. 690-14, 2008.

FONSECA, A.L.M.; ALBERNAZ, E.P.; KAUFMANN, C.C. ; NEVES, I.H.; FIGUEIREDO,

V.L.M. Impact of breastfeeding on the intelligence quotient of eight-year-old children. *Jornal de Pediatria*. n. 89, v. 4, p. 346-353, 2013.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Win7/Desktop/Documentos%20de%20Silvia%20\(E\)/PROAMA/Artigos/2017/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20-FORPROEX-%202012.pdf](file:///C:/Users/Win7/Desktop/Documentos%20de%20Silvia%20(E)/PROAMA/Artigos/2017/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20-FORPROEX-%202012.pdf). Acesso em: 14 jun. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. RJ, n.12, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. RJ, 2015. 137 p. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 27 out.

IBFAN-BRASIL. Rede Internacional em defesa Do direito de amamentar. Participe da programação da SMAM 2015. Disponível em: <http://www.ibfan.org.br/site/noticias/participe-da-programacao-de-atividades-da-smam-2015.html>. Acesso em 18 out.2016.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014. 208 p. : il., gráfs., mapas color.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PROEX, Pró-Reitoria de Extensão. Ações de Extensão Universitária. Programas, Projetos e Atividades. SP, [2016], 6 p. Folder.

EXPERIÊNCIAS DE LEITURA E DISCUSSÃO DE TEXTOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE EXTENSÃO CIVILIZAÇÃO (2014)

EXPERIENCES OF READING AND DISCUSSING TEXTS AND ACTIONS OF PROGRAMA DE EXTENSÃO CIVILIZAÇÃO (2014)

José Claudio Matos

Doutor em Filosofia. Docente de Filosofia na Universidade do Estado de Santa Catarina. Coordenador do Programa de Extensão Civilização.

Amanda Cristina da Silva

Acadêmica do Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Extensão Civilização.

Amabile Costa

Acadêmica do Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Lucas Mendes

Acadêmico do Curso de Biblioteconomia – Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo

Este trabalho analisa a aplicação da gamificação em estratégias de leitura em grupo, conforme a metodologia do Projeto de Extensão Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Apresenta as linhas gerais deste Projeto, a metodologia de leitura baseada no pensamento de John Dewey e a problemática relacionada com as formas de avaliação dos resultados da ação. Descreve os resultados obtidos nas edições de 2013-2 e 2014-1 do projeto, comparando a produção destas oficinas. É apresentado o relato de uma experiência de implantação de elementos de jogos, conhecida como "gamificação", no processo de leitura reflexiva e dialogada do conto "A biblioteca de Babel" de Jorge Luis Borges. Indica possibilidade de posteriores pesquisas e desenvolvimento de atividades que relacionem gamificação e leitura.

Palavras-chave: Extensão. Oficina de leitura. Gamificação. Dewey. Borges.

Abstract

This work analyses the application of gamification in strategies of reading in group, in accord with the methodology of the Project 'Workshop of Reading and Interpretation of Texts', from Santa Catarina State University - UDESC. It presents the outlines of the Project, the methodology of reading as based on John Dewey's thought and the problems related to the ways for evaluating this results. It describes the results obtained in the editions 2013 and 2014 of the Workshop, and compares the products made by these workshops. It is presented a report of an experience of impantation of elements of games, known as 'gamification', in the process of reflective and dialogued reading of the tale "La biblioteca de Babel" by Jorge Luis Borges. It indicates the possibility of furter researches and activities relating gamification with reading.

Keywords: Extension. Reading workhop. Gamification. Dewey. Borges

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a aplicação da gamificação em estratégias de leitura em grupo, conforme a metodologia aplicada no Projeto de Extensão Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Para atingir tal objetivo, será feita a descrição do projeto - e do Programa de Extensão ao qual está vinculado – e dos fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a ação. Articulado com este procedimento, é apresentado o relato de uma experiência de implantação de elementos de jogos, conhecida como “gamificação”, no processo de leitura reflexiva e dialogada do conto “A biblioteca de Babel” de Jorge Luis Borges. Os resultados obtidos e as perspectivas abertas por este procedimento concluem o percurso deste trabalho.

A leitura e interpretação de textos escritos é uma atividade intelectual e social de grande importância. A aprendizagem em contextos escolares e não escolares é fortemente marcada por momentos em que o contato com as informações presentes no texto escrito é necessário e fundamental para os indivíduos. Muito além do aprendizado do código, denominado de ‘alfabetização’, está a habilidade de fazer uso de textos escritos com a finalidade de fruição estética, instrução e aquisição de informações e conhecimentos necessários para a vida social e profissional. A esta relação mais sofisticada com os textos, como artefatos de comunicação e de participação na cultura, costuma-se dar o nome de ‘leitura crítica’, ou reflexiva (MARTINS, 1994).

Tendo como finalidade explorar e desenvolver a habilidade de leitura crítica e reflexiva, vem sendo desenvolvido na FAED-UDESC, desde o ano de 2006 o projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos. Em torno deste projeto, ao longo destes 10 anos, cresceram ações de pes-

quisa e extensão, que atualmente constituem o conjunto denominado Programa de Extensão Civilização – Interpretação e Pensamento Reflexivo. Suas ações correlatas, mantidas em caráter permanente desde 2011 e apoiadas pelo Edital PAEX/UDESC são o próprio Projeto Oficina de Leitura, o Curso de Interpretação de Textos, e o Colóquio Civilização.

PROGRAMA DE EXTENSÃO CIVILIZAÇÃO, AÇÕES CORRELATAS E PRODUÇÕES

Como afirmado acima, o Programa Civilização é formado por três ações de extensão a ele vinculadas, a saber:

- I. O Curso de Interpretação de Textos é uma proposta de curso de curta duração, oferecido aos professores da rede pública de ensino na região da Grande Florianópolis. Sua fundamentação envolve a teoria do pensamento reflexivo e da comunicação, inspiradas na obra do educador e filósofo John Dewey. Com algumas variações de conteúdo e metodologia, visando adequar a atividade aos públicos a quem o curso vem sendo oferecido, ele apresenta conceitos relacionados com a habilidade individual de refletir e investigar, com base na leitura e interpretação do texto, a fim de desenvolver a capacidade de pensamento autônomo e de participação mais qualificada na vida social. Em 2011, como resultado desta ação, foi lançado pela Editora da UDESC o livro *Interpretação Filosófica de Textos – Manual Didático* (Matos, 2011), que se encontra disponível para leitura no endereço: <https://www.dropbox.com/preview/Interpreta%C3%A7%C3%A3o%20filos%C3%B3fica%20de%20textos.pdf>
- II. O Colóquio Civilização, segundo consta em sua apresentação, é um evento de caráter multidisciplinar promovido em parceria pela

UDESC, a Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) e o Centro Universitário Municipal de São José (USJ), que aceita submissões de trabalhos provenientes das áreas de filosofia, arte, educação, ciências humanas e ciências sociais aplicadas. O eixo unificador do evento é a atividade reflexiva de interpretação, e sua relação com o ensino e a cultura. A primeira edição deste evento ocorreu em 2011, e os trabalhos apresentados resultaram no livro *Filosofia e Interpretação* (MATOS (Org.), 2011), disponível para leitura no endereço: https://issuu.com/programacivilizacao/docs/filosofia_e_interpreta_o.pdf.22. Foram publicados ainda outros três livros: *Reflexões filosóficas nas diversas áreas do conhecimento*, pela Editora Universitária da UDESC (2014), *O discurso da civilização e o discurso da barbárie*, pela Editora do Centro Universitário de São José (2014) e *Leitura e Escrita na Construção do conhecimento*, pela Editora do Centro Universitário de São José (2015).

- III. A Oficina de leitura e interpretação de textos, por sua vez, é um projeto que tem principalmente como público estudantes universitários da UDESC e das instituições parceiras do Programa Civilização: FMP e USJ. Outra parceria importante para o sucesso da Oficina de leitura e do Programa Civilização em geral é com o Laboratório de Ensino de Filosofia e Sociologia – LEFIS. A relação com o LEFIS permite a divulgação e a estruturação de ações extensionistas que impactam diretamente no ensino médio, através da formação continuada oferecida aos professores. Recentemente foi renovado o convênio do LEFIS com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, válido por cinco anos, permitindo o planejamento e a execução de novas ações de extensão neste campo.

Por meio da atuação integrada das instituições parceiras, o Projeto Oficina de Leitura tem desenvolvido grupos de leitura de textos dos mais

diversos tipos, autores, assuntos e épocas, sempre tendo em mira a formação da pessoa reflexiva, através do exercício do que se tem chamado de leitura reflexiva e dialogada. Sobre esta modalidade de leitura, se poderia dizer o seguinte:

O objeto da leitura dialogada é a realização de uma experiência bem sucedida de investigação do significado do texto. Por isso, no transcurso de vários encontros, é desejável que haja variedade de temas, autores e formatos. Isso se dá, geralmente, por escolha dos próprios interlocutores que, ao escolher o texto escolhem, em certo sentido, o tipo de exercício que desejam fazer. Do mesmo modo, textos escolhidos pelo professor para leituras dialogadas entre os alunos, definem o tipo de resultado que se espera obter com aquela leitura no processo de ensino/aprendizagem (MATOS, 2011, p. 22).

Esta metodologia vem sendo empregada em diversas edições do Projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, nos anos recentes.

A fundamentação teórica principal para esta metodologia são as teorias da comunicação e do pensamento reflexivo desenvolvidas por John Dewey, como acima mencionado. Este pensador propunha que os indivíduos devem se preparar para praticar o que ele chamava de *lifelong learning*, ou “aprendizado ao longo da vida”. Esta atitude permite a uma pessoa participar ativamente da vida social, seja nas relações pessoais, políticas, profissionais e acadêmicas, reconstruindo constantemente seus hábitos, crenças e valores.

Dewey propunha que a vida social é reconstrução e transmissão constante e, por isso, exige do indivíduo o controle intelectual de suas condutas. Aqui se encaixa o importante papel da leitura; não de qualquer tipo de leitura, e não apenas de volume de textos. Dewey nos leva a pensar que a forma como acessamos e refletimos sobre os textos escritos pode ser uma atividade cognitiva, sensível e simbólica de grande efeito para

uma vida plena e significativa.

Pode-se, em acordo com Dewey, atribuir duas qualidades à experiência da leitura, que fazem dela uma atividade essencialmente educativa: primeiro a leitura é um veículo de transmissão da herança social acumulada, veiculada no texto. Segundo, a leitura é uma ocasião de prática do pensamento reflexivo. O pensamento que opera a leitura não se volta apenas para uma situação individual, mas para uma estrutura de significados publicamente acessíveis e socialmente compartilhados que se encontram formulados em linguagem escrita (MATOS, 2013, p. 588).

Tendo como base esta metodologia de leitura ao caracterizar a ação, entende-se que a leitura de textos escritos é uma atividade que pode ser aperfeiçoada e exercitada, de modo a aumentar a habilidade do leitor.

Esta habilidade se desenvolve tanto na análise da estrutura interna do texto, quanto na apreensão de seus conceitos, noções e informações a fim de compreender, problematizar e estabelecer relações com a realidade circundante. O texto, seja ele informativo ou literário, possui uma dimensão, uma estrutura, uma trama, das quais a leitura dialogada percebe muito mais aspectos do que a leitura individual, espontânea e solitária. O presente projeto promove a condução de reuniões periódicas para a leitura de textos na UDESC e nas instituições parceiras, ministradas pelo coordenador da ação e por membros externos da equipe.

O resultado que se espera atingir é o desenvolvimento de uma habilidade de leitura crítica mais aprofundada, que contribua na relação dos participantes com seu meio social, com a herança cultural a que têm acesso, e naturalmente em seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho descreve duas experiências desenvolvidas, respectivamente, nas edições de 2013 e 2014 do Projeto Oficina de Leitura e Interpre-

tação de Textos. Em ambos os casos o público atendido pela ação se constituiu predominantemente de estudantes universitários. Houve participação esporádica de público externo, e devido à rotatividade e pouca assiduidade do público externo, não é possível avaliar objetivamente os resultados de sua participação no Projeto. As produções a que a Oficina de Leitura deu origem nas experiências de 2013 e 2014 referem-se especificamente a atividades de leitura em grupo entre estudantes universitários da UDESC.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Um dos desafios que o projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos enfrenta é o de como avaliar o resultado obtido pela leitura em grupo. Ou seja, a questão que se impõe à equipe do Projeto Oficina de leitura, poderia ser formulada assim:

Como se pode avaliar com segurança os efeitos da leitura reflexiva e dialogada no público do Projeto, a partir dos objetivos estabelecidos e de mudanças e desenvolvimentos observáveis?

A explicação para a formulação do problema feita nestes termos é a seguinte: Como foi mencionado acima, a leitura reflexiva e dialogada é fundamentada numa teoria do pensamento reflexivo. Se a prática desta leitura for bem sucedida, se poderia esperar como resultado um crescimento no controle inteligente do indivíduo, em sua capacidade de interpretação do texto, entendido como instrumento de pensamento e reconstrução de sua experiência. Mas como observar este crescimento da capacidade reflexiva, sem incorrer nos métodos pedagógicos formais de avaliação? Lembremos de que se trata de um projeto de extensão, e sua natureza envolve atender à comunidade por ações que tenham efeito social ou cultural. Este efeito deve ser obtido, contudo, sem repetir as modalidades e categorias do ensino, pois se não fosse este o caso, a prática da extensão seria redundante e ociosa.

A Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, portanto, na medida em que se apoia na metodologia da leitura reflexiva e dialogada e investe na formação do leitor reflexivo, lida com o problema de, sem replicar categorias do ensino, obter uma medida observável do crescimento resultante de sua ação extensionista junto ao público. Este problema, nos anos de 2013 e 2014 deu origem a duas iniciativas distintas que marcaram a execução do Projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, e que merecem ser mais detalhadamente descritas aqui.

RESULTADOS OBTIDOS - 2013

A primeira destas iniciativas teve lugar no segundo semestre de 2013. Nesta ocasião, o projeto realizou uma oficina de encontros semanais na Biblioteca Universitária da UDESC, com o tema "Sessão Maldita – A Lastimável Tragédia de Tito Andrônico, de Shakespear". O diferencial desta edição foi que, ao invés de simplesmente realizar-se a leitura e discussão desta conhecida tragédia de Shakespeare, toda a atividade foi direcionada à produção de um trabalho escrito. O tema do trabalho eram as noções de 'civilizado' e de 'bárbaro', que aparecem diversas vezes no texto, e que podem ser consideradas como eixos centrais para sua interpretação. O resultado que a Oficina produziu foi um Ensaio, apresentado no próprio Colóquio Civilização 2013 em que seus autores exibem o resultado de suas reflexões ao longo das sessões em que interpretaram e discutiram criticamente o texto da tragédia escrita por Shakespeare. Posteriormente, esta comunicação foi publicada no livro O discurso da civilização e o discurso da barbárie (2014).

Esta produção oferece um resultado palpável para uma trajetória de leitura reflexiva e dialogada, realizada ao longo das 40 horas de execução

desta edição do projeto. Naturalmente, um trabalho deste tipo só é factível quando se lida com um público bem específico, neste caso constituído de estudantes universitários. Ainda seria desejável indagar por um instrumental de interpretação que oferecesse resultados avaliáveis da Oficina de Leitura, para públicos mais amplos e diversos, especialmente no caso dos estudantes do Ensino Médio. Por que?

A resposta é que uma das metas almejadas pelo Projeto oficina de Leitura é a de fortalecer a atitude reflexiva e crítica dos estudantes que passam pelo Ensino Médio. Para isso é que se oferece o Curso de Interpretação de Textos, justamente aos professores da Rede Pública de Ensino. Uma das dificuldades que se tem percebido nas diversas edições do curso e da Oficina de Leitura, diz respeito ao desenvolvimento de materiais e instrumentos que acompanhem o leitor, e eventualmente o professor, no seu contato com o texto, de forma a dar apoio ao processo de construção de significados e de contextualização das ideias a que se chama de 'interpretação'.

Embora a experiência de compor um texto na forma de ensaio, a partir das leituras realizadas na Oficina, indique uma direção para a avaliação da própria Oficina, este procedimento não se aplica facilmente a um público mais amplo. Não seria desejável que a redação de textos fosse a única forma de avaliar os resultados da leitura de textos, conforme a metodologia do Projeto, pois se instalaria a partir daqui o problema de avaliar a qualidade e os métodos de redação, e não apenas da leitura, e o processo se repetiria num ciclo vicioso.

Portanto, a pergunta por uma forma adequada de avaliar os efeitos da prática da leitura reflexiva e dialogada persiste. Na edição seguinte do Projeto, em 2014, outro procedimento foi adotado para solucioná-la.

RESULTADOS OBTIDOS – 2014

No primeiro semestre de 2014, foi oferecida a Oficina de Leitura com o tema “A Biblioteca de Babel: escritos acerca de outros escritos”. O texto escolhido foi o conto “A biblioteca de Babel”, de Jorge Luis Borges, que faz profundas referências às dimensões da linguagem escrita e à possibilidade de sua compreensão.

Este conto faz uma interessante identificação entre o mundo dos objetos da experiência e o mundo da linguagem e do discurso:

O Universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas (BORGES, 1999, p. 38).

Mas a principal razão para sua escolha como objeto da Oficina de Leitura e Interpretação de Textos é que se trata de uma narrativa que fala de outras narrativas, um “escrito sobre outros escritos” e na qual os livros - e a relação das pessoas com eles - representam uma função essencial na própria narrativa.

No projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, o texto escrito, seja ele uma narrativa de ficção ou um texto teórico, é considerado um artefato. Na medida em que se aceita este ponto de vista, o texto deve se prestar a uma utilização por parte dos leitores, especialmente aqui, quando sua leitura é realizada em conjunto. Tal utilização pode significar a construção de novos conhecimentos e reflexões, a complacência estética ou alguma mudança de comportamento. Mas a demanda que se esperava atingir no caso da Oficina de leitura dialogada do conto “A biblioteca de Babel” era por uma atividade ou experiência coletiva, que resultasse em um produto, em um indicativo observável de que a oficina foi relativamente bem sucedida dentro do método proposto. Por iniciativa dos próprios participantes, a atividade proposta para satisfazer esta demanda foi a criação de um jogo a

partir do enredo e do ambiente ficcional de “A Biblioteca de Babel”.

O emprego de jogos em situações de ensino e aprendizagem não é uma novidade. Existem diversas referências a práticas coletivas como a educação, as relações de trabalho e processo de tomada de decisões em que são empregados aspectos de jogos. Este processo é conhecido pelo termo “gamificação”, do inglês game (jogo). Segundo as pesquisadoras Fadel e Ulbricht,

o termo gamificação compreende a aplicação de elementos de jogos em atividades de não jogos. Assim, embora a palavra tenha sido utilizada pela primeira vez em 2010, a gamificação tem sido aplicada há muito tempo (FADEL e ULBRICHT, 2014, p. 6).

As autoras, em sua discussão do assunto, acrescentam a utilidade da sistemática dos jogos como recurso motivacional em atividades coletivas. Por isso, a gamificação do conto de Borges despontou como uma possibilidade fértil de experimentação sobre a forma como o público do projeto se beneficiou da leitura, segundo a metodologia reflexiva e dialogada.

Um dos aspectos da ação de extensão que a equipe estava interessada em avaliar é a diferença, no sentido positivo, da leitura dialogada realizada em grupo, em relação à leitura solitária. Por isso a gamificação veio a calhar, uma vez que

os mecanismos encontrados em jogos funcionam como um motor motivacional do indivíduo, contribuindo para o engajamento deste nos mais variados aspectos e ambientes (FADEL e ULBRICHT, 2014, p. 13).

No caso específico do projeto, ao longo da leitura e interpretação da narrativa de Borges, a gamificação atingiu um nível ainda mais penetrante, pois os participantes se puseram a criar o jogo unicamente a partir de elementos encontrados no texto. Marcelo Fardo, no artigo intitulado “A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem” (FARDO, 2013, p. 03), fala do sistema de

feedback, recompensas, socialização e solução de problemas que o indivíduo encontra nos jogos e passa a aplicar em diferentes situações e contextos.

A hipótese desenvolvida e posta em prática nesta edição do projeto foi a de que, quanto mais sucesso no desenvolvimento e prática do jogo, mais bem sucedida se pode supor que tenha sido a leitura de “A biblioteca de Babel” na oficina. Chegar-se-ia, assim, a uma experiência que indicaria objetivamente o grau de sucesso na utilização do artefato-texto. O caminho seguido na Oficina de Leitura e Interpretação de Textos nesta ocasião se revelou adequado - conforme os resultados foram se manifestando - tanto pelo envolvimento do público, como pela relação entre a narrativa e o jogo que foi criado a partir dela. Quanto a isso se pode recorrer ao discurso de Alves, Minho e Diniz, que apropriadamente afirmam:

A experiência narrativa do indivíduo é gerada tanto pelo acompanhar - ler, assistir, ouvir, etc. - uma história como o de jogar. Essa experiência narrativa leva a uma experiência cognitiva, que se traduz em um construto emocional e sensorial do indivíduo quando este se envolve em uma vida estruturada e articulada (ALVES, MINHO e DINIZ, 2014, p. 20).

Partindo desta associação entre o jogo e as narrativas, e de sua função na aquisição de uma vida individual ‘articulada e estruturada’, podemos acrescentar ainda mais uma reflexão sobre a relação entre as linguagens e os jogos.

Quem olhar dentro de um bom manual de lógica irá observar como as linguagens, consideradas como veículos do significado e do pensamento e expressivas de estados de coisas, são essenciais para o raciocínio correto. Mais ainda, linguagens expressam emoções, anseios, desejos e aversões. E claro, inegavelmente, são o principal instrumento de coordenação e participação em atividades comuns. Uma linguagem,

tal como usamos para nos comunicar e transmitir significados, possui em geral três características principais: A semântica, conjunto de signos, ou símbolos, cuja principal função é representar significados. A sintática ou conjunto de regras, cuja principal função é determinar como os símbolos podem ser corretamente combinados em expressões e fórmulas. E a pragmática, que é a forma como as pessoas de fato empregam a linguagem no seu uso comum, e em certos usos incomuns.

Os jogos, em geral, possuem exatamente estes três aspectos (semântica, sintática e pragmática). A semântica do jogo são as peças, cartas, tabuleiro, peões, e demais componentes de seu repertório. A sintática são as regras para uma jogada correta. A pragmática é a forma efetiva de jogar, interagindo com os demais jogadores em perseguição do objetivo estabelecido. Por isso, a experiência obtida pela gamificação é representativa do processo de busca de significados, emprego de regras e uso prático para solucionar problemas, que em geral chamamos de ‘interpretação’. Este argumento tenta provar a correlação lógica entre jogos e narrativas. Na medida em que esta correlação se sustenta, ela justifica o emprego de jogos como procedimento para avaliar o proveito para as pessoas envolvidas, da interpretação de uma narrativa, como foi o caso na Oficina de Leitura.

Voltando ao caso da “Biblioteca de Babel”: Ao longo das sessões desta edição do projeto, o texto foi diversas vezes retomado, discutido e interpretado, de modo a produzir um cenário inicial para a criação de um jogo de tabuleiro. O resultado esperado seria um jogo cuja estrutura simbólica ou semântica (tabuleiro, peças, cartas) e a estrutura sintática (regras, objetivos, jogadas) representassem a forma como os participantes da oficina de leitura interpretaram o texto do conto de Borges e se apropriaram de seu significado. A atividade teve

3. Na sua vez, cada jogador compra uma carta-livro e procede de acordo com seu efeito. Isto envolve comprar outras cartas, ficar uma vez sem jogar, perder suas cartas, tornar-se o 'homem do livro', conforme o poder descrito por cada carta.

4. O objetivo do jogo é 'bater' com as cartas que se tem à mão. Há duas formas de bater:

a) Compor uma linhagem de 12 cartas-livro, e com isso abrir um novo hexágono.

b) Tornar-se o "homem do livro": um poder dado por uma carta especial.

Além disso, com base nos termos usados pelo próprio Borges, foi elaborada uma lista de personagens que compõem o elenco de personagens que os jogadores podem assumir ao jogar:

ESPÉCIE	REFERÊNCIA TEXTUAL NO CONTO	CARACTERÍSTICAS NO JOGO
Bibliotecários	§ 4: "O homem, o imperfeito bibliotecário, pode ser obra do acaso ou dos demiurgos malévolos; o universo, com seu elegante provimento de prateleiras, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, somente pode ser obra de um deus".	Permanece ligado ao seu Hexágono
Peregrinos	§ 22: "Esses peregrinos disputavam nos corredores estreitos, proferiam obscuras maldições, estrangulavam-se nas escadas divinas, jogavam os livros enganosos no fundo dos túneis, morriam despenhados por homens de regiões remotas..."	Tem objetivos ligados a viajar pelos Hexágonos. Geralmente procuram reter e empregar Vindicações.
Inquisidores	§ 24: "Existem investigadores oficiais, inquisidores. Eu os vi no desempenho de sua função: chegam sempre estafados; falam de uma escada sem degraus que quase os matou; falam de galerias e de escadas com o bibliotecário; às vezes, pegam o livro mais próximo e o folheiam, à procura de palavras infames".	Deslocam-se pelos Hexágonos em busca de livros blasfemos

Purificadores

§ 10: "Outros, inversamente, acreditaram que o primordial era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com fastio um volume e condenavam prateleiras inteiras: a seu furor higiênico, ascético, deve-se a insensata perda de milhões de livros".

Tem objetivos relacionados com a destruição de livros e de Hexágonos

Blasfemos

§ 9: "Uma seita blasfema sugeriu que cessassem as buscas e que todos os homens misturassem letras e símbolos, até construir, mediante um improvável dom do acaso, esses livros canônicos. As autoridades viram-se obrigadas a promulgar ordens severas".

Tem objetivos relacionados a produzir novos livros e novos Hexágonos

Figura 3: Relação dos personagens do jogo com as correspondentes passagens no conto. Fonte: Elaborada pelos autores.

Os jogadores assumem o papel dos personagens e, a partir disso, traçam sua estratégia. Seguem alternando as jogadas, comprando uma carta a cada rodada, e executando as ações determinadas na carta. As 72 cartas possuem instruções que favorecem ou dificultam a ação dos jogadores. A busca pelo equilíbrio entre o aspecto aleatório e o aspecto estratégico caracteriza a motivação e o envolvimento das pessoas com a partida.

A próxima etapa deste processo, a ser desenvolvida em edições futuras será, uma vez criado o jogo, testar e aperfeiçoar o protótipo, em combinação com a leitura reflexiva e dialogada do conto de Borges em que o jogo se baseia. O caminho aberto pela gamificação, usada como forma de avaliar os benefícios da leitura em grupo, conduz a um processo de aplicação e coleta de resultados acerca do jogo que o presente trabalho apresenta. A criação do jogo foi sem dúvida uma experiência significativa, em um Projeto que se volta para a leitura e interpretação de textos. Investigar a forma como o emprego deste jogo em grupos de novos leitores poderá evidenciar suas formas de construção de significados, seu envolvimento e suas perspectivas de aproveitamento da leitura, é a segunda parte do processo de pesquisa motivado por este Projeto de Extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se dar continuidade a esta atividade, e concluir a estruturação de um protótipo de jogo de tabuleiro, que tenha como inspiração o universo ficcional desenvolvido por Borges no conto "A biblioteca de Babel". Esta produção poderá ser consolidada na forma de um instrumental lúdico, e ainda assim didático, que beneficie futuros leitores, em seu contato com o conto de Borges e, por sua referência a outros livros, também ao universo da literatura em geral.

Em reflexões e pesquisas posteriores, se espera poder avaliar até que ponto a metodologia da leitura

combinada com a metodologia do jogo é capaz de contribuir para a formação do comportamento crítico e reflexivo, no contato dos indivíduos com os textos escritos, e o hábito da leitura. Esta parece ser uma possibilidade a explorar, sobretudo a fim de poder atingir o público que passa pelo Ensino Médio. De todo modo, somente quando o plano deste jogo, atualmente em andamento, estiver completamente concluído, é que se poderá oferecer ao público uma resposta objetiva ao que por enquanto, é apenas uma hipótese promissora.

Contudo, embora esta iniciativa em específico ainda mereça melhor elaboração, tudo indica que a pergunta inicial deste artigo fica satisfatoriamente respondida. O Projeto Oficina de Leitura e Interpretação de Textos, por empregar o método da leitura reflexiva e dialogada, exigia uma forma objetiva de avaliar o proveito que os participantes obtinham do projeto. A gamificação, como o caso aqui descrito explicita, é uma alternativa fértil e interessante para avaliar os resultados do Projeto. E, finalmente, tem a vantagem adicional do envolvimento social, da motivação, do crescimento cognitivo e da produção de instrumentos que posteriormente podem contribuir para atividades de alto valor educativo e de socialização.

REFERÊNCIAS

ALVES, MINHO e DINIZ. "Gamificação: diálogos com a educação". In: FADEL, ULBRICHT, BATISTA E VANZIN (Orgs.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimental Cultural. 2014.

BORGES, Jorge Luiz. Obras completas de Jorge Luiz Borges. Volume I. São Paulo: Editora Globo. 1999.

FADEL, ULBRICHT, BATISTA E VANZIN (Orgs.). Gamificação na educação. São Paulo: Pimental Cultural. 2014.

FARDO, Marcelo. "A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem". In: Novas tecnologias da educação. UFRGS. V. 1, no. 1. 2013.

LAURINDO, MATOS, ORDOVÁS, SILVA & VIEIRA. "Sobre as noções de 'civilizado' e 'bárbaro' no contexto ficcional de Tito Andrônico: experiências do Projeto de Extensão 'Oficina de Leitura e Interpretação de Textos' da UDESC". In: O discurso da Civilização e o discurso da barbárie. São José: Centro Universitário Municipal de São José. 2014.

MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura. In: Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense. 1994.

MATOS, YANO & ROHR. "A Oficina de Leitura e Interpretação de Textos: Fundamentos e experiência de um projeto de extensão da UDESC". In: UDESC em Ação. Volume 2, número 1. 2008.

MATOS, José Claudio. Interpretação Filosófica de Textos – Manual Didático. 1ª. Ed. Florianópolis: Editora UDESC. 2011.

_____. "A interpretação de textos e a formação da pessoa reflexiva: sobre a concepção deweyana da leitura". In: Filosofia e Educação. Uberlândia: v. 27, n. 54, p. 579-596, jul./dez. 2013.

_____. (Org.) O discurso da civilização e o discurso da barbárie. São José: Centro Universitário Municipal de São José. 2014.

SEGURANÇA CIDADÃ COMO FUNDAMENTO GARANTIDOR DO DIREITO SOCIAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA CITIZENS 'SECURITY AS A GUARANTEE STRATEGY FOR THE SOCIAL LAW OF CHILD PROTECTION

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo

Mestranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia dannymedeiro@hotmail.com

Resumo

O artigo discute a importância da política pública de segurança para a efetivação do direito social de proteção à infância. Aborda a caminhada das normas protetivas de direitos das crianças e adolescentes em âmbito internacional e interno, e expõe a realidade nacional no que tange às violações dos direitos, refletindo a importância da política de segurança na formulação e efetivação das garantias de direitos humanos para a o referido público. A segurança cidadã é apresentada como estratégia de fortalecimento comunitário e de construção de um espaço seguro para o desenvolvimento humano. A metodologia do presente trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, a partir de registros documental, legislativo e institucional disponíveis em fontes impressas. Apresenta como objetivo um relato de experiência da Ong Gerando Vida e o resultado de uma ação extensionista integrada de políticas públicas para um ambiente saudável.

Palavras-chave: Segurança Pública. Proteção à Infância. Direito Social.

Abstract

The article discusses the importance of public security policy for the realization of social rights of child protection. It addresses the protection of children and adolescents' rights in the international and domestic context and exposes the national reality regarding violations of children's rights, reflecting the importance of security policy in the formulation and implementation of human rights guarantees To the said public. Citizen security is presented as a strategy to strengthen the community and to build a safe space for human development.

Keywords: Public security. Protection of Children. Social Law.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 114 preconiza que a segurança pública é responsabilidade de todos, incluindo assim a participação social na temática. A sociedade deixa de ser mera espectadora e passa a agir conjuntamente com o Estado para o planejamento e controle social das políticas com o fim de que a ordem democrática seja assegurada contra a criminalidade.

A segurança figura como um direito civil e também social enunciado no art. 6º da Carta Magna, e deve ser analisada e planejada de forma a garantir a diminuição das desigualdades, protegendo de forma ampla e igualitária toda a sociedade, tanto mais o público infanto-juvenil que está em um estágio de desenvolvimento. De acordo com a Declaração dos Direitos das Crianças, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tal política pública deve priorizar a proteção das crianças e adolescentes em suas ações.

Essa prioridade advém do direito social de proteção à infância queda mesma forma se encontra no rol dos direitos sociais do art. 6º da Constituição Federal de 1988, sob o título dos direitos e garantias fundamentais. Segundo dispõe o referido artigo “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Ora, no sentido de analisar a realidade social que ainda naturaliza a violação de direitos contra crianças e adolescentes no Brasil é que se torna necessário estudar o problema da efetividade de políticas públicas por parte do Estado. Para a real proteção à infância torna-se imprescindível à implementação de políticas públicas que garantam o efetivo acesso das crianças e dos ado-

lescentes à educação, saúde, moradia, ao lazer no contexto de suas realidades, e o desenvolvimento de tais políticas requer ambiente seguro para a execução de suas ações, possibilitando assim a realização de programas e projetos de cunho preventivo contra diferentes formas de violações de direitos humanos a que estão submetidos.

O artigo tem como objetivos suscitar reflexão sobre como é possível se construir políticas públicas de proteção à infância integradas a uma política de segurança pública presente e participativa em diferentes contextos sociais, em conformidade com os princípios de direitos humanos?; Expor a segurança cidadã como um princípio e concomitantemente uma prática a fim de se garantir a segurança focada no sujeito, com prioridade para grupos mais vulneráveis como crianças e adolescentes; e apresentar os resultados de um relato de experiência da organização não-governamental Ong Gerando Vida na busca pela concretização dos direitos infanto-juvenis a partir da articulação com a Universidade Unisuam e diferentes setores da sociedade com as políticas de segurança pública a fim de valorizar e incentivar ações extensionistas.

A metodologia do presente trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica realizada a partir dos registros disponíveis em fontes impressas sobre segurança pública e cidadã, normas internacionais e nacionais sobre proteção à infância, além de registros estatísticos referentes a violações de direitos das crianças e adolescentes, e programas e projetos institucionais de prevenção e proteção infanto-juvenil e relato de experiência.

SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

2.1 O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA INFÂNCIA

A proteção à infância deve ser levada a efeito com absoluta prioridade, seja através de leis garantidoras ou na efetivação de políticas públicas. No campo legislativo, internacional e nacional, existe um aparato garantidor dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que muitas vezes não se verifica na realidade de muitos contextos comunitários no Brasil. Iniciamos a caminhada legislativa com o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que contém o seguinte texto:

Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Tal texto encontra-se como um dos fundamentos do princípio de proteção integral das crianças e adolescentes uma vez que prevê a assistência especial da infância no que tange aos seus direitos fundamentais. Estes, também são inseridos em nosso ordenamento pátrio no art. 6º, supracitado, e deve ser garantido pelo Estado a fim de se construir uma realidade social que permita a real dignidade infanto-juvenil no Brasil.

Outro instrumento internacional importante como base principiológica é a Declaração Universal dos Direitos da Criança (20 de novembro de 1959) que prevê princípios de proteção especial para o desenvolvimento físico, mental e espiritual da criança, além de abranger direitos de nacionalidade, alimentação, moradia, assistência médica, educação, convivência de afeto e segurança material e espiritual, lazer, prioridade de socorro, proteção contra a exploração do trabalho e atos de discriminação de qualquer natureza.

A Convenção das Nações Unidas Sobre os Direi-

tos da Criança (adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, 21 de novembro de 1990), prevê a formulação de normas legais, internacionalmente aplicáveis, capazes de abranger as diferentes conjunturas socioculturais existentes entre os países. De acordo com Tânia Pereira (1992, p.25):

A Convenção consagra a “Doutrina da Proteção Integral”, ou seja, que os direitos inerentes a todas as crianças e adolescentes possuem características específicas devido à peculiar condição de pessoas em vias de desenvolvimento em que se encontram e que as políticas básicas voltadas para a juventude devem agir de forma integrada entre a família, a sociedade e o Estado. Recomenda que a infância deverá ser considerada prioridade imediata e absoluta, necessitando de consideração especial, devendo sua proteção sobrepor-se às medidas de ajustes econômicos, sendo universalmente salvaguardados seus direitos fundamentais.

Nos anos 90, durante o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, em 28/29 de setembro de 1990, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o desenvolvimento da Criança foi formalizada. O documento tinha como objetivo criar um plano de ação para melhorar a saúde de crianças e mães, combater a desnutrição e o analfabetismo e erradicar as doenças que afetam milhões de crianças a cada ano. Dentre os pontos definidos no encontro, foi assinado o compromisso pelo bem-estar da criança em ação política no mais alto nível, dando a mais alta prioridade aos direitos da criança, à sua sobrevivência, à sua proteção e ao seu desenvolvimento.

Percebemos a preocupação internacional com a necessidade de um contexto cultural e social propício, ou harmonioso, protetor, ou seja, a paz social como pré-requisito para que outros direitos como a educação e profissionalização

pudessem ser efetivados. Ora, pressupõe-se a construção de uma cultura de paz para garantir o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes no mundo.

No Brasil, a Carta Magna de 1988, em seu art. 227 consagra o princípio da proteção integral garantindo que toda criança e adolescente é sujeito de direito, ressaltando-se como lecionam Cury, Garrido e Marçura (2000,p.19) que se tratam “de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento”, credora da prioridade absoluta e da proteção integral e especial afirmada na Lei. De acordo com o mencionado dispositivo:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O mesmo conteúdo do dispositivo constitucional acima transcrito encontra-se no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). De acordo com a UNICEF, o então novo marco legal traduziu os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, e serviu de referência para a América Latina por sua coerência com os direitos humanos, com o respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e pelo compromisso em tratar a infância com prioridade absoluta.

O ECA é o instrumento brasileiro de implementação da doutrina da proteção integral, o mesmo prevê que, “a garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas

relacionadas com a proteção à infância e à juventude” (art. 4º, parágrafo único). Nesta esteira, a teoria da proteção integral além da destinação privilegiada precisa perpassar todos os estágios de formulação das políticas públicas, inclusive a segurança pública.

Nos termos desta proteção, a normativa tem como razão de ser a necessidade de se privilegiar e preservar a educação, o lazer, a formação psicossocial condizente com a condição física de pessoa em desenvolvimento, valorizando acima de tudo o convívio e proteção familiar, tendo por base um espaço comunitário seguro como pedra angular na efetivação destes direitos tão caros ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes do Brasil.

2.2 A SEGURANÇA E A PROTEÇÃO À INFÂNCIA COMO DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

A segurança e a proteção à infância são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º, sob o título dos direitos e garantias fundamentais. Os direitos sociais encontram-se no rol de direitos fundamentais (art. 5º a 7º da Carta Magna), que consubstanciam um conjunto de direitos e garantias previstos na Constituição Federal com objetivo de proteger o indivíduo do Estado, a fim de respeitar os direitos mínimos que o indivíduo possui.

Os direitos fundamentais, por sua vez, representam a incorporação dos direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio. A importância das normas de Direitos Humanos no mundo atual tem grande relevância para a igualização de situações sociais desiguais. Estes são direitos conquistados ao longo da história da humanidade.

A história da evolução dos direitos humanos é marcada por quatro gerações, cada uma com uma nova conquista. A tese das “gerações de direitos humanos” foi pela primeira vez utilizada por Karel Vazak, na aula inaugural que proferiu em 1979, em Estrasburgo.

Os direitos humanos de primeira geração são direitos cujo exercício pelo cidadão requer que o Estado e os concidadãos se abstenham de turbar. Neste sentido, segundo Paulo Bonavides (2000, p.517) “são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado”. Sendo assim: direito de expressão, de associação, de manifestação do pensamento, o direito ao devido processo legal, garantias negativas, que asseguram ao indivíduo que nenhuma instituição ou indivíduo perturbariam seu gozo.

Na segunda geração encontramos os direitos políticos, são direitos positivos que tem a liberdade como núcleo central e garantem a todos os membros de uma comunidade o sufrágio universal, o direito de constituir partidos políticos e o direito de plebiscito.

Os direitos de Terceira Geração são os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Estado passa a intervir na sociedade, no intuito de criar as condições materiais que foram suprimidas pelo formalismo estrito da liberdade.

“Nas últimas décadas pudemos acompanhar o surgimento dos direitos que têm como titular não os indivíduos na sua singularidade, mas grupos humanos, como a família, o povo, a nação ou a própria humanidade”. (Lafer, 1998, p.125). Os direitos de quarta geração são tais como ao meio ambiente equilibrado, à biodiversidade, à paz, e o direito ao desenvolvimento.

Observa-se então que os direitos básicos tutelados pelo Estado foram com o tempo e através das lutas sociais sendo agregados aos textos constitucionais modernos, e passaram a ser exigidos pela sociedade através da efetivação das políticas públicas. Sendo assim, estamos diante de direitos que garantem a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento social. O professor José Afonso da Silva (2000, p. 169) lembra: “o regime democrático se caracteriza não pela inscrição dos direitos fundamentais, mas pela sua efetividade, por sua realização eficaz”.

Neste sentido, a garantia do direito social à segurança, através de uma política pública cidadã nesta temática, possibilita um ambiente social propício para a efetividade dos demais direitos como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, indispensáveis para uma infância e adolescência saudável.

2.3 MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

De acordo com o Relatório Hidden in Plain-Sight da UNICEF (2014), o Brasil, é o segundo país com maior número de homicídios de adolescentes (pessoas de até 19 anos), em termos absolutos. No país, crianças e adolescentes são cerca de 59,7 milhões. De 1991 a 2010, a parcela de brasileiros de até 19 anos caiu de 45% para 33% (Censo Demográfico, 2010), a proporção de crianças e adolescentes em relação à população brasileira vem diminuindo em razão da tendência de envelhecimento do País, na linha de países com o perfil econômico do Brasil.

Entre 1991 e 2010 (Censo Demográfico, 2010), a população infanto-juvenil vivendo em áreas urbanas cresceu de 72% para quase 82%. Essas diferenças demográficas vêm acompanhadas de melhoras nos indicadores relacionados a crianças e adolescentes, como a queda na mortalidade infantil, aumento do acesso à escola e redução da pobreza. Tais mudanças tiveram impacto positivo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, o que revela a importância do investimento na infância para a melhoria das condições de vida do País de forma geral.

Todavia, ainda existem muitos desafios, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Um dado que confirma tal afirmativa é que enquanto 37% das crianças e dos adolescentes brancos viviam na pobreza em 2010, esse percentual se ampliava para 61% entre os

negros e pardos. Segundo a UNICEF, essas desigualdades geram barreiras para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Para superá-las, é necessário, sobretudo, adotar políticas públicas capazes de combater as desigualdades geográficas, sociais e étnicas do País e de celebrar a riqueza de sua diversidade.

Segundo o Relatório do IPEA – Atlas da Violência 2016 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a letalidade policial é a expressão mais dramática da falta de democratização das instituições responsáveis pela segurança pública no país. Quanto ao número de homicídios, o último relatório do Instituto revela que 46,4% dos óbitos de homens na faixa etária de 15 a 29 anos são ocasionados por homicídios, neste contexto de violência “analisando dentro de cada unidade federativa, é gritante a diferença de taxa de homicídio entre negros e não negros, que chega a ser abissal”. Para a UNICEF, o crescimento do número de homicídios de adolescentes é a mais trágica das violações de direitos que afetam crianças e adolescentes. As vítimas têm cor, classe social e endereço. São em sua maioria meninos negros, pobres, que vivem nas periferias e áreas metropolitanas das grandes cidades.

Tais dados revelam apenas um recorte de diferentes violações de direitos humanos que ceifam a vida de crianças e adolescentes brasileiros e negam a eles seu direito de se desenvolver, independentemente de sua raça ou etnia, condição física, social, gênero ou local onde vivem. Também demonstra a necessidade de se garantir de maneira mais eficaz a efetividade das políticas públicas para a proteção à infância no Brasil.

2.4 - EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PARA A PROTEÇÃO À INFÂNCIA

A responsabilização pela implementação das ações voltadas a garantia dos direitos humanos dentro da sociedade política brasileira parte dos governos. Além disso,

também podem ser instituídas em parceria com a sociedade civil organizada.

Para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a Constituição prevê seguir as diretrizes da descentralização político-administrativa e da participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle das ações nos níveis municipal, estadual e federal (art. 227, § 7º c/c 204, I e II), cabendo aos Municípios a responsabilidade pela coordenação em nível local e a execução direta das políticas e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, em parceria com o Estado e as entidades não-governamentais.

Ao considerar a questão da segurança pública uma incumbência dos Estados através de suas polícias, a Constituição prevê um papel bastante reduzido aos Municípios nesta área, o que os deixou por muito tempo distantes dos debates e das intervenções vinculadas à segurança pública. Contudo, essa situação vem sendo modificada com governos municipais assumindo um crescente protagonismo a partir de uma concepção de segurança cidadã que envolve a gestão local das políticas setoriais voltadas à prevenção da violência.

Os Municípios têm um papel central para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil. O desafio central para o sucesso de políticas e programas orientados à prevenção da violência e criminalidade reside na habilidade para, com bons diagnósticos dos principais problemas vivenciados em um dado local, e das áreas, grupos, fatores e dinâmicas mais diretamente associados a eles, formular e levar a cabo políticas localizadas e situacionais que, por força da sua focalização correta e articulação sistêmica, permitam produzir resultados efetivos nos menores prazos e custos possíveis. O conhecimento territorial, cultural e comunitário possibilita um melhor planejamento e execução destas políticas ampliando a efetividade das ações de prevenção

da violência.

Além disso, o conhecimento da população mais vulnerável e uma boa articulação com outros setores e organizações da sociedade civil possibilitam o fortalecimento de uma rede de proteção para crianças e adolescentes que seja mais efetiva. De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho de Segurança Pública do Comitê de Articulação Federativa, a formulação destas políticas municipais realiza-se melhor – ou exclusivamente – por meio da focalização dos esforços nas regiões e públicos mais vulneráveis, da adequação do conjunto de ações específicas dotadas segundo as características particulares de cada local e a evolução das mesmas ao longo do tempo, da construção de parcerias locais e da ampla participação e envolvimento comunitário na produção dos diagnósticos e na formulação e implementação dos projetos e atividades.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICANO BRASIL

Para que a proteção à infância seja efetivada necessário se faz a observância de forma holística de políticas públicas, onde a segurança pública figura como base. A Carta Magna preconiza em seu art. 144 que segurança pública é responsabilidade de todos, o que possibilita a participação social na sua prestação. Neste sentido, ensina o professor José Afonso da Silva (2009, p. 636), “se faz necessária uma nova concepção de ordem pública, em que a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais.”

Para se pensar na construção de um espaço comunitário harmonioso e saudável é importante analisar sob quais paradigmas as políticas de segurança pública estão fundamentadas no Brasil. Segundo Freire (2009, p.49), ainda permanece no país o modelo repressivo pautado no concei-

to de Segurança Nacional:

Estabelece como prioridade a segurança do Estado e a manutenção da ordem social e política. Para a preservação do interessenacional definido pelas elites governantes, é justificado o uso da força sem medidas e em quaisquer condições necessárias à preservação da ordem.

A utilização deste modelo repressivo somados as desigualdades socioeconômicas e culturais implicam a fragmentação do território acompanhada da estigmatização e exclusão das comunidades pobres. De acordo com o Relatório do IPEA – Atlas da Violência 2016 (p. 5) discutir o tema da letalidade policial é necessário para aproximar as instituições policiais da comunidade e romper com a naturalização dos homicídios na sociedade. Assim, entende-se que: por um lado, nesses contextos os direitos não se efetivam através das políticas públicas e da oferta de serviços sociais básicos; por outro, essas comunidades continuam sendo segregadas e representadas socialmente como lócus da violência e do crime.

É neste ambiente de ausência do Estado que o risco social para crianças e adolescentes se amplia, sendo as mesmas violadas diariamente em um ambiente externo de insegurança e repressão, baixa qualidade na educação, ausência de atividades culturais e de lazer que facilitam o aliciamento dos mesmos para a criminalidade e dificultam o acesso a novas escolhas. O território é recurso e abrigo que exterioriza a existência individual e coletiva dos mesmos. Os fenômenos da criminalidade e da violência requerem uma leitura holística para a compreensão de sua complexidade e multidimensionalidade. Segundo o Relatório Seguridad Ciudadana con Rostro Humano: diagnóstico y propuestas para América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre as repercussões negativas das políticas repressivas, estão: o aumento nos níveis de violência letal, o fortalecimento de redes criminais, a superlota-

ção dos sistemas carcerários, a violação de direitos humanos, particularmente contra os adolescentes, e o abuso de autoridade.

O ambiente de permanente tensão entre a força armada do Estado e estas comunidades impede o desenvolvimento local e afeta diretamente a vida de crianças e adolescentes que tem como realidade o acesso facilitado às drogas e ostentação de armas de fogo criando referenciais que podem atraí-los a este universo ou vitimá-los como efeito colateral – por exemplo, serem vítimas de bala perdida. Para Souza (2011,69), “a estrutura e organização das polícias militares continuam seguindo o modelo, a hierarquia e a disciplina militares”. De acordo com a nota técnica do IPEA – Atlas da Violência 2016 (p.16):

O controle do uso da força deveria ser a essência de qualquer Estado que se pretenda democrático e de direito, mas no Brasil ainda é um tema cercado de tensões. Trata-se de uma questão sensível para as instituições policiais ainda não acostumadas à prestação de contas e controles externos e, sobretudo, atreladas a práticas pautadas pela lógica do enfrentamento e da garantia da ordem acima de direitos. E, ainda, uma questão tão cara para uma sociedade que manifesta a cada momento sua percepção de medo, alimentada tanto pela violência quanto pela falta de confiança nas instituições do Estado.

É preciso avançar no desenvolvimento de políticas públicas de segurança de caráter preventivo que se caracterizem pelo pleno respeito aos direitos humanos e que não só atuem sobre as consequências do problema, mas, sobretudo, incidam em suas causas, considerando as particularidades de cada contexto local. A segurança cidadã surge como estratégia de segurança pública cujos pilares são a integração com outros atores sociais, fortalecendo assim uma rede de proteção e prevenção comunitária.

SEGURANÇA CIDADÃ E PROTEÇÃO À INFÂNCIA

A noção de segurança cidadã surge na América

Latina no curso das transições para a democracia como meio de diferenciar-se do modelo de segurança empregado pelos regimes autoritários. O conceito de segurança cidadã, tal como propõe a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) deriva de um enfoque centrado na construção de maiores níveis de cidadania. Baseando-se nos princípios e normativas de direitos humanos, situa a segurança das pessoas e dos grupos sociais como objetivo central das políticas, ao invés da segurança do Estado ou de uma determinada ordem social e política. Além disso, considera necessário garantir os padrões especiais de proteção àquelas pessoas em condição de especial vulnerabilidade em relação à violência e ao delito, tais como crianças e adolescentes, indígenas, afrodescendentes, migrantes, etc., sem prejuízo da proteção e garantia dos direitos humanos de todas as pessoas.

Percebe-se como uma preocupação internacional a necessidade de priorização da proteção para criança e do adolescente visto que estão em situação especial de vulnerabilidade. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a segurança cidadã é “uma situação social livre de ameaças, em que as pessoas possam gozar plenamente de seus direitos e liberdades e exercê-los integralmente”. Isto só é possível em um ambiente livre de ameaças e temores, um espaço que congregue segurança e políticas públicas de qualidade para um pleno desenvolvimento infanto-juvenil. Para Serrato (2007, p. 10):

As políticas de segurança cidadã são o conjunto de intervenções públicas realizadas por diferentes atores estatais e sociais voltados para a abordagem e a resolução aqueles riscos e conflitos (concretos ou previsíveis) violentos e/ou delituosos que lesem os direitos e as liberdades das pessoas, mediante a prevenção, o controle e/ou a repressão dos mesmos.

A participação social é o que fortalece a legitimidade das ações preventivas locais, pois é

possível a melhor identificação das situações e grupos de risco para a formulação de atividades mais específicas e eficazes evitando assim a sangria das guerras urbanas.

A luta pela concretização dos direitos das crianças e adolescentes em cada território é de toda a sociedade, família e Estado. De acordo com a UNICEF, “qualquer se seja a modalidade de violência que ameace a vida e saúde das crianças, cabe garantir dispositivos de proteção social capazes de evitar a exposição a ditos eventos, e minimizar ou reverter os seus impactos”.

A segurança cidadã não deve ser entendida unicamente como uma simples redução dos índices de delito e violência. Deve ser o resultado de uma política integral que inclua a melhoria da qualidade de vida da população, a ação comunitária para a prevenção do delito e da violência, uma justiça acessível, ágil e eficaz, uma educação baseada em valores de convivência pacífica, na tolerância e na construção de coesão social.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS NA ÁREA SEGURANÇA CIDADÃ E PROTEÇÃO À INFÂNCIA

No campo estatal, segundo o IPEA – Atlas da Violência 2016 (p. 9) percebe-se destaque para as vigorosas diminuições nas taxas de homicídios que aconteceu no Espírito Santo. O Estado lançou, em 2011, o programa Estado Presente, baseado em dois pilares: repressão qualificada com grandes investimentos feitos nas polícias e prevenção social focalizada em áreas mais vulneráveis socioeconomicamente e onde se encontravam as maiores taxas de homicídios.

No terceiro setor, a Ong Gerando e Vida, em seu histórico de atuação no Estado do Rio de Janeiro e Bahia, desde o ano de 2008, visa congregar ações preventivas e informativas em comunidades periféricas em parceria com agentes de segurança pública, outros setores do Estado, organismos internacionais e Universidade para a

proteção à infância.

Durante a execução do Projeto Bebel (2013-2014) e Projeto de Prevenção ao Tráfico de Pessoas na Praça da Bandeira (2014) ações integradas foram realizadas para a resolução de problemas locais no centro do Rio de Janeiro, bairro de São Cristóvão. As seguintes etapas foram realizadas: 1) Processo de reflexão institucional e comunitária para compreender o fenômeno social da exploração sexual infanto-juvenil como problema holístico e como uma norma social a ser superada. 2) Elaborar projetos sociais participativos que tivessem por base a cooperação Estado e Sociedade. 3) Formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautados em diretrizes humanitárias influenciando as futuras gerações de crianças e adolescentes.

No primeiro ponto, o processo de reflexão e problematização sobre a realidade social acontecem na execução dos projetos, sistematização de dados, planejamento, desenvolvimento e monitoramento das atividades, bem como na produção dos instrumentos e produtos finais a partir de encontros participativos com uma equipe do núcleo de Psicologia da Universidade UNISUAM, constituída por quatro técnicos sob a coordenação da professora, Maria Angélica Gabriel; líderes comunitários e outros atores da sociedade civil e Estado. Foram nestes espaços que a instituição conseguiu de forma holística identificar normas sociais que naturalizavam e fortaleciam a exploração sexual e a violência física infanto-juvenil em uma região cercada por centros de prostituição e permeada por conflitos que envolvem o tráfico de drogas. Um exemplo para compreensão do ciclo da violência em ambientes hostis encontra-se exposta na Nota Técnica nº 18 - IPEA :

A criança que nasce em um ambiente hostil, onde muitas vezes impera o desamor e a violência doméstica, terá maiores chances de desenvolver problemas cognitivos e emocionais, como hiperatividade, comportamento agres-

sivo, etc. Uma possível consequência desses transtornos comportamentais é o baixo aproveitamento escolar e o isolamento. Uma maneira do garoto reestabelecer sua autoestima (ainda que de maneira invertida) muitas vezes o leva a comportamentos transgressores e a se unir com pares também com comportamentos desviantes. O estreitamento dos elos de pertencimento e de reforço ao caráter identitário do grupo termina por potencializar as ações transgressoras e atos de delinquência. A esta altura, com muitas portas fechadas, a prática de pequenos delitos e crimes torna-se uma constante na vida do adolescente na proporção do esgarçamento do grau de concordância com os valores sociais estabelecidos. [...]E pior, mais bem relacionado e formado na escola do crime, este indivíduo exercerá influência negativa sobre outros indivíduos.

Ora, compreender que a formação do ciclo que naturaliza a violência estava relacionada ao universo de livre acesso as drogas e prostituição e que fazer uso desses recursos por crianças e adolescentes fazia parte dos valores sociais do corpo social foi o primeiro passo para delinear estratégias de intervenção.

No segundo ponto, a instituição realizou mapeamento das demandas socioeconômicas e dos recursos comunitários (comércio, culturas, saberes, presença de instituições governamentais e não-governamentais etc.) e também realizou parcerias externas através de redes comunitárias e órgãos governamentais. Para superar essas normas sociais violadoras de direitos a segurança pública foi fundamental, não somente na repressão, mas principalmente na prevenção da violência e para a construção de um espaço harmonioso.

O grupo Papo de Resposta formado por policiais civis do Estado do Rio de Janeiro realizou oficina de prevenção à violência com as crianças e adolescentes da região expondo a realidade do mundo do crime a partir de relatos pessoais. O objetivo do encontro foi aproximar o corpo

policial do público e possibilitar a construção de uma relação de confiança e cuidado, prevenindo embates violentos. Outras oficinas temáticas também foram realizadas com parceiros na área de prevenção ao tráfico de pessoas e exploração sexual-infante juvenil, cultura e leitura, buscando a alcançar a multiplicidade de um sujeito integral.

No terceiro ponto, para lideranças locais foram realizadas capacitações, palestras informativas e eventos externos, trocando experiências e formulando estratégias de ação para o enfrentamento dos problemas. As mesmas tiveram oportunidade de participar do programa internacional de Visitas às Delegacias de Polícia realizado em parceria com a ong internacional Altus com objetivo de qualificar o atendimento público oferecido aos cidadãos nestas unidades e aproximar a comunidade do serviço policial. Além disso, as demandas levantadas foram publicizadas no Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para junto com outros atores, inclusive agentes de segurança pública, pensar em nível de políticas públicas estratégias que impedissem a permanência das violações de direitos na localidade.

Desta forma, podemos mensurar os resultados do Projeto em vinte e uma capacitações de lideranças, dezesseis palestras informativas e dezesseis eventos externos, bem como 10 dez oficinas lúdico-pedagógicas. Foram realizadas dez atividades semanais lúdicas para meninas dos oito anos de idade até aos 15 anos, na sede da ONG, sobre as temáticas de prevenção ao tráfico de pessoas e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Além disso, através da parceria do Estado, sociedade civil e família, a sensibilização de 3.000 mulheres sobre a temática de direitos humanos, 15 (quinze) lideranças comunitárias foram capacitadas sob uma perspectiva ampla, de proteção dos direitos humanos, com o objetivo de replicação,

grupos lúdicos de reflexão, nas quais trabalharam o tema do tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual com 15 meninas entre 8 (oito) e 15 (quinze) anos. Além de estar em uma comunidade com um tema tão relevante e atual implicou em um crescimento coletivo tanto dos alunos e das alunas participantes como da Universidade. Os resultados alcançados e a forma de buscar possibilidades de prevenção, trabalhando diretamente com a família, agentes públicos e privados e com as crianças e adolescentes da comunidade, foi outro fator positivo.

A iniciativa é um exemplo de ação direta na comunidade, mas também indireta, pois o projeto possibilitou a sensibilização, capacitação e instrumentalização da população para a possibilidade de construção de novas bases comunitárias que permitam um ambiente comunitário harmonioso e pacífico para o desenvolvimento de atividades de desenvolvimento local. O fortalecimento de uma rede integrada de proteção à infância a partir da parceria com agentes de segurança pública dentro de uma perspectiva de prevenção e construção de laços de confiança, além de elaboração conjunta de políticas públicas é que permitirá a verificação de novos frutos nas futuras gerações.

CONCLUSÃO

A proteção à infância é a preservação da própria sociedade sã. Percebe-se então que é preciso fazer valer o comando constitucional de que a proteção das crianças e adolescentes depende de uma atuação articulada e conjunta não só por parte do Estado, mas também e principalmente da sociedade e da família, que não podem sucumbir às violações tão caras aos direitos humanos. Tal proteção pressupõe políticas públicas que tenham como fundamento a segurança pública presente e eficiente para propiciar o desenvolvimento de programas e projetos que visem à efetividade dos direitos sociais para cada criança e adolescente no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 9ª ed., Malheiros Editores, 2000, p. 517
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. p.72.
- Cury, Munir; Garrido, P. / Marçura. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado, São Paulo, 2000, Editora Revista dos Tribunais, 2ª Edição, p. 19.
- Freire, M. D. (2009). "Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias". Aurora, Ano III, N° 5: 49-58.
- Serrato, H. R. (2007). Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina: Marco conceitual de interpretação-ação. Projeto Regional de Governabilidade Local para a América Latina. PNUD, p.10.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 19ª ed., Malheiros Editores, 2000, p. 169
- _____. Comentário contextual à Constituição. 6ª ed. até a EC 57, de 18.12.2008. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 636.
- Souza, L. A. F. de (2011). "Militarização da segurança pública no Brasil: respostas recentes a um problema

antigo". Revista Fórum, V.1, N°2: 69-90

LAFER, Celso. A reconstrução histórica dos direitos humanos. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 125.

PEREIRA, Tânia da Silva. A Doutrina da Proteção Integral e o Estatuto, in Direito da Criança e do Adolescente, Editora Renovar, 192, p. 25.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DA ÁGUA PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, EM PEQUENAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS: BACIA DO RIO DE UNA-BAHIA. BRASIL

PHYSICAL-CHEMICAL CHARACTERIZATION OF WATER FOR THE MANAGEMENT OF WATER RESOURCES IN SMALL AGRICULTURAL COMMUNITIES: RIVER BASIN OF UNA-BAHIA. BRAZIL

Bianca de Almeida Vilas Bôas

Discente, Bolsista de Extensão, DCHF/UEFS-BA. biancaavilasboas@gmail.com

Jémison Mattos dos Santos

Docente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia na UEFS. Coordenador do Projeto de Extensão e Pesquisador do Laboratório Geotrópicos-UEFS, Brasil. jemisons@uefs.br

Danusa da Purificação Rodrigues

Analista Universitária na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. danusa@uefs.br

Resumo

A presente pesquisa objetiva realizar a caracterização físico-química da água do rio Una, através do manual prático de análise de água, da FUNASA, com utilização do kit básico de potabilidade Alfabik, bem como divulgar os principais resultados obtidos dessa análise. A questão central é promover a interação entre as comunidades rurais envolvidas, seus saberes com os conhecimentos produzidos na universidade, com intuito de auxiliar para melhoria da qualidade do ambiente (relação homem-sociedade-natureza), com destaque na sustentabilidade socioeconômica, através da aplicação de técnicas simples e de baixo custo. Para tanto, buscou-se investigar a qualidade da água, na perspectiva da conservação e gestão dos recursos de água doce, do semiárido baiano. Assim como, avaliar as diversas atividades socioeconômicas que incidem diretamente sobre o canal fluvial e seu entorno. Nessa primeira etapa de avaliação, não foram evidenciadas, de forma direta, alterações expressivas nos 04 pontos de coletas. A cor apresentou alterações em 2013 e 2015, com valores acima do que é definido pela portaria do MS. Contudo, não é uma alteração preocupante, pois não há indícios de lançamentos de águas servidas ou presenças de algas. A turbidez mostrou que em 2013 não ultrapassou 50 NTU nos quatro pontos. Em 2015 apenas o ponto 01 exibiu valor menor que 50. Os pontos 02, 03 e 04 apresentaram valores entre 50 e 100 NTU. A alcalinidade apresentou os maiores valores para 2015 entre os pontos analisados.

Palavras-chave: Recursos Hídricos. Bacia hidrográfica. Qualidade da água. Comunidade rurais.

Abstract

The present research aims to accomplish the physical-chemical characterization of the water of the Una river through the practical manual of FUNASA water analysis, using the Alfabik basic potability water treatment kit, as well as to divulge the main results from this analysis. The central question is to promote the interaction between the rural communities involved, their knowledge with the knowledge produced in the university, with the aim of helping to improve the quality of the environment (man-society-nature relationship), with emphasis on socioeconomic sustainability, through the application of simple and low-cost techniques. Therefore, we sought to investigate water quality, from the perspective of conservation and management of freshwater resources, from the semiarid of Bahia. In this first stage of evaluation, there were no direct evidence of significant changes in the 04 points of collection. The color presented changes in 2013 and 2015, with values higher than what is defined by the MS ordinance. However, it is not a disturbing change as there is no evidence of wastewater releases or presence of algae. The turbidity showed that in 2013 did not exceed 50 NTU in the four points. In 2015 only point 01 showed a value lower than 50. Points 02, 03 and 04 presented values between 50 and 100 NTU. The alkalinity presented the highest values for 2015 between the analyzed points.

Keywords: Water resources. water basin. water quality. Rural communities.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um expressivo potencial hídrico, contudo, revela também um quadro de deficiência do monitoramento quali-quantitativo, principalmente em áreas rurais (pequenas comunidades). A crescente expansão das atividades agropecuárias na zona rural, o manejo inapropriado das terras e das bacias hidrográficas têm afetado negativamente a qualidade das águas dos rios. Somado a isso, se tem a elevação das demandas de água de boa qualidade pela população, dado ao contexto de escassez hídrica por longos períodos, bem como as atividades produtivas mal orientadas, que agudizam os problemas ambientais imputando a necessidade de buscar água cada vez mais distante (p.ex: transposição de água de outras bacias hidrográficas).

De maneira geral, conforme Sperling (2007) pode-se dizer que a qualidade da água é função das condições naturais e do uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica. Ressalta-se que, mesmo que a bacia hidrográfica revele suas condições naturais preservadas, a qualidade das águas é afetada pelo escoamento superficial e infiltração no solo, resultante da precipitação atmosférica.

Avaliar e monitorar a qualidade da água é uma questão de saúde pública, dada a estreita relação entre a necessidade vital de consumo de água de boa qualidade, sem contaminação e a segurança alimentar, bem como em “razão do aumento da importância da água para a segurança de populações mais vulneráveis socialmente e ambientalmente, a exemplo do risco de contaminação decorrente das atividades humanas surge a necessidade de um controle mais rígido para o abastecimento público” (ECODEBATE, 2014). Neste cenário, expressa-se a importância da avaliação e do monitoramento da qualidade da água para a gestão dos recursos hídricos. É crucial criar condições para alcançar a sustentabilidade do ambiente, levando em conta, a socioeconomia, os aspectos demográficos, a disponibilidade hídrica (quali-quantitativamente) e os diversos usos da água.

Por tudo isso, é estratégico realizar estudos que abordem a temática da avaliação e monitoramento hídrico quali-quantitativo, em áreas onde se localizam pequenas comunidades rurais, com intuito de fornecer subsídios para a conservação das condições físico-naturais dos mananciais, para a tomada de decisões associada ao gerenciamento dos recursos hídricos e, também, contribuir para melhoria das condições de vida da população.

A área de estudo é definida por trechos fluviais localizados próximos à Escola Família Agrícola do Povoado de Colônia - Itaetê (EFACI), na Bacia Hidrográfica do Rio Una, Chapada Diamantina-Ba, que compõe o sistema hidrográfico do Paraguaçu (Figura1).

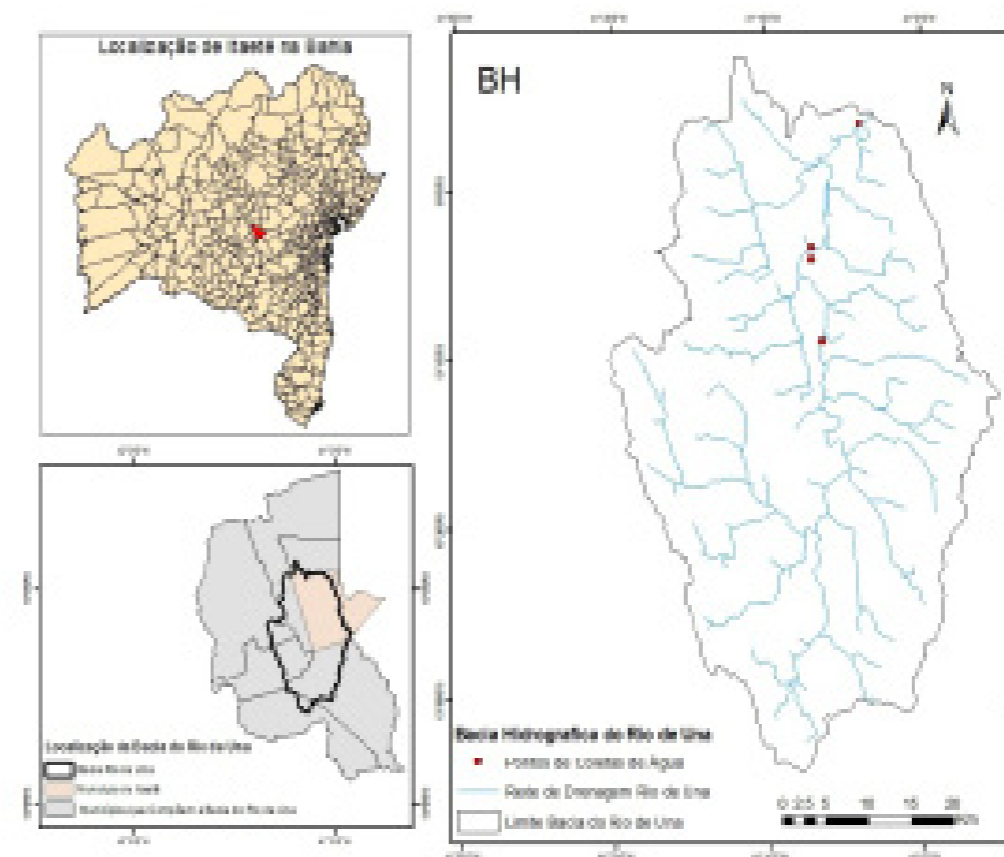


Figura 1: Localização da área de estudo, bacia do rio Una e pontos de coletas de água. Fonte: Elaborada por Bianca Vilas Bôas, 2016.

O estudo foi realizado por pesquisadores e estudantes do Laboratório de Estudos da Dinâmica e Gestão do Ambiente Tropical (GEOTRÓPICOS-UEFS), em parceria com o Laboratório de Processamento de Imagens Georreferenciadas (LAPIG/PPGM/DEXA). As atividades científicas realizadas fazem parte do Projeto de Extensão “Água Dá Vida: O Rio que Vai, Traz a Vida Também!”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UEFS. Tais ações visam iniciar os discentes na pesquisa científica e popularizar a ciência, ou seja, propiciar a troca de conhecimentos, saberes entre universidade as comunidades rurais, em especial a EFACI. O público alvo impactado pelo projeto de capacitação abrange cerca de 50 famílias de agricultores rurais (projeto de assentamento do INCRA). Dessa maneira, almeja-se partilhar os conhecimentos articulando ensino-pesquisa e extensão, voltados para gestão de recursos hídricos.

Espera-se também difundir o rol de informações obtidas, dos trechos do alto curso do rio Una, no período de 2013 e 2015, por meio da avaliação das características físicas e químicas da água, priorizando o uso de uma técnica de baixo custo e simples aplicação (que pode ser replicada em outras áreas) dado o contexto de carência financeira que aflige diversas comunidades rurais do nordeste do Brasil,

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos envolvidos são relativos à avaliação da qualidade da água, nas seguintes etapas: (I) pesquisa bibliográfica, (II) elaboração de mapas temáticos, (III) trabalho de campo, (IV) interpretação e análise dos dados. Na sequência são apresentados os procedimentos detalhados, utilizados em cada etapa:

(I) PESQUISA BIBLIOGRÁFICA - consultas em livros, periódicos científicos e outras fontes relacionadas à temática. Destacam-se os estudos de caso, que auxiliaram a compreensão e explicação do comportamento da qualidade da água na bacia do Rio Una. E o levantamento de dados cartográficos, que contribuiu para a produção da coleção de mapas temáticos (p.ex.: localização, rede de drenagem, dentre outros).

(II) ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS – Se deu a partir da consulta ao banco de dados digital (Fontes: SEI, MMA, CPRM, etc.) disponibilizado pelo projeto de extensão em foco, executado em ambiente SIG e utilizando o software ArcGis 10.3.

(III) TRABALHO DE CAMPO- A primeira atividade de campo ocorreu em meados de 2013, visando o reconhecimento prévio da área de estudo, bem como a sensibilização dos participantes, a articulação e integração com a comunidade. Já a segunda visita técnica aconteceu entre 07/05/2015 a 09/05/2015, onde foram realizadas coletas das amostras da água, em quatro pontos no Rio Una, em locais previamente selecionados. Também foram feitas 02 oficinas com os professores e estudantes, onde o enfoque principal tem ligação com a conservação e gestão dos recursos hídricos.

Nesse percurso, efetuaram-se observações diretas das condições socioambientais nos locais de coleta e seu entorno, como apoio de sensores fotográficos digitais, com intuito de aprofundar as análises lastreadas nas características físico-naturais e humanas, bem como para estabelecer analogias e refletir se as condições encontradas influenciam de maneira direta ou indireta os resultados obtidos.

Serão apresentados, a seguir, os principais resultados sobre a alcalinidade, amônia, cloretos, cor, ferro, turbidez e pH. Para a obtenção dos resultados dos parâmetros supracitados foi utilizado o Kit Básico de Potabilidade (produzido pela empresa Alfakit, metodologia própria). Através de sua aplicação foi possível avaliar as características físico-químicas da água, com base nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde (MS), através da Portaria nº 518, de 25 março de 2004 e do Meio Ambiente (MMA), Resolução do MMA nº 237, de 17 de março de 2005, Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA).

(IV) INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação e demonstração dos resultados da análise das amostras de água foi possível com o tratamento estatístico dos dados, ao utilizar o pacote Office 2014, programa Excel). Para isso, inúmeros gráficos foram construídos com intuito de auxiliar à avaliação e comparação dos resultados entre os locais, bem como associá-los aos limites dos diversos parâmetros estabelecidos nas legislações supracitadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento, apresentam-se os registros fotográficos de cada ponto de coleta das amostras de água (Quadro 01). Logo em seguida tem-se a descrição dos pontos de coleta (Figura 02).

PONTOS DE COLETAS DO RIO UNA	DESCRIÇÃO DOS PONTOS
01 EFACI trecho meandrante	O rio é utilizado comumente para recreação (Classe 1), ou seja, banho, mergulho e natação. Também para a dessedentação de animais. Revela um fluxo laminar, coloração avermelhada, variando para marrom, possivelmente, devido à grande influência do processo de decomposição das folhas (matéria orgânica) no interior do canal. No momento da coleta o rio se encontrava cheio (período de chuvas na região vai de novembro a janeiro). Observou-se a presença de mata ciliar e ocorrência de bancos de areia (em ambas as margens), esse trecho é utilizado como praia local. Logo, predomina a apropriação como área de lazer (jogar futebol ou tomar sol), também, local de descanso dos animais nas áreas sombreadas.
02 Povoado de Colônia trecho meandrante	Canal principal cheio, fluxo turbulento, presença de mata ciliar descontínua nas margens direita e esquerda. Foi verificado locais diversos com a presença de animais. Observou-se uma intensa presença humana e a circulação e lavagem de carros no interior do canal. Essas ações podem causar a contaminação da água, através de fluidos que podem ser liberados pelos veículos. Nesse trecho, em especial, área de coleta, não se evidenciou a presença de mata ciliar. Muito semelhante ao ponto 01, notou-se a presença de pontos bar, que em alguns trechos quase chegam a se interligar.
03 Assentamento do Baixão trecho meandrante	Canal principal cheio e fluxo turbulento, presença de pontos bar, não se observa o contato da água do rio com a vegetação que está em torno do rio. Apenas notou-se contato com afloramento de rochas ou solos nas margens. Verifica-se a presença de animais no interior do canal, por conta da baixa profundidade (0,3 m). Na margem direita foi construída uma parede de cimento para controlar o processo de erosão. É notório também o assoreamento do canal nesse ponto.
04 Ponte Lapa do Bode trecho meandrante	Canal fluvial cheio, fluxo turbulento, presença de mata ciliar descontínua em ambas as margens. Influência humana marcada pela presença da ponte de cimento seccionando o canal. Esse local de coleta de água também é utilizado para abastecimento doméstico e na produção agrícola das comunidades. Foi visto nessa ocasião um carro pipa extraindo água no interior do rio (estava escrito na carroceria "Água potável"). Porém, alerta-se que, essa água estava sendo coletada de forma indevida e, possivelmente, pode causar danos à saúde (contaminação da água) e ao ambiente local, pela liberação de óleos e graxas. Além de servir como local principal para a coleta de água, o rio está sendo utilizado para recreação de contato primário e para dessedentação de animais. Nesse trecho, notou-se áreas com solos expostos, afloramentos de rochas, pontos bar. A coloração da água coletada é avermelhada com tons escuros, que varia para a cor marrom.

Quadro 01: Pontos de coletas do Rio Una e as suas respectivas descrições. Fonte: Trabalho de campo, 2015. Elaboração: os autores.



Figura 02: Pontos de coletas de amostras de água. Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Quanto aos parâmetros analisados têm-se: alcalinidade, amônia, cloretos, cor, ferro, turbidez e pH. Segue abaixo os principais resultados obtidos:

a) Cor

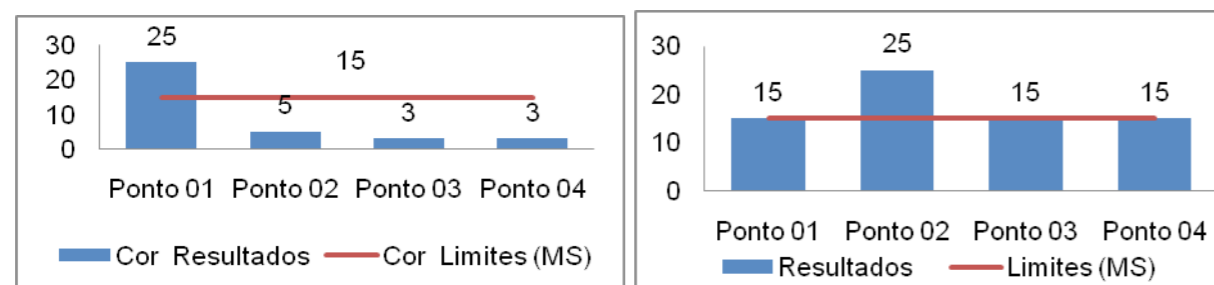


Figura 03: Resultados da análise da cor do Rio Una, nos 04 pontos de coleta, para 2013 e 2015. E os limites definido pela Alfakit, com base no Resolução do Ministério da Saúde (MS).

Para 2013, notou-se que, os índices de chuva foram baixos durante quase todo o ano, com exceção de janeiro, novembro e dezembro. A média anual de precipitação foi de 686,4 mm e no mês da coleta (maio) o rio encontrava-se praticamente seco. Para o MS a cor verdadeira corresponde a presença de substâncias orgânicas dissolvidas ou em suspensão. E a cor aparente é definida por materiais em suspensão.

Considerando o ano de 2013, o ponto 1 excedeu o limite estabelecido pelo MS e os demais pontos apresentaram valores dentro do limite aceitável.

Já em 2015, os níveis de coloração mostraram-se mais elevados que em 2013. E, o segundo ponto de coleta exibiu valor acima do limite estabelecido pelo MS. Acredita-se que devido a ações humanas como circulação de automóveis no entorno e no interior do canal, pisoteio de animais que frequentam o local para dessedentação e banho.

Ressalta-se que, a cor não é um fator preocupante, pois não indica diretamente que o local está poluído/contaminado e a alteração da mesma pode ser devido a outros fatores que ocasionaram variações no resultado avaliado, como por exemplo, a expressiva quantidade de matéria orgânica observada no momento de coleta em 2015, embora o rio estivesse com maior volume de água no canal que em 2013.

b) Turbidez

A turbidez é a expressão usada para descrever partículas insolúveis de argila, areia fina, matéria mineral, resíduos orgânicos, plâncton, e outros organismos que impedem a passagem de luz na água. A turbidez acima de 05 unidades é notada pelo consumidor (MS, portaria nº 518/04).

Esse parâmetro físico assume uma análise qualitativa. Na Figura 04, refere-se a cartela do Alfakit utilizada como base, no momento da coleta. Esta possui a representação de três discos numerados, com os valores de 50, 100, 200. Os resultados são obtidos ao se colocar a cubeta com a água do rio em cima dos respectivos discos.

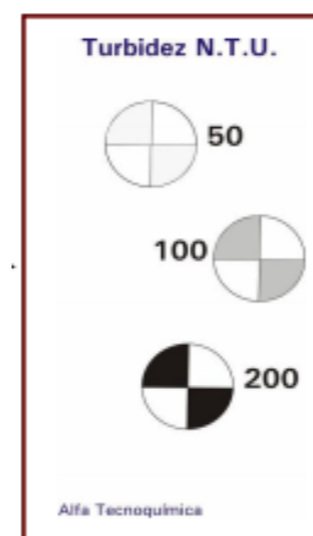


Figura 04: Cartela utilizada para realização do teste de turbidez. Fonte: EMBRAPA, 2005.

Turbidez mede a não propagação da luz na água, devido a presença de material em suspensão ou substâncias coloidais. Quanto maior a turbidez, maior a concentração de substâncias coloidais.

Os Quadros 02 e 03 exibem os resultados das amostras coletadas e suas respectivas análises.

PONTOS	TURBIDEZ	DESCRIÇÃO
01	< 50	Ao comparar os quatro pontos com a tabela supracitada, notou-se que, a cubeta com água não cobriu o disco de 50 NTU, ficando abaixo deste. Dessa forma, indica-se a baixa turbidez nos 04 pontos de coleta.
02		
03		
04		

Quadro 02: Resultado das coletas dos dados de turbidez, suas respectivas análises para 2013.

PONTOS	TURBIDEZ	DESCRIÇÃO
01	< 50	Ao comparar os quatro pontos com a tabela supracitada, notou-se que não cobriu o disco de 50 NTU, ficando abaixo deste, indicando dessa forma, baixa turbidez.
02	50 – 100	Para os pontos 02, 03 e 04, a cubeta com água cobriu o disco de 50 e não cobriu o disco de 100, ou seja, ficou entre 50 – 100 NTU, indicando dessa forma, uma média de turbidez.
03		
04		

Quadro 03: Resultado das amostras coletadas para turbidez e suas respectivas análises para 2015.

c) Alcalinidade

O teste de alcalinidade indica a dosagem química na coagulação e processos de redução da dureza, devido à presença de substâncias na água, que podem causar alterações na alcalinidade durante o tratamento. Por isso, no caso de águas tratadas, a alcalinidade torna-se um parâmetro importante (MS, portaria nº 518/04).

A alcalinidade não tem um limite estabelecido, pois ela depende de outros fatores para que seja possível avaliar o resultado, tais como: a dureza; pH. Na análise desse parâmetro o resultado encontrado em 2013, possivelmente, foi em função dos baixos valores pluviométricos, diferenciando-se de 2015, que obteve valores de 0,0 nos pontos 01 e 03. Pois, em 2015, com o rio cheio, o ponto 01 apresentou maior alteração que em 2013. O ponto 04 (Ponte de Cimento: Lapa do Bode) exibiu uma alteração da alcalinidade (valor igual a 200) e, também, revelou alteração nos valores de pH (Figura 05).

Já em 2015 o ponto de maior destaque foi o no 01, onde a alcalinidade assumiu valor igual a 45. Este ponto está próximo a EFACI. Apesar do pH não demonstrar uma acentuação no resultado obtido neste ponto, pois, assim, permite então explicar por que os valores obtidos do ponto 01 são maiores que os demais. É possível considerar os efeitos das ações socioprodutivas ou até mesmo devido o rio está em período de cheias, essas condições podem ter influenciado esse resultado.

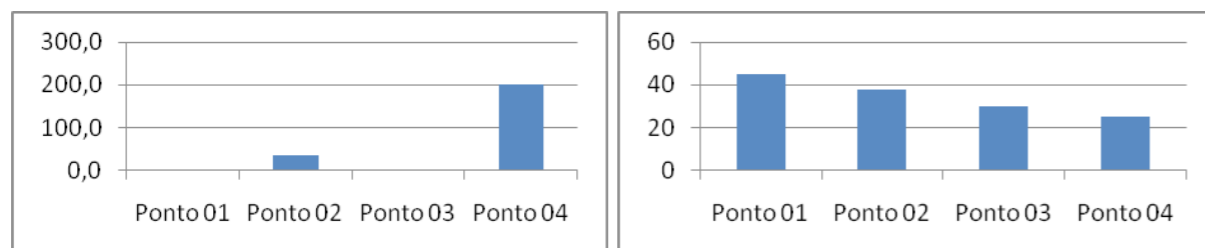


Figura 05: Resultados das análises da alcalinidade do Rio Una (2013e 2015). E os limites oferecidos pelo Alfakit, fundada na Resolução do Ministério da Saúde (MS, 2004).

d) Amônia

Assim como o cloreto, indica a presença de dejetos animais e também humanos. Os compostos de nitrogênio provêm de matéria orgânica, no caso da amônia, indica poluição recente. Pequenas quantidades de amônia aparecem naturalmente em águas de abastecimento (MS, portaria nº 518/04).

Todos os quatro pontos de coleta, para o período definido, revelaram valores para amônia bem abaixo do limite estabelecido pelo MS. Não se verificou nenhum resultado que ultrapassou o limite das resoluções utilizadas. Mas alguns pontos apresentaram pequena elevação entre os demais analisados para 2013 (Figura 06). O ponto 01 exibiu uma alteração significativa, com valor de 0,61 mg L⁻¹ NH₃, sendo que para este ano não se notou resultados que ultrapassaram o limite estipulado.

Já em 2015 (Figura 06), o ponto 03 apresentou alteração quando relacionada aos demais pontos. Entretanto, não é algo preocupante, pois comparado aos pontos 02 e 04, observou-se alteração na ordem de 0,25 mg L⁻¹ NH₃ a mais, ou seja, sequer chegou perto do limite (1,5 mg L⁻¹ NH₃). O ponto 03 está situado em uma área onde se confirma o desenvolvimento da atividade pecuária. Segundo observações feitas em campo e com depoimentos dos moradores locais, tem-se que “é comum colocar os animais para beber água e dar banho” É, também, corriqueiro “encontrar resíduos sólidos e dejetos animais na beira do rio”.

Na área circundante ao ponto 03 (2015), notou-se que o rio desloca-se lateralmente sobre um extenso afloramento de rochas calcárias. No qual, uma das margens possui modificações, uma parede de cimento foi construída (rochas e tijolos), visando conter a erosão e diminuir o assoreamento do canal.

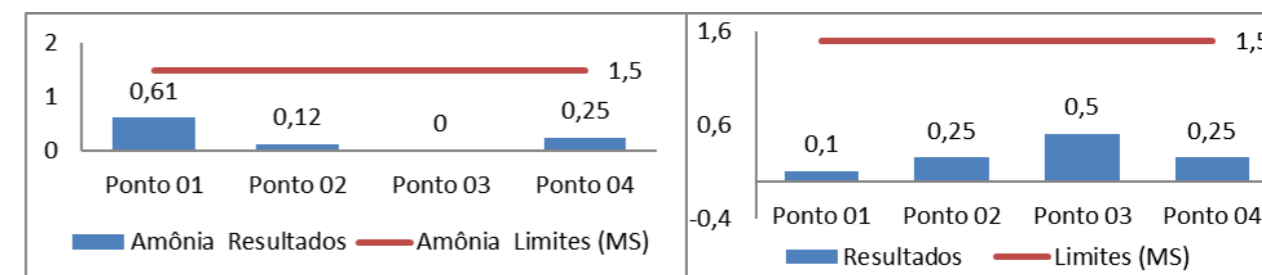


Figura 06: Resultados das análises da amônia do Rio Una e os quatro pontos de coletas em 2013 (esquerda) e 2015 (direita). E os limites definidos através do Alfakit, com base na Resolução do Ministério da Saúde (MS, 2004).

e) Cloreto

A presença de cloretos existe normalmente em dejetos animais, por isso a análise de cloreto pode indicar a contaminação fecal (MS, portaria nº 518/04).

Os valores encontrados (2013 e 2015) foram bem inferiores ao limite estabelecido. Não revela diferenças significativas entre os resultados encontrados para cada ponto. Com isso, aponta-se a inexistência de contaminação por dejetos animais ou despejos de águas servidas, de acordo com o limite para este parâmetro, estabelecido na referida portaria

do Ministério da Saúde.

Esse resultado pode ser confrontado com o obtido para a amônia, pois esses dois parâmetros são semelhantes. Ambos indicam poluição por conta do despejo de esgotos e dejetos animais, pois se fosse constatada alguma alteração nos resultados da amônia, possivelmente o resultado do cloreto sofreria alguma alteração.

A coleta feita para 2015 (Figura 07) indica que os pontos 1 e 3 com 38 mg L-1 CL-, o ponto

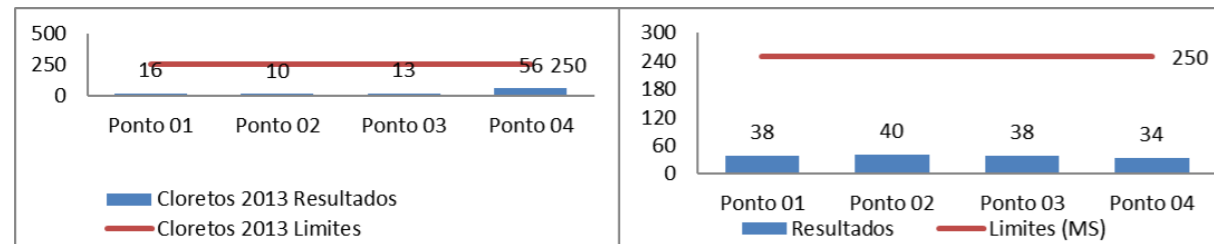


Figura 07: Resultados das análises do cloreto do Rio Una, nos 4 pontos coletados, para 2013 e 2015. E os limites definidos pelo Alfakit, pela Resolução do Ministério da Saúde (MS, 2004).

Já em 2013 (Figura 07) os resultados sinalizam valores ainda mais baixos, para os três primeiros pontos, variando de 16 a 13 mg L-1 CL-. O ponto 04, em questão, foi o que exibiu maior alteração nos resultados para 2013 (valor de 56 mg L-1 CL- para o cloreto). Ao contrário de 2015 (elevado volume de chuvas) foram evidenciadas diversas alterações nos outros pontos investigados. Em 2013 (período de seca) observou-se que, a vazão do rio estava abaixo do normal, contribuindo possivelmente com os resultados obtidos, ou seja, níveis elevados de alteração.

f) Ferro

As concentrações de Ferro acima de 1 mg L⁻¹ podem ocorrer naturalmente em águas potáveis ou de rios que recebem esgoto industrial. O ferro pode causar problemas de cor, manchas, gosto e odor nos sistemas de distribuição. (MS, portaria nº 518/04)

A análise para o ferro no Rio Una, em 2015 (Figura 08), se mostrou um pouco acima do limite estabelecido pela portaria do MS, que é de 0,3 mg L-1 Fe. Se bem analisado não constitui algo muito preocupante, pois o resultado não denota grande acentuação em relação ao limite legal.

Este tipo de resultado pode ser influenciado por vários fatores, tais como o tipo de rocha ou até mesmo um agente contaminante agrícola, ainda mais por se tratar de uma área rural, onde nota-se a presença de cultivos tropicais. Não é o caso constatado nos quatro pontos para 2015, pois o resultado de 0,5mg L-1 Fe se encontra bem abaixo, para ser considerado um contaminante agrícola. Possivelmente deve-se a algum outro fator, por exemplo, o canal fluvial estava em período de cheia (quando ocorreu a coleta das amostras).

Mas, o ponto 01 para 2015 mostrou valor abaixo do limite. Logo, afirma-se que o que o rio não está contaminado, quando relacionado com os demais parâmetros isso é improvável que ocorra. A prova deste fato é que em 2013 (época de seca e valores reduzidos

de vazão), tem-se que os resultados revelaram valores bem abaixo do limite e iguais para os 04 pontos.

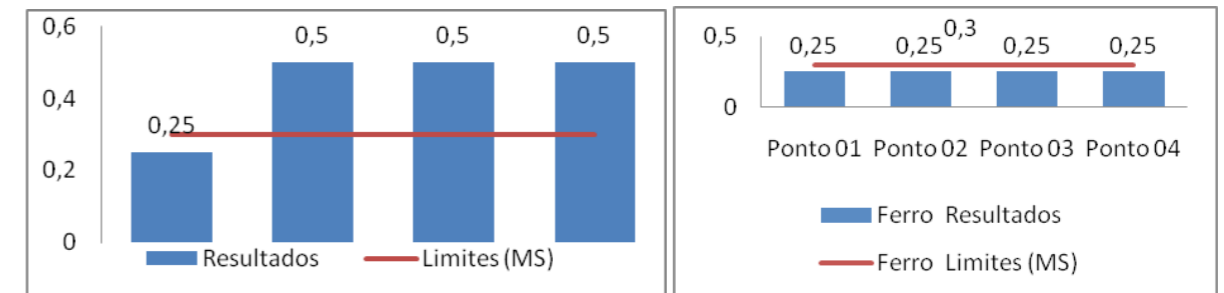


Figura 08: Resultados da análise do ferro do Rio Una nos 4 pontos coletados, 2013 e 2015 e os limites oferecidos pelo Alfakit, Resolução do Ministério da Saúde (MS, 2004).

g) pH

A análise do pH possibilita detectar mudanças na qualidade da água natural e tratada. A escala de pH vai de 0 – 14, onde o pH = 7,0 indica neutralidade, pH abaixo de 7 indica água muito ácida, podendo tornar-se corrosiva. Água com valores de pH acima de 7 são alcalinas (MS, portaria nº 518/04).

No ano de 2013 (Figura 09) o ponto 04 apresenta alteração, ou seja, o pH de 7,5 (alcalino). Esse local é geralmente utilizado para retirada de água por carros-pipas que adentram o rio (Figura 01). Logo, esse aspecto indesejado possivelmente pode influenciar os resultados encontrados e até causar poluição e ou contaminação das águas.

O pH para 2015 exibiu maior alteração do valor no ponto 4 (Figura 09), se apresenta um pouco acima do limite de 6,0. Assim como em 2013, nesse mesmo ponto o valor se elevou 0,5 acima do limite do MS. Notou-se também que a água nesse trecho está em contato direto com rochas calcárias (dada sua natureza química pode influenciar os valores de alcalinidade da água).

Os pontos 01 e 03 exibiram pH com valores de 5,5. E o ponto 02 com pH 5,0 (ácido). Possivelmente, a ocorrência desses valores abaixo do limite é devido à composição natural das águas do Rio Una, bem como a decomposição das rochas que margeiam seu curso, aspectos que podem alterar os valores do pH.

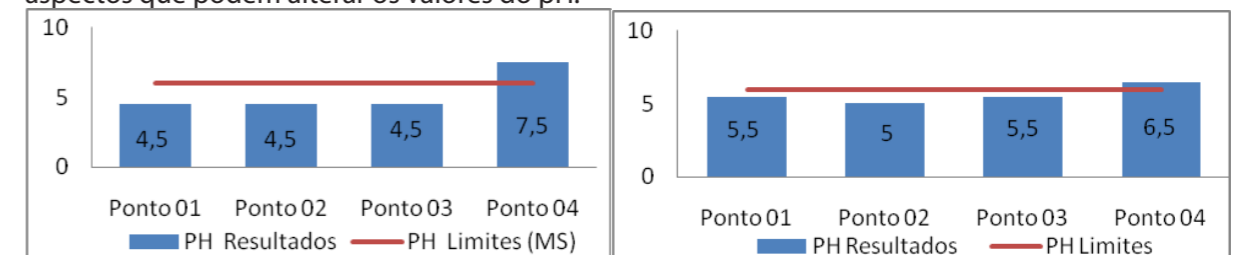


Figura 09: Resultados das análises do pH do Rio Una, para 4 pontos de coleta, 2013 (esquerda) e 2015 (direita). E os limites oferecidos pelo Alfakit, Resolução do Ministério da Saúde (MS, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente trabalho demonstraram que a utilização do Alfakit se constitui uma técnica alternativa eficaz, segura e prática em relação ao manuseio dos reagentes. Também possibilita realizar análises de parâmetros importantes para a avaliação da qualidade da água (alcalinidade, amônia, cloretos, cor, ferro, turbidez e pH) com custos mais baixos em relação às análises feitas em laboratórios.

A partir da pesquisa em seu conjunto, nessa primeira etapa de avaliação, não foram evidenciadas, de forma direta, alterações expressivas nos 04 pontos de coletas. A cor apresentou alterações em 2013 e 2015, com valores acima do que é definido pela portaria do MS. Contudo, não é uma alteração preocupante, pois não há indícios de lançamentos de águas servidas ou presenças de algas. Porém, afirma-se que para consumo humano essa água não deve ser utilizada sem tratamento prévio.

O parâmetro turbidez analisado qualitativamente mostrou que em 2013 não ultrapassou 50 NTU nos quatro pontos e, em 2015 apenas o ponto 01 exibiu valor menor que 50. Já os pontos 02, 03 e 04 apresentaram valores entre 50 e 100 NTU. A alcalinidade apresentou os maiores valores para 2015 entre os pontos analisados. Cabe ressaltar que a Portaria do MS não apresenta limites de valores para esse parâmetro.

A amônia e cloreto para os anos de 2013 e 2015 não apresentaram valores acima do definido pelo MS. O Ferro, no ano de 2013 apresentou valores nos pontos 02,03 e 04 observados que estão fora do limite permitido para o consumo humano. Entretanto, a Portaria do Ministério Saúde 518/04 recomenda um valor máximo de 0,30 mg/L para água potável.

Embora diante do quadro acima descrito foram verificados aspectos ambientais e intervenções socioeconômicas insatisfatórias, degradantes ligadas ao canal fluvial e áreas de entorno (p.ex: desmatamento; extração de água no leito menor do rio sem orientação técnica; lavagem de carros no interior do rio (liberação de óleos e graxas), erosão acelerada nas margens; longos trechos sem mata ciliar; resíduos sólidos despejados nas margens e no interior do rio). Problemática está que seguramente a médio e longo prazo trará repercussões negativas e desajustes ao ambiente em sua totalidade: homens, mulheres e natureza.

Sugere-se para o aprimoramento da pesquisa efetuar análises bacteriológicas e, também medir outros parâmetros importantes, a exemplo da temperatura da água (°C), temperatura ambiente (°C), condutividade elétrica (μ s), oxigênio dissolvido (mg/L), etc. Por fim, ampliar o número de pontos de avaliação e dar sequência ao monitoramento dos trechos.

REFERÊNCIAS

SANTOS, J.M. dos, et.al. Projeto de Extensão Água Dá Vida: o Rio que Vai, Traz a Vida Também. Pró-Reitoria de Extensão Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS, 2011.

SPERLING, Marcos Von. Princípios do Tratamento Biológico de Águas Residuais: Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA; Universidade Federal de Minas Gerais; volume 07, 1ª edição, 2007.

Brasil, Resolução CONAMA Nº 357/2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18/mar/05. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BRASIL, Portaria Nº 518/04. Estabelece as responsabilidades por parte de quem produz a água, a quem cabe o exercício do controle de qualidade da água e das autoridades sanitárias, a quem cabe a missão de “vigilância da qualidade da água” para consumo humano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26/mar/04. Disponível em: <<http://app.cidades.gov.br/snisweb/src/pdf/Portaria-518-2004.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

ECODEBATE, 2014. disponível em:https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sY_l1vrErlsJ:https://www.ecodebate.com.br/2014/06/25/monitorar-qualidade-da-agua-e-questao-de-saude-publica/+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

AGRADECIMENTOS.

Ao prof. João Henrique Moura de Oliveira - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia - DCHF/UEFS, pela colaboração na pesquisa. A UEFS em nome da Pró-Reitoria de Extensão e sua equipe, pelos recursos financeiros e bolsas de extensão disponibilizadas.

E a todos que fazem parte da Escola Família agrícola, EFA de Itaetê, por abrirem as portas e os corações para que juntos pudéssemos contribuir de alguma forma para conservação dos recursos hídricos.

A LINGUAGEM, A ESTÉTICA E O DISCURSO COMO OBSTÁCULOS DO ACESSO À JUSTIÇA

LANGUAGE, AESTHETICS AND DISCOURSE AS OBSTACLES OF ACCESS TO JUSTICE

Hanna Cláudia Freitas Rodrigues

Graduada em Direito pela Faculdade Social da Bahia. hannacfr@gmail.com

Marta Gama

Docente da Faculdade Social da Bahia

Resumo

Esta pesquisa problematiza os obstáculos do acesso à Justiça, com enfoque em um distanciamento causado pela linguagem utilizada na comunicação jurídica; pela estética inacessível dos lugares, das vestimentas, dos ritos e reverências no cenário do Direito e pelo discurso, que se torna instrumento de manutenção de poder entre os juristas e o pleiteador de um Direito. Baseia-se, sobretudo, na observação das inter-relações nas práticas judiciais, na percepção de uma desigualdade estrutural da sistêmica máquina jurídica em relação às populações vulneráveis. Pretende-se com esta abordagem, uma desconstrução dessas relações de poder em face de um novo olhar mais humano e afetivo das pessoas e lugares do Direito.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Acessibilidade. Poder.

Abstract

This research problematizes the obstacles to access to justice, focussing on a distance caused by the language used in legal communication; By the inaccessible aesthetics of places, vestments, rites and obeisances in the scene of Law and discourse, which becomes an instrument of power maintenance between lawyers and the plaintiff of a Law. It is based, above all, on the observation of the interrelationships in judicial practices, on the perception of a structural inequality of the systemic jurídica in relation to the vulnerable populations. It is intended with this approach, a deconstruction of these relations of power in the face of a new, more human and effective view of the people and places of law.

Keywords: Human rights. Accessibility. Power.

INTRODUÇÃO

O Acesso à Justiça como Direito fundamental tem sido abordado por uma perspectiva interna do processo. Representa o acesso ao Poder Judiciário, por ser o Estado legalmente comprometido com a inafastabilidade do controle jurisdicional.

Transformações quanto ao procedimento do julgamento e execução, a criação de instrumentos que pretendem uma fácil defesa coletiva, o direito à gratuidade no processo, dentre outros significativos avanços, abrem portas ao ingresso ao Poder Judiciário e ao processo.

Questiona-se, entretanto, sobre a insuficiência desses remédios processuais e desses órgãos jurisdicionais quanto à efetiva acessibilidade das demandas dos interesses difusos dos socioeconomicamente desfavorecidos.

É com a intenção de discutir este descompasso entre a evolução processual dos Direitos fundamentais e a não eficácia desta evolução na prática, que se chegou à análise dos obstáculos subjetivos, difusos e dissuadidos do Acesso à Justiça. Para tanto, é necessário primeiro repensar as práticas e as vias de comunicação pela qual se utiliza o Direito, para então se falar em um ideal de Justiça social.

A partir de observações cotidianas dentro das instituições jurídicas, e somada à vivência com pessoas totalmente alheias ao entendimento do desfecho de uma decisão judicial, mesmo sendo parte no processo, por exemplo, é que foi possível se chegar a um resultado analítico de que a grande problemática do Acesso à Justiça está na sustentação de um formato e de uma filosofia hierarquizada, manipuladora e segregadora.

Arremete-se a este formato, fundamentalmente, através das críticas à linguagem jurídica, realizadas por Warat; da noção de violência simbólica elucidada por Bourdieu; das análises do discurso, de Foucault; em processos estéticos de Sanchez

Vázquez; e, por fim, em uma percepção imagética do filme *O Processo*, dirigido por Orson Welles, baseado na obra de Kafka, como uma forma de reflexão sobre a incomunicabilidade do poder judiciário e seus ritos.

DO ACESSO À JUSTIÇA

A partir de uma transformação da noção do conceito de Direitos Humanos, em detrimento de novas forças coletivas sociais, substituiu-se o pensamento individualista do Direito por um movimento de reconhecimento dos deveres sociais dos governos, como sendo responsabilidade de uma ação positiva estatal a manutenção de direitos básicos e indisponíveis.

No princípio do século, tanto na Áustria quanto na Alemanha, foram frequentes as denúncias das discrepâncias entre a procura e a oferta da justiça e foram várias as tentativas para minimizar, quer por parte do Estado (a reforma do processo civil levado a cabo por Franz Klein na Áustria (Klein, 1958, Denti 1971), quer por parte dos interesses organizados pelas classes sociais mais débeis (por exemplo, os centros de consulta jurídica organizados pelos sindicatos alemães) (Reifner, 1978). Foi, no entanto, no pós-guerra que esta questão explodiu. Por um lado, a consagração constitucional dos novos direitos econômicos e sociais e a sua expansão paralela à do estado de bem estar transformou o direito ao acesso efectivo à justiça num direito charneira, um direito cuja denegação acarretaria a de todos os demais. Uma vez destituídos de mecanismos que fizesse impor o seu respeito, os novos direitos sociais e econômicos passariam a meras declarações políticas, de conteúdo de função mistificadores. (SOUZA SANTOS, 1986, p. 18).

Com a Constituição de 1988, o acesso à justiça se tornou expressamente positivado como direito fundamental, dado o fato de configurar-se como um dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º, XXXV). Antes disso, o direito a uma audi-

ência justa e um tribunal para decidir, já estava amparado pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, ratificada pelo Brasil.

A grande celeuma acerca do direito ao Acesso à Justiça é o de garantir-lhe aplicabilidade e eficácia, visto que a sua existência já está fundamentada e normatizada como cláusula pétrea. Prova de que a vigência não garante necessariamente a eficácia no âmbito social.

Um notório avanço de alcance social se deu com a criação da Lei nº. 1.060/50 que faz jus ao que determina o texto constitucional no art. LXXIV que dispõe, “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

O fato é que para além da distância material existe uma distância subjetiva relativa à genuína bagagem cultural, social e econômica dos jurisdicionados que não é sanada pela mera gratuidade do processo. Para isso, as modernas – e ainda escassas – gestões sociais exploram o deslocamento da máquina judiciária para dentro dos espaços de fato públicos. Surge então os balcões de cidadania, o deslocamento de juízes aos termos das comarcas para realização de audiências em salas de aula e praças na comunidade.

No Brasil, é possível referenciar a sociologia do Direito como fonte dos questionamentos e das possíveis respostas acerca das formas alternativas de resolução de conflitos, das distâncias sociais causadas por uma linguagem, uma estética e um discurso subjulgador e inacessível do poder judiciário.

Eliane Botelho Junqueira em sua obra *Acesso à Justiça: Um Olhar Retrospectivo*, faz um apanhado histórico dessa referência às pesquisas nas ciências sociais no Brasil:

[...]a análise das primeiras produções brasileiras revela que a principal questão naquele momento, diferentemente do que ocorria nos demais países, sobretudo nos países centrais, não era a

expansão do welfare state e a necessidade de se tornarem efetivos os novos direitos conquistados principalmente a partir dos anos 60 pelas “minorias” étnicas e sexuais, mas sim a própria necessidade de se expandirem para o conjunto da população direitos básicos aos quais a maioria não tinha acesso tanto em função da tradição liberal-individualista do ordenamento jurídico brasileiro, como em razão da histórica marginalização sócio-econômica dos setores subalternizados e da exclusão político-jurídica provocada pelo regime pós-64. (JUNQUEIRA, 1996, p. 1).

Mauro Cappelletti e Bryan Garth (1988) ao refletirem sobre o tema, indicam três obstáculos ao Acesso à Justiça. O primeiro de natureza financeira, refere aos altos custos processuais suportados pelos litigantes o que torna óbvia a desigualdade no acesso e celeridade para os que podem arcar com os gastos decorrentes da lide e o induzimento dos mais pobres à desistência ou à celebração de acordos inferiores em relação ao Direito merecido. Essa disparidade só seria estruturalmente modificada por uma nova cultura de assistência judiciária. O segundo de natureza temporal, dada a morosidade do Poder Judiciário como consequência de um sistema institucionalmente burocrático, da interposição dos operadores do sistema judicial e dos próprios obstáculos procedimentais. E o terceiro de natureza psicológica e cultural, relativo ao desconhecimento dos direitos e ao desconforto que as populações têm de adentrar as arestas judiciais, distanciamento este, nutrido pelo formalismo intimidador do Judiciário, seus operadores e dos advogados.

E aqui nos interessa aprofundar, já que são a linguagem, a estética e o discurso ferramentas persuasivas do obstáculo ao Acesso à justiça, de natureza psicológica e cultural. Discutir a utilização e a lógica que levou a construção desse formato inacessível do Direito tem, antes de mais nada, a pretensão de propor um novo lugar, inventado com afetividade. De reconfigu-

rar a posição estática em que a técnica judiciária se colocou e, ainda, abrir lacunas de outros processos criativos de resolução de conflitos, de comunicação simples e de uma percepção estética mais condizente com as necessidades sociais. Uma ruptura paradigmática de que fala Sousa Santos:

A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro nem pode ser preenchido pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é tão só um futuro vazio. Penso, pois, que, perante isto, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidade, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser. Com isto assume-se que estamos a entrar numa fase de crise paradigmática e, portanto, de transição entre paradigmas epistemológicos, sociais, políticos e culturais. Assume-se também que não basta continuar a criticar o paradigma ainda dominante, o que, aliás, está feito já à saciedade. É necessário, além disso, definir o paradigma emergente. Esta última tarefa, que é de longe a mais importante, é também de longe a mais difícil. É-o sobretudo porque o paradigma dominante, a modernidade, tem um modo próprio, ainda hoje hegemônico de combinar a grandeza do futuro com a sua miniaturização. Consiste na classificação e fragmentação dos grandes objectivos se soluções técnicas que têm de característico o serem credíveis para além do que é tecnicamente necessário. Este excesso de credibilidade das soluções técnicas, que é parte intrínseca da cultura instrumental da modernidade, oculta e neutraliza o défice de futuro delas. Por isso, tais soluções não deixam pensar o futuro, mesmo quando elas próprias já deixaram de o pensar. (SOUSA SANTOS, 1994, p. 278)

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO ACESSO À JUSTIÇA

O Acesso à Justiça refletia, para os estados liberais burgueses, o espírito essencialmente individualista do Direito, era o direito formal apenas de propor ou contestar ação, de tão somente impor sua fala em arestas judiciais.

A igualdade era idealizada apenas de maneira formalista e dogmática, numa construção abstrata de um sistema jurídico justo, na prática operacional, a verdade é que o Estado esteve propositadamente a quem das necessidades reais das populações. Era uma escrita de igualdade para o que não sabe ler.

É necessário questionar para quem de fato servem os avanços da acessibilidade à justiça. O jurista deve ser agente facilitador de maneira autônoma, respeitando a legalidade de suas funções, porém expandindo as vias flexíveis no seu trato diário com pessoas de verdade, singulares, inteiras e com uma bagagem intelectual vinculada a sua condição histórico-social. O processo é meio que objetiva um Direito que é pretendido por pessoas.

A finalidade não são os papéis, são os seres. A falta dessa humanização sensível nas práticas do Direito reflete uma verdadeira pretensão de se delimitar uma relação de poder que se abebera de uma ignorância calculadamente instaurada.

Os juristas precisam, agora, reconhecer que as técnicas processuais servem a funções sociais; que as cortes não são as únicas formas de solução de conflitos a ser considerada e que qualquer regulamentação processual, inclusive a criação e o encorajamento de alternativas ao sistema judiciário formal têm um efeito importante sobre a forma como opera a lei substantiva – com que frequência ela é executada, em benefício de quem e com que impacto social. (CAPPELLETTI, 1988, p. 12- 13).

De uma maneira mais ampla, pode-se dizer que as concepções que marcam os Direitos Humanos em relação a acessibilidade ao poder judiciário, condicionadas por um olhar repressor e totalitário da sociedade, determinam o que Warat chama de despolitização e desumanização do social “feito cínica e mediocremente em nome de certas práticas pseudo-humanizantes e de um

pseudo-espírito transcendente e sem alienações” (WARAT, 1971 p. 2).

Se não há uma escuta àqueles a quem os Direitos Humanos pretende proteger, o sentido histórico desses direitos e, conseqüentemente do Acesso à Justiça, será imposto por uma construção estereotipada e rasa que diz atingir, representar e acessar, mas não o faz, porque não escuta a significação das lutas envolvidas.

Nenhum jurista que se preze tenta trasladar a problemática das práticas abusivas[...] Ignora-se o abuso estatal dos Direitos, a castração estatal de nossa personalidade, de nossos interesses e necessidades. Existe uma denegação generalizada dos excessos da normatividade estatal. Escamoteia-se, por um lado, a existência de uma sociedade que vai sendo dia a dia tomada pelas leis, Dissimula-se, por outro lado, o uso absoluto que o Estado faz da lei positiva em nome dos interesses da sociedade, dos interesses do povo. (WARAT, 1971 p. 4)

Essa ilusão simbólica de ser o Estado protetor dos interesses e liberdades pessoais e de que a normatização é a peça fundamental dessa proteção, coloca o indivíduo ora num lugar de primitivo, com potencial perigoso que necessita da vigilância estatal, ora como um culpado das mazelas causadas pela desigualdade social.

A LINGUAGEM – O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO SEMIÓTICO



Figura: Jacques-André Armand Cardon

O acesso à Justiça, além de proteções processuais para quem pleiteia um direito, diz respeito a interação comunicativa entre os operantes do Judiciário e a sociedade. Os mecanismos que sustentam um lugar hierarquicamente superior em relação ao discurso são

antagônicos à flexibilidade da linguagem e da dialeticidade que tem por objetivo o comunicar e o entender.

A jurisdição enquanto agente da vontade do Estado na resolução dos conflitos sociais, possui uma função relacional e comunicacional com os seus jurisdicionados. Logo, a jurisdição se dá enquanto fenômeno semiótico.

A semiótica é ciência que investiga “todas as linguagens possíveis, ou seja, tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido.” (SANTAELLA, 1983. p.13).

A literatura jurídica ao longo da história sempre deu relevância à comunicação verbal por desejar definir o comportamento do indivíduo e a atuação do Estado através de regulamentações escritas. No cotidiano jurídico, as narrações dos fatos, os pedidos, os depoimentos orais são, necessariamente convertidos a letras.

Além desse condicionamento à linguagem formal e escrita, a linguagem verbal sempre ocupou um lugar restrito, protegido de uma vulgarização, rodeada de hermetismo, o que implica uma contradição já que o direito assume a posição de controle social em nome do Estado. É notória a tradição e a repetição da comunicação, seja verbal ou escrita, que tenta objetivar uma regularização do processo comunicativo mas o que consegue, de fato, é restringir o campo criativo e intuitivo da comunicação.

As longas construções gramaticais e uma predileção pelo rigor na linguagem dos sujeitos processuais levam diretamente à perda de uma consistência humanitária nas inter-relações e nas doutrinas da ciência jurídica.

Nesse sentido, Warat em A Procura de uma Semiologia do Poder afirma que:

Os diferentes discursos do direito constituem um corpo de prescrições e hábitos comuns, tecidos por uma rede de palavras cristalizadas, por um repertório de “topoi” e estereótipos. São discursos apresentados como um repertório de palavras construídas muito antes de serem inventadas, e, às vezes, de palavras portadoras de um sentido transcendente, - divinamente legado. Estamos falando, aqui, das crenças tradicionais que os juristas sustentaram a respeito da natureza e funcionalidade das palavras da lei. Sem dúvida, uma visão idealista de notória eficiência legitimadora do direito capitalista. (WARAT, 1980, p. 2).

A análise desses discursos, chamados pelo autor de função policial da linguagem do Direito, leva-nos à conclusão de uma pretensão de fato excludente que conduz ao questionamento de que se o valor retórico funciona como delimitação de um espaço.

Tendo em vista que o discurso é fim, cujo meio é a linguagem, e que no Direito a linguagem é mecanismo através do qual se realiza uma tomada de posição do sujeito detentor legítimo de uma fala em situação de representação da qual ele é suporte, faz-se necessário repensar a acessibilidade desta linguagem e conseqüentemente deste discurso.

Assim, no capítulo que trata sobre o discurso jurídico e a retórica, em O Direito e sua Linguagem, Warat questiona:

[...] O discurso supõe um conjunto de relações extralinguísticas, no qual ele está inscrito. Nessa ótica, a semiologia tende a analisá-los de forma indevida, quando propõe abordá-los a partir dos princípios extraídos da própria linguística e, principalmente, quando pretende uma análise imane do discurso, da qual se quer deduzir a sua interpretação, e sua função e os seus mecanismos de inserção no social. Isto implica em uma imprópria satisfação, no plano teórico, do valor político dos discursos.

Ou seja, são estudos ainda prisioneiros da problemática língua-fala e, portanto, inadequados para abordar as relações do discurso com o poder, para tematizar consistentemente a articulação do nível discursivo sobre o conjunto da formação social. Na semiologia dominante, persiste a remissão aos sujeitos da fala e as suas intenções e formas de intervenção comunicacional. (WARAT, 2000, p. 83).

Surge a necessidade de reavaliar o verdadeiro lugar da retórica e da oratória nas relações jurídicas. Se partem de uma via que objetiva a formalização da linguagem entre os entes jurídicos ou se passa por uma via de acesso entre um sujeito não detentor desta linguagem formal, que pleiteia seu direito, e o representante de fala para se pleitear tal direito. Seria concluir, de maneira prática, que a manutenção de uma oralidade rebuscada e formal são cabíveis na comunicação entre um juiz de Direito e um defensor público e totalmente desproporcional e excludente se aplicada da mesma maneira numa comunicação entre o defensor e o seu cliente, por exemplo.

Identificar que essa desproporcionalidade se faz presente nas práticas jurídicas, põe em questão a relação de poder que subjuga o desfavorecido, seja social ou economicamente, por conta dessa linguagem. E mais arbitrário ainda, é identificar que esse lugar de poder ocupado pelo jurista é completamente contrário ao objetivo da sua função enquanto representante legítimo de defesa. Seria dizer que justamente a pessoa destinada a ser acesso entre a justiça e aquele que a pretende, se aproveita deste lugar para distanciar o caminho e se manter superior, inacessível.

Necesitamos intentar una pedagogía del absurdo, así la doctrina dejará de ser una absurda guerra de principios. Debemos minar el lenguaje jurídico para aprender que el derecho también es el espejo de la irracionalidad humana. La justicia también es el teatro del absurdo. Pararemos de distinguir lógicamente el absurdo de la condición humana. Descubramos su poesía: Tenemos que reinventar la lengua. Para eso es necesario recuperar el papel del lenguaje que está en nuestro propio cuerpo". (WARAT, 1990, p. 48 -49).

No âmbito social, é possível dizer que tal delimitação desse espaço nutre um imaginário coletivo de sacralização do Judiciário, da personificação da lei na pessoa que a opera, e o pior, na inconsciente subjugação de uma massa em detrimento de uma ideia instaurada de que a distância, a formalidade e a indisponibilidade são naturalmente parte dos procedimentos jurídicos.

Brígida Campbell citando Carlos Augusto Serbena, em *Arte para uma Cidade Sensível*, expõe:

Verifica-se a existência de técnicas de manejo do imaginário em todas as sociedades, confundindo-se com os mitos e os ritos, pois os guardiões do imaginário social são também os guardiões do sagrado. Enquanto nas sociedades ditas 'primitivas' os mitos possuem implicações ideológicas, na sociedade moderna, racional e técnica, as ideologias escondem os mitos, pois o imaginário social é racionalizado e instrumentalizado. Nesta, emergem novas formas de trabalho com o imaginário, que conduzem a sua utilização e manipulação cada vez sofisticada

e com técnicas mais refinadas[...] (CAMPBELL, 2015, p. 30).

UMA ESTÉTICA DO PODER



Figura:Fonte: Ist Iustitia de Marten van Heemskerck

O ícone da balança, da espada, do rosto com feição angelical - numa análise que não passa pela simbologia de cada elemento, mas meramente pelos signos - são arquétipos de virtude nas referências da arte greco-romana. São elementos que juntos concebem uma divindade. A deusa da Justiça.

Essa representação contida no imagético é correspondente na ideia de Justiça. Uma força superior aos homens, iguais entre si. Os edifícios, as salas de sessões, as cadeiras e os palácios do Judiciário são igualmente ufanos.

Também o rigor indumentário traz a mesma composição simbólica. As expressões corporais, a postura física, a face sisuda, os olhos que não choram e a boca que não sorri estão presentes na figura do magistrado assim como na construção da imagem de um deus.

Aqui faz-se necessário reconhecer, de maneira conectiva, que se as palavras são concebidas como ferramentas - e, portanto, não podem ser consideradas fora do uso ou do contexto - o empenho para depurar a linguagem e evitar confusões e arbitrariedades é um pensamento socialmente saudável. Isso da mesma forma vale para a Estética.

Na tentativa de simplificar as ferramentas na estética de um cenário jurídico, pergunta-se: quais são os objetos, relações ou experiências correspondentes a essa estética?

[...] se é legítimo e necessário limpar as ferramentas que usamos em qualquer campo e, por conseguinte, as ferramentas linguísticas ou palavras na Estética, é evidente também que essa tarefa não pode ser um fim em si mesma, mas sim um meio ou passo prévio necessário para poder conhecer o tipo de objetos, relações ou experiências correspondentes. (VÁZQUEZ, 1999, p.29).

Inconscientemente, o sujeito se move por um interesse induzido por um processo perceptivo, significa dizer que o sujeito se funde com o objeto percebido e dilui-se nele, ao mesmo tempo. Em outras palavras, o representante das vias judiciais é a roupa que veste, a postura que tem e o lugar de acesso a essas vias é tão frio e inóspito quanto os são os lugares físicos do Direito.

A justiça veste uma estética de intransponibilidade em relação ao homem. Arrisco dizer que é a “deusificação” da Direito o maior dos problemas subjetivos do acesso à Justiça.

Os sistemas simbólicos ocupam uma posição política de instrumento que impõe e legitimam a dominação de poder nas relações de uma classe em sobreposição à outra, é a chamada, por Bourdieu, violência simbólica. Que potencializa as relações de força e fundamenta o lugar da domesticação dos dominados.

Para Bourdieu, essa luta simbólica reproduz de maneira transfigurada o campo das posições sociais:

Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Durkheim -- ou, depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a solidariedade social no facto de participar num sistema simbólico -- tem o mérito de designar explicitamente a função social (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política

que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. (BOURDIEU, 1989, p. 9-10).

A construção de uma filosofia e de uma estética imponente no Direito vem de um enraizamento histórico pelo qual a massificação de um grupo social dominado, é inversamente proporcional a sustentação dos lugares de poder nas decisões políticas e na criação das leis. O corpo do Direito se constitui de decisões tomadas a partir de uma falsa ideia de representatividade.

E isso se dá porque a maneira de ser do dominado é alienadamente percebida como feia, inferior, vulgar e ruim, mesmo por quem a pratica, de um olhar redutor da estética dominante. Como diz Bourdieu em Razões Práticas, “[...] construir o espaço social, essa realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar, e que organizam as práticas e as representações dos agentes.” (BOURDIEU, 1996, p. 24).

O DISCURSO E O SABER-PODER

Em Arqueologia do Saber - entendendo, aqui, arqueologia como sendo uma investigação que explora de maneira vertical as camadas - Foucault aborda que o Discurso é antes, justificativa de um saber científico. Para ele, existe uma dualidade entre a linguagem e o discurso, já que o saber está representado pela ciência do homem, enquanto o poder, pelas relações históricas.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos

discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 2008, p. 159)

O discurso é um emaranhado de relações pelas quais se faz possível haver significantes. Está contido num movimento, em um caminho. Ele relaciona a língua com outras práticas do campo social. É, portanto, “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 1970, p. 43).

Para Foucault, aquilo que é tomado como verdade e a validação do conhecimento científico dessa verdade, está inteiramente relacionado a um sistema de poder. Caracteriza-se o discurso, portanto, como a máscara das instituições, conduzido pelo poder.

E todo saber, gera poder. No cenário jurídico, o processo é um mecanismo no qual os litigantes expressam a sua verdade e o magistrado é a figura imbuída de poder - e o é por possuir um saber jurídico - que determina a verdade “real”. É um fazedor de verdades com força e legitimidade para reparar e punir.

É neste ponto que cabe questionar sobre o fenômeno jurídico, sobre a incompatibilidade entre um dever-ser normativo e o ser da realidade concreta. E é justamente nessa relação saber-poder, alavancada pelo discurso, que se torna o jurisdicionado parte totalmente afastada da construção das verdades jurídicas.

Isto se dá de igual forma na construção doutrinária e ensino jurídico através da produção institucional da subjetividade. No fragmento de A Ciência Jurídica e seus dois Maridos, Warat faz uma crítica ao discurso jurídico na prática e nos ensinamentos das escolas de Direito. Ele se apropria do imaginário cultural para ironicamente se opor ao formalismo discursivo imbuído na filosofia do Direito. Pontua, sensivelmente que:

El discurso jurídico aparece vinculado a una ciencia de lo sagrado que mantiene en silencio una zona infernal de producción del saber: un conocimiento que habla de la libertad y de la justicia, sin tomar conciencia que está sirviendo a la mentalidad opresora de una época. Las ciencias de la ley brindan la posibilidad de contar con discursos que establecen vínculos de adoración a la ley, garantizando con eso la producción institucional de la subjetividad. Un saber que hace a la ley desbordar efectos enfermizos del amor”. (WARAT, 1985, p. 34 - 35).

À luz do pensamento foucaultiano o discurso é um encadeamento de significantes em si mesmo e de outros discursos externos, cujo objeto não é meramente o significado, mas sim o significante e conseqüentemente o imaginário do receptor deste discurso.

No Direito, o discurso se obstina à finalidade de perpetuar uma repetição que de tão repetida é tida como verdade, como fundamento. Uma verdade que não perturba o status quo e que é validada por operações específicas e legitimadas no Direito. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1970, p. 10).

De maneira mais ampla, o discurso é, antes de tudo uma ferramenta que faz parte de um sistema jurídico criado e regido pelo Estado, que é como uma força virtual, invisível, criada e mantida por ele mesmo.

Para Bourdieu, somos “[...] pensados por um Estado que acreditamos pensar.” (BOURDIEU, 1996 p. 91).

Sobre o homem estatizado, afirma ele que:

A escola é a escola do Estado, na qual transformamos jovens em criaturas do Estado, isto é, nada mais do que cúmplices do Estado. Quando entro na escola, entro no Estado, e como o Estado destrói os seres, entro na instituição de destruição dos seres. [...] O Estado me fez entrar nele obrigatoriamente, como fez com todos os outros, e me tornou dócil em relação a ele, Estado, e fez de mim um homem estatizado, um homem regulamentado, e registrado e vestido e diplomado e pervertido e deprimido, como todos os outros. Quando vemos homens, só vemos homens estatizados, servidores do Estado, que, durante toda a sua vida, servem ao Estado e, assim, toda a sua vida servem à contra-natureza. (BOURDIEU, 1996, p. 92).

Entender a relação da formação discursiva enquanto manutenção do poder vinculado ao saber, é aceitar o exercício de entender o falar, o lugar de fala e a estrutura histórico-social deste lugar. E como o discurso está, conceitualmente, contido num movimento, é possível desenvolver mudanças, gerar outros formatos, outras relações advindas do saber, fora dos caminhos desenhados pelo mundo institucional para a efetivação da justiça.

UMA ANÁLISE DE *THE PROCESS*, DE ORSON WELLES



O filme *The Process* (O Processo), dirigido e roteirizado pelo cineasta Orson Welles é uma obra clássica do século 20 baseada na tão bela obra de Kafka. Trata-se de uma construção audiovisual não integralmente fiel ao romance de Kafka, dada a liberdade subjetiva que é possível fazer-se na correspondência entre a escrita e a imagem.

A obra perpassa pela peregrinação de Joseph K. dentro da grande máquina estatal. A personagem é uma representação universal, sem nacionalidade e sequer sobrenome, dos seres dominados pelos abusos e arbitrariedades do Estado e da Justiça. Ele foi condenado e julgado por um tribunal misterioso, em que muitos ficam em dúvida sobre a real história acontecida, abordando uma injustiça no processo, tendo um comparativo com a

tutela jurisdicional do Estado.

O filme começa com a prisão de Joseph K., sem nenhuma explicação, de forma arbitrária, sendo acusação mantida misteriosamente em segredo. À luz do Direito pátrio tais acontecimentos são recriminados. Leciona o artigo 282 do Código de Processo Penal Brasileiro: “À exceção do flagrante delito, a prisão não poderá efetuar-se senão em virtude de pronúncia ou nos casos determinados em lei, e mediante ordem escrita de autoridade competente”.

Coadunando com tal pensamento preceitua a Carta Magna de 1988: “O preso será informado de seus direitos [...]” (Artigo 5º, LXIII) e um dos direitos que assistem aos presos é o direito de saber do que está sendo acusado.

A insistência de Joseph K. em querer saber do que está sendo acusado é algo predominante na obra de Kafka. Tanto que se criou o estilo kafkiano de ser processado. Ser processado kafkianamente é ser totalmente tolhido de qualquer preceito jurídico possível e conhecido.

No andamento do processo de Joseph K., a personagem, juntamente com seus prepostos, depara-se com obstáculos injustos e desumanos. Diante de seu processo nem ele nem ninguém pode ter acesso aos autos, justamente para que não soubesse nada esclarecedor que fornecesse subsídios para elaborar a defesa.

Uma peculiaridade do escrito de Kafka, presente no filme, se dá na sua descrição do que seria para ele uma petição formalizada por advogados: um documento cheio de erudição, mas com carência de verdade substancial. Ambiguidade e repetitividade ao longo de páginas e mais páginas.

O filme trata de maneira austera, una e sensorial a realidade estética, linguística e discursiva do sistema judiciário, utilizando-se de uma criticidade irônica que apunhala as hierarquias de

poder burocráticas e judiciais. As cenas reproduzem uma sensação sombria e claustrofóbica dos lugares jurídicos, respectiva à crítica Kafkiana dessa sensação. Além da sensação de letargia causada pela espera na resolução das demandas e pelo labirinto inventado pela corrupção.

Apesar de se tratar de uma narrativa bastante surrealista, as cenas trazem com exagero as sensações físicas e mentais da opressão de estar sendo manipulado e afastado da verdade na sistemática do poder jurídico. É evidente, também, uma ideia vigente de que a gigante máquina operante da lei, é inexplicavelmente superior à racionalidade e entendimento humano, esse “sistema-deus” é irrefutavelmente superior legítimo dos homens.

A personagem revive o Estado totalitário no qual vivia Kafka. Dialoga com os atributos da Justiça, a ética nos processos e os julgamentos nos tribunais e práticas parciais e amorais dentro desse cenário tão distorcido e intangível quanto o é a realidade do sistema jurídico.

As autoridades representam no filme os condenadores de uma culpa inexistente, ou, no mínimo, desconhecida, o que reflete puramente o pensamento de Kafka:

As nossas autoridades, até onde eu conheço, e os meus conhecimentos não vão além das categorias mais baixas, são daquelas que andam atrás das culpas das pessoas, mas como diz a Lei, são forçadas pelos delitos a enviarem-nos a nós, os guardas. É assim a Lei. (KAFKA, 2005, p. 8).

A justiça mostra-se inacessível, o caráter impenetrável e incompreensível das regras de hierarquia estatal, impossibilitam ao acusado a compreensão dos fatos. Neste contexto sórdido, de permanente pesadelo, o direito a vida é cerceado, Josef K. sem ser julgado é condenado a morte.

A condição e o comportamento intrigante

de Josef K., embora, muito obstante se considerasse inocente trazia consigo, em seu foro íntimo, um sentimento de culpa, uma culpa sem motivo, sem razão, uma culpa absurda. Por fim, a obra caracteriza-se num todo, e em cada parte desse todo, uma interseção de verdades atiradas contra o corpo da massa governada por uma ilusão de Justiça e de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações e leituras sobre o Acesso à Justiça e os impasses da sua efetivação geram uma inquietação sobre o verdadeiro papel do jurista na máquina operante do Direito. Todas as críticas e análises às falácias, às pretensões manipuladoras e às opressões da linguagem, discurso e estética do Direito, se desfecham numa tentativa de reconfigurar o lugar de atuação de cada agente jurisdicional.

Entende-se, ao final, que a afetividade nas relações interpessoais é possível no contexto jurídico, já que os mecanismos de evolução quanto a uma conduta humanística, são de inteira responsabilidade de cada operante do sistema jurídico. Assumir essa responsabilidade é, antes de mais nada, um ato político revolucionário e de grande contribuição para os novos olhares comprometidos com uma socialização do poder judiciário.

É verdade que a força formalística e estruturante dos pilares tradicionais e antiquados no Direito são de difícil mutabilidade. Mas é possível, na contramão desta força, ocupar os espaços verdadeiramente públicos, acessíveis. Aumentar a rede da comunicação através de uma investigação perceptiva e atenta aos interesses coletivos.

É preciso estar perto, ouvir, relacionar a técnica à prática. Sustentar a representatividade, ouvir de novo e depois disso, entender. O Acesso à Justiça é - antes de toda reforma processual e logística da jurisdição estatal - uma proposta de observação e escuta do sujeito-social. Ainda há tempo.

Temos que precisamos de criação fermentadora e criativa, temos à procura de transformações sem vigilância moralizantes nem cinismos, tempos de desafio existencial que demandam a reivindicação da autonomia para todos os setores da vida social. Tempos em que o homem precisa ter uma consciência autônoma de seus direitos e capacidades para formulá-los e reivindicá-los. Estamos diante de uma sociedade que busca reconhecer-se aberta para poder preservar a condição humana frente às grandes máquinas (simbólicas e tecnológicas). Sociedades que necessitam do conflito para contrabalançar a démarche de uma ordem totalitária que ameaça com sua irreversibilidade. (WARAT, 1971, p. 8).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.

CAMPBELL, Brígida. Arte para uma cidade sensível. Tradução de Pedro Vieira. São Paulo,

Invisíveis Produções, 2015.

CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Paris, França: Editions Gallimard, 1970.

KAFKA, Franz. O Processo. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.13

SOUZA SANTOS, Boaventura. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. Revista Crítica de ciências sociais, nº 21, 1986.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade. 7 ed. CIDADE: Edições Afrontamento, 1994.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Convite à Estética. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro; civilização brasileira, 1999.

WARAT, Luis Alberto. A ciência Jurídica e seus dois maridos. Santa Cruz do Sul : Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

WARAT, Luis Alberto. Abuso del derecho y lagunas de la ley. Editorial Abelado Perrot, Buenos Aires, 1971.

WARAT, Luiz Alberto. A Procura de uma Semiologia do Poder. Tradução de Gisele Cittadino Florianópolis, Brasil. 1980.

WARAT, Luiz Alberto. Manifestos para uma Ecologia do Desejo. São Paulo, Brasil, Editora Acadêmica, 1990.

WARAT, Luiz Alberto. O Amor Tomado pelo Amor. São Paulo, Brasil, Editora Acadêmica, 1990.

WARAT, Luiz Alberto. ¿Por Quién Cantas las Sirenas?. Jaoçaba, Brasil. UNOESC/CPGD-UFSC, 1996.

WARAT, Luiz Alberto. ROCHA, Leonel Severo. O Direito e suas Linguagens. Brasil, Safe, 1995.

AÇÕES INTEGRADAS PARA USO RACIONAL DA ÁGUA VISANDO GARANTIR QUANTIDADE, QUALIDADE E ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO PARA A POPULAÇÃO DIVINOPOLITANA

INTEGRATED ACTIONS FOR RATIONAL WATER USE TO ENSURE QUANTITY, QUALITY AND SUPPLY ALTERNATIVES FOR THE DIVINOPOLITANA POPULATION

Karoline F. C. Martucheli

Graduanda em Farmácia pela UFSJ) e bolsista do projeto de Extensão Ações integradas para uso racional da água

Pedro A. A. Reis, Indira R. O. Mattar

Graduandos do Curso de Farmácia na UFSJ e voluntários do Projeto de Extensão

Beatriz A. Ferreira

Coordenadora do Projeto de Extensão

Adriano G. Parreira

Pesquisador Colaborador.

Luis Fernando Soares

Docente na Universidade Federal de São João Del Rei

Resumo

A utilização de uma água inadequada para consumo humano traz riscos à saúde, o que ocorre principalmente nas áreas rurais. Nas comunidades rurais do município de Divinópolis, MG as soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano (SAC) estão presentes em 17 (dezesete) das 44 (quarenta e quatro) comunidades. A Portaria MS nº 2914/2011 dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Considerando a questão do uso da água para consumo humano de comunidades rurais abastecidas por SACs e tendo como referência essa Portaria, foi avaliada, no período final do período de estiagem (Setembro/2015) e chuvoso (Maio/2016), a qualidade da água de amostras de seis comunidades (Amadeu Lacerda, Cacóco de Baixo, Inhame, Lopes, Mata dos Coqueiros e Quilombo) paralelamente à realização de ações para seu uso racional pela população. Os resultados revelaram que das seis comunidades analisadas, somente a do Quilombo não apresentou contaminação por coliformes fecais (*E. coli*) e que somente as comunidades de Amadeu Lacerda, Cacóco de Baixo e Quilombo apresentaram parâmetros físico-químicos em conformidade com a legislação. Esses resultados nortearam as ações de educação e conscientização para a população.

Palavras-Chaves: SACs. Qualidade da água. Comunidades rurais. Divinópolis/MG.

Abstract

The use of inadequate water for human consumption poses health risks especially in rural areas. In the rural communities of the municipality of Divinópolis MG alternative collective solutions for water supply for human consumption (SAC) are present in 17 (seventeen) of the 44 (forty-four) communities. Law MS N. 2914 / 2011 establishes the procedures for controlling and monitoring of the quality of water for human consumption and its standard of potability. Considering the question of the use of water for human consumption of rural communities supplied by SACs and having as reference this Law water quality was evaluated in the final period of the dry season (September / 2015) and rainy season (May / 2016). Of samples from six communities (Amadeu Lacerda, Cacóco de Baixo, Inhame, Lopes, Mata dos Coqueiros and Quilombo) in parallel with the implementation of actions for their rational use by the population. The results showed that of the six communities analyzed, only the Quilombo did not present fecal coliform contamination (*E. coli*) and that only the communities of Amadeu Lacerda, Cacóco de Baixo and Quilombo presented physico-chemical parameters in accordance with the legislation. These results reflect the actions of education and awareness for the population.

Keywords: SACs. Water quality. Rural communities. Divinópolis/MG.

INTRODUÇÃO

A água é essencial à vida. Embora pareça inesgotável, pois a quantidade livre de água sobre a Terra atinge 1.370 Km³ (mil trezentos e setenta quilômetros cúbicos), existe apenas 3% (três por cento) doce e 0,3% (zero três por cento) aproveitável ao consumo humano. A obtenção de água de boa qualidade e suficiente para consumo tem sido preocupação da humanidade desde quando o homem ainda não tinha condições de identificar se a água era potável. E cada vez mais se tem buscado técnicas de armazenamento e de tratamento deste líquido precioso (BRASIL, 2006).

Os sistemas de abastecimento de água e suas instalações são projetados de acordo com a necessidade das grandes cidades ou povoados (BRASIL, 2006) e a qualidade do serviço de abastecimento reflete na saúde da população. Porém, ainda hoje, a população carece de acesso à água potável e tal situação recai sob a persistência de doenças de veiculação hídrica que poderiam ser prevenidas se a água utilizada fosse de boa qualidade, ou seja: a qualidade da água reflete na qualidade de vida da população (PONTES; SCHRAMM, 2004).

Sabe-se que parte da população rural divinopolitana recebe água para consumo através de soluções alternativas coletivas (SACs) provenientes de poços amazonas e artesianos. Segundo a Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004) "solução alternativa de abastecimento de água para consumo humano: modalidade de abastecimento coletivo destinada a fornecer água potável, com captação subterrânea ou superficial, com ou sem canalização e sem rede de distribuição". Em Divinópolis, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de

Agronegócios (SEMAG), é responsável pela distribuição de água nas comunidades rurais. Das 44 (quarenta e quatro) comunidades rurais, 17 (dezesete) são abastecidas através de SAC. As demais não possuem sistema de distribuição de água. Não há fiscalização nem monitoramento da qualidade da água distribuída nas áreas rurais e o processo de cloração é realizado pontualmente e parcialmente nos SACs existentes.

De acordo com Amaral et al, 2003, a maioria das doenças nas áreas rurais advém do uso de águas subterrâneas, poços rasos e nascentes contaminadas ou não tratadas de forma adequada, expõe a população a enfermidades que poderiam ser reduzidas ou evitadas caso a população tivesse acesso a água potável. A proteção e prevenção da contaminação das águas é uma forma de proteção à saúde e eliminação do risco de contrair doenças intestinais e infecciosas. A população rural está mais exposta a contrair tais doenças devido às condições sanitárias inadequadas, que levam à contaminação por dejetos de animais e humanos, uma vez que estes podem conter vírus, bactérias, helmintos e protozoários (d'AGUILA, et al., 2000). Dentre as doenças de veiculação hídrica pode-se citar diarreia, enterites, cólera, febre tifoide, giardíase e amebíase, além daquelas causadas por agentes vetores que necessitam de água em seu ciclo biológico como malária, dengue, febre amarela e filariose (BRASIL, 2006).

Considerando esse panorama, o presente trabalho teve como objetivos avaliar a qualidade da água de treze comunidades rurais de Divinópolis e promover ações educativas junto às comunidades com o intuito de enfatizar a importância do uso racional da água.

METODOLOGIA

AMOSTRAGEM

Em parceria com a SEMAG, foram atualizados os dados a respeito da existência da desinfecção (cloração), instalações, acesso às amostras e distância das comunidades rurais até a sede da prefeitura Municipal de Divinópolis, na região central. (Tabela 1).

Tabela 1: Distância das comunidades rurais até a sede da Prefeitura Municipal de Divinópolis, pontos de coleta e serviços de cloração.

COMUNIDADE	DISTÂNCIA (KM)	PONTO DE COLETA	DESINFECÇÃO (PASTILHA DE CLORO)
Inhame	11,0	Torneira do Posto de Saúde	Não
Cacôco de Baixo	10,5	Poço	Não
Quilombo	17,2	Reservatório	Sim
Lopes	13,0	Reservatório	Sim
Mata dos Coqueiros	23,5	Poço	Não
Amadeu Lacerda	28,0	Reservatório	Não

Fonte: SEMAG

As amostras foram coletadas em triplicata, nos meses de setembro de 2015 e maio de 2016, referentes, respectivamente, ao final das estações seca e chuvosa. As coletas foram feitas diretamente nos sistemas de bombeamento dos poços artesianos, torneiras nos reservatórios ou torneiras existentes nas casas mais próximas do sistema de abastecimento, utilizando recipientes de PVC de aproximadamente 500 mL para as análises físico-químicas e em frascos estéreis de 100 mL para as análises microbiológicas (em frasco próprio fornecido com o kit para análise microbiológica Colitest). As coletas foram realizadas sempre no período da manhã e ausência de chuva. As análises microbiológicas foram iniciadas no dia da coleta e as físico-químicas no prazo máximo de uma semana a partir da data da coleta. As análises foram executadas nos laboratórios do Campus Centro Oeste da UFSJ, exceto turbidez, executadas no laboratório de Química da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Divinópolis. Todos os parâmetros foram determinados em consonância com a Portaria n.º 2.914/11 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011): pH, turbidez, temperatura, dureza total/alcalinidade (Ca²⁺ e Mg²⁺) e nitrato. Os parâmetros microbiológicos determinados foram Coliformes totais, termotolerante e *Escherichia coli*, ausência ou presença (análise qualitativa).

ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS

Uma parte das amostras coletadas foi destinada ao laboratório de Química Analítica da UFSJ, e parte ao laboratório de Química Analítica da UEMG para realização das análises físico-químicas.

pH: Para medir o pH das amostras foi utilizado um medidor portátil (Aaker).

Dureza total: Expressa em CaCO₃ mg/L-1, sendo referente a concentração total de cá-

tions bivalentes, principalmente de cálcio e magnésio. O método utilizado para determinação da dureza total de uma amostra de água foi o método titulométrico com EDTA-Na pelo método do Instituto Adolfo Lutz.

Turbidez: Análise realizada através do turbidímetro (ALFAKIT modelo 2171) e expressa em unidades nefelométricas de turbidez (NTU).

Nitrato: A análise do nitrato ocorreu através do espectrofotômetro (Thermo scientific Genesys 10S) na região do UV conforme método do Instituto Adolfo Lutz.

ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS

A água para consumo humano deve atender alguns parâmetros microbiológicos ideais descritos na Portaria n.º 2.914 de 12 de Dezembro de 2011 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) para que não ofereça risco à saúde, uma vez que pode ser um meio de transmissão de bactérias patogênicas (Quadro 1). O principal indicador de contaminação fecal é a *Escherichia coli*, uma bactéria pertencente ao grupo dos coliformes que pode provocar febre, diarreia, mal estar e cólica, além de outros sintomas (FERNANDES; GOIS, 2015).

Para as análises microbiológicas/bacteriológicas qualitativas (Coliformes totais, termotolerante e *Escherichia coli*) empregou-se a técnica de Substrato Cromogênico Enzimático (ONPG-MUG) em amostras coletadas em sacos estéreis (LABPLAS) para amostragem de 100 mL e incubadas a 37°C por 24 horas em estufa. A detecção desses microrganismos por esse método é fácil, rápida e não necessita de testes confirmatórios, pois apresenta grande especificidade e sensibilidade. Como resultado do teste pode-se concluir que, se houver mudança da cor roxa para amarelo, a amostra está contaminada com coliformes totais e se, na presença de luz ultravioleta, for visualizado um halo fluorescente, a amostra é positiva para *E. coli* (coliformes termotolerantes), como mostrado na Imagem 1 (MARQUEZI, 2010).

Quadro 1: Padrão microbiológico da água para consumo humano.

Parâmetro	VMP ⁽¹⁾
Água para consumo humano ⁽²⁾	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes ⁽³⁾	Ausência em 100ml
Água na saída do tratamento	
Coliformes totais	Ausência em 100ml
Água tratada no sistema de distribuição (reservatórios e rede)	
<i>Escherichia coli</i> ou coliformes termotolerantes ⁽³⁾	Ausência em 100ml
Coliformes totais	Sistemas que analisam 40 ou mais amostras por mês: Ausência em 100ml em 95% das amostras examinadas no mês. Sistemas que analisam menos de 40 amostras por mês: Apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo em 100ml.

Notas: (1) valor máximo permitido.

(2) água para consumo humano em toda e qualquer situação, incluindo fontes individuais como poços, minas, nascentes, dentre outras.

(3) a detecção de *Escherichia coli* deve ser preferencialmente adotada.

Fonte: (BRASIL, 2004).

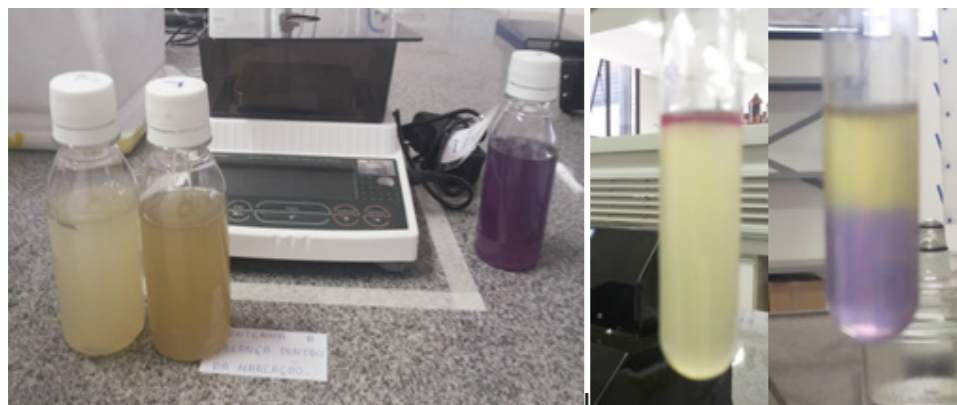


Imagem 1 – Resultado de análise microbiológica mostrando água contaminada por coliformes totais e termotolerantes (E. Coli).

AÇÕES PARA USO RACIONAL DA ÁGUA

Para desenvolver ações extensionistas, as seguintes estratégias foram utilizadas como recursos de informação, conscientização e educação para uso racional da água: palestras, mostra de trabalhos, participação e organização de eventos.

Além disso, ações pontuais desenvolvidas nas próprias comunidades rurais também foram realizadas, com o objetivo de orientar, na maioria dos casos, a forma adequada de potabilização da água em domicílio e informar sobre a qualidade da água de formas alternativas de abastecimento, como nascentes e minas d'água.

DESENVOLVIMENTO

ESCOLHA DAS COMUNIDADES RURAIS E REALIZAÇÃO DAS COLETAS DAS AMOSTRAS DE ÁGUA

Conforme citado anteriormente, existem 44 comunidades rurais em Divinópolis, das quais 17 possuem SAC ("serviço de água"). Esse foi um dos critérios de escolha das comunidades para a realização do projeto, que tem como foco ações para uso racional de água proveniente de SACs (Soluções Alternativas Coletivas para Abastecimento de Água para Consumo Humano). Outro critério determinante foi o documento do Ministério Público de Minas Gerais – Comarca de Divinópolis (Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente), que continha uma solicitação à SEMAG referente à qualidade da água das comunidades rurais. Entretanto, a SEMAG não possui laboratório para realização de análises de água; o laboratório para análise de água - VIGIÁGUA (VIGIÁGUA, 2003), alocado na Secretaria Municipal de Saúde, tem atribuição de fiscalizar e não de garantir a qualidade da água. Diante desse contexto, o projeto, cuja parceria já é bem estabelecida a SEMAG, viabilizou a realização das análises e o delineamento de ações de uso racional da água para essas comunidades.

Inicialmente treze comunidades foram selecionadas. Em todas foram realizadas análises microbiológicas em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis. Para esse trabalho, foram selecionadas comunidades que não foram anterior-

mente contempladas nos projetos anteriores Amadeu Lacerda, Cacôco de Baixo, Inhame, Mata dos Coqueiros e Quilombo e uma que sempre apresenta contaminação recorrente (Lopes).

Das comunidades analisadas, somente as comunidades de Quilombo e Lopes utilizam cloração (através da colocação de pastilhas) como processo de desinfecção. As coletas foram realizadas tanto no período de estiagem como no período chuvoso.

RESULTADOS DAS ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS

Nas amostras de água os seguintes parâmetros físico-químicos foram determinados: pH, turbidez, temperatura, dureza total/alcalinidade (Ca²⁺ e Mg²⁺) e nitrato. De acordo com a Portaria nº 2.914 /11 do MS (BRASIL, 2011), recomenda-se que no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5; a turbidez em águas subterrâneas tem como valor máximo estabelecido 1,0 uT; a dureza total não deve ultrapassar o valor de 500mg/L e a quantidade de nitrato presente não deve ser superior a 10 mg/L.

Os resultados obtidos nas análises de dureza total/alcalinidade demonstraram que a água da região pode ser classificada como mole (0 - 74 mg/L de CaCO₃) a moderadamente dura (76 - 150 mg/L de CaCO₃), segundo PEDRAZZI, 2014, ou seja, própria para consumo humano. Os demais valores determinados para as amostras de água se encontram, estatisticamente, dentro dos padrões de potabilidade de referência. As exceções encontradas foram para turbidez (tabela 2):

Tabela 2: Parâmetro: Turbidez (uT) de amostras de água coletadas de comunidades rurais de Divinópolis- MG.

COMUNIDADE	TURBIDEZ (UT)	
	SETEMBRO/2015	MAIO/2016
Inhame	2,36	0,05
Lopes	0,22	0,07
Quilombo	1,84	0,05
Cacôco de Baixo	4,10	0,05
Mata dos Coqueiros	8,26	0,06
Amadeu Lacerda	1,0	0,96

A turbidez é um parâmetro que se refere a presença de partículas em suspensão ou de substâncias em solução que podem contribuir no agravamento da poluição. Um dos principais critérios de potabilidade é a turbidez, visto que a presença de material particulado permite que os micro-organismos presentes na água não sejam afetados por processos de tratamento da água como, por exemplo, a cloração, diminuindo a eficiência do processo. Assim, é um indicador sanitário e padrão para adequação da água para o consumo humano (FUNASA, 2009). O limite máximo para qualquer amostra pontual de turbidez, segundo a Portaria nº 2.914/2011 (BRASIL, 2011), deve ser de 5,0 uT. Já para águas filtradas por processo de filtração rápida ou direta, o valor máximo permitido é de 0,5 uT, enquanto para água filtrada por processo de filtração lento, o valor é de 1,0 uT (BRASIL, 2011). No que diz respeito aos resultados obtidos, pode-se observar na tabela 7 que a comunidade de Mata dos Coqueiros apresentou no final do período de estiagem,

turbidez de 8,26 NTU estando acima do permitido pela legislação vigente. Isso pode ser justificado pelo fato de que na estação seca, devido ao menor volume de água, ocorre maior concentração de material particulado bem como de íons, podendo acarretar valores maiores de turbidez. Isso é observado, nos demais valores obtidos para turbidez – valores mais elevados no final do período de estiagem em relação aqueles obtidos no final do período chuvoso. Entretanto, todos os demais valores de turbidez encontram-se dentro dos padrões especificados pela legislação vigente.

As análises microbiológicas revelaram problemas de contaminação por coliformes totais e termotolerantes (Imagem 2, anexo). Os resultados estão representados na tabela 3, onde se observa que em algumas comunidades a contaminação ocorre em períodos de estiagem ou chuvosos, como na comunidade de Amadeu Lacerda e Inhame; em outras comunidades ocorre de forma recorrente ao longo do ano como Cacôco de Baixo, Lopes e Mata dos Coqueiros. Quilombo é uma comunidade na qual o processo de cloração é eficiente, pois não apresentou contaminação microbiológica tanto no período de estiagem como no período chuvoso. Já na comunidade de Lopes o processo de cloração não fora eficiente, pois a mesma permaneceu fora dos parâmetros de potabilidade no decorrer dos períodos de estiagem e chuvoso. Nas demais comunidades o processo não é realizado adequadamente ou não é realizado. No caso das comunidades com presença de coliformes termotolerantes (E. coli), a alternativa seria o tratamento domiciliar como a filtração e fervura da água ou filtração seguida de cloração (duas gotas de água sanitária para um litro de água), além da limpeza frequente das caixas d'água.

Tabela 3: Análises microbiológicas realizadas no final dos períodos de estiagem e chuvoso das comunidades rurais de Divinópolis- MG.

COMUNIDADE	SETEMBRO/2015		MAIO/2016	
	TOTAIS	TERMOTOLERANTES	TOTAIS	TERMOTOLERANTES
Amadeu Lacerda	-	-	+	+
Cacôco de Baixo	+	+	+	+
Inhame	+	+	-	-
Lopes	+	+	+	+
Mata dos coqueiros	+	+	+	+
Quilombo	-	-	-	-

Ausência (-); presença (+) de coliformes totais e termotolerantes.

Dessa forma, é de extrema necessidade a urgência de instalação e adequação do processo de cloração para corrigir a contaminação microbiológica da água de abastecimento, que se encontra imprópria para consumo humano. Estes dados são alarmantes, pois mostram que a água consumida pelas pessoas dessas comunidades está fora dos parâmetros de potabilidade do ponto de vista microbiológico.

No caso das comunidades com presença de coliformes termotolerantes, a alternativa é o tratamento domiciliar, que consta de filtração e fervura da água ou filtração seguida de

cloração (duas gotas de água sanitária para um litro de água). As caixas d'água também devem ser lavadas.

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA USO RACIONAL DA ÁGUA (IMAGENS 2-6)

- Palestra (ministrada pela Coordenadora do Projeto) sobre Direito Humano à Água: Perspectivas e Desafios; Oficina relação água/saúde/meio ambiente/alimentação – V Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional do Centro Oeste Mineiro (Comida de Verdade no Campo e na Cidade). Auditório da UEMG/Unidade Divinópolis.
- Ações pontuais (comunidades rurais) sobre uso racional da água – ao longo do projeto: casas, escola (foco em Amadeu Lacerda).
- Ações para divulgação dos resultados e informação/conscientização do uso racional da água– Comemoração do Dia Mundial da Água. Presença de várias entidades. Praça da Catedral – Centro – Divinópolis (19/03/2016) e Praça São Francisco de Assis/Nascente Bela Vista – Divinópolis (20/03/2016). Imagens (2-6) em anexo.

CONCLUSÃO

A água pode veicular diversas doenças e, por isso, é necessário um controle rigoroso da sua qualidade da água, por meio de um monitoramento através de órgãos públicos e/ou privados. Em especial, as populações residentes em área rural são mais vulneráveis, pois, na maioria das vezes, a água utilizada para consumo humano não possuem tratamento adequado.

A avaliação da qualidade da água de Soluções Alternativas Coletivas de abastecimento de água localizados em seis comunidades rurais do município de Divinópolis (Inhame, Quilombo, Amadeu Lacerda, Mata dos Coqueiros, Cacôco de Baixo e Lopes) apresentaram resultados alarmantes: com exceção da comunidade de Quilombo, todas as outras apresentaram padrão de potabilidade fora das normas atribuídas pela Portaria 2.914 de 2011.

Em relação as análises físico químicas o que mais preocupa é o valor limítrofe para nitrato da comunidade de Lopes que, devido ao risco que o mesmo pode causar para o ser humano, apontando para fontes de poluição no seu entorno. Além disso, a comunidade de Mata dos Coqueiros, no período da estação chuvosa apresentou turbidez fora dos parâmetros de potabilidade, o que sugere a água dessa comunidade mais susceptível a carregamento de matéria orgânica e, por conseguinte, à contaminação nesse período.

As análises microbiológicas revelaram que, excetuando a comunidade de Quilombo, todas as outras apresentaram contaminação microbiológica por coliformes totais e termotolerantes, seja na estação chuvosa ou na seca ou até mesmo recorrente durante todo o ano como as comunidades de Lopes, Mata dos Coqueiros e Cacôco de Baixo. A comunidade de Quilombo possui sistema de cloração no reservatório o que demonstra que o mesmo está sendo realizado com eficácia, visto que não apresentou contaminação microbiológica. Entretanto, isso não foi verificado nas amostras de água avaliadas da comunidade de Lopes, que embora receba pastilha de cloro no sistema de bombeamento da água do poço artesiano que abastece a comunidade, apresentou contaminação microbiológica

recorrente. Nesse caso, deverá ser analisada a razão da não efetividade deste processo, levando-se em consideração a concentração de cloro, a data de validade da pastilha e a frequência em que ela é trocada dentre outros. Já em relação às demais comunidades, como não possuem processo de tratamento da água já era previsível a contaminação microbiológica visto que o processo de cloração, quando realizado adequadamente, se mostra muito eficaz na sanitização da água. Este é uma observação alarmante, haja vista que a presença de contaminação microbiológica torna a água imprópria para consumo humano, além de potencializar o risco de agravos à saúde das populações dessas comunidades por doenças de veiculação hídrica.

É necessário que o Poder Público seja mais atuante nesse sentido, no delineamento de políticas públicas voltadas para a área rural, investimentos para a garantia de abastecimento de água com qualidade e quantidade e estratégias para melhoria das tecnologias de sistemas alternativos coletivos de abastecimento de água para consumo humano. Prioritariamente, sugere-se a imediata instalação de clorador tipo dosador e seu monitoramento. Paralelamente, deve ser realizado um trabalho de informação de metodologias de tratamento de água domiciliar, com distribuição de hipoclorito de sódio para a população pelos agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Finalmente, pode-se sugerir a necessidade da realização de ações educativas visando à educação sanitária da população e o conhecimento sobre as doenças veiculadas a água contaminada a qual estão sendo expostas diariamente.

REFERÊNCIAS

AMARAL L.A et al. Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. Rev. Saúde Pública 2003;37(4):510-4 511.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.

BRASIL (2011). Ministério da Saúde. Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial; República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 14 dez 2011, Seção 1, nº 239, p. 39.

BRASIL (2006). Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano do Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília (DF), ano 2006.

D'AGUILA, P. S. et al. Avaliação da qualidade de água para abastecimento público do Município de Nova Iguaçu Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(3):791-798, jul-set, 2000.

FERNANDES L. L ; GOIS R. V. Avaliação das principais metodologias aplicadas às análises microbiológicas de água para consumo humano voltadas para a detecção de coliformes totais e termotolerantes. Rev. Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente 6(2): 49-64, jul-dez, 2015.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde - Manual Prático de Análise de Água. Brasília. Brasil, 2009.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas Analíticas do Instituto Adolfo Lutz. v. 1:

Métodos químicos e físicos para análise de alimentos, 3. ed. São Paulo: IMESP, 1985. p. 307-308.

MARQUEZI, M. C. Comparação de metodologias para estimativa do número mais provável (NMP) de coliformes em amostras de água. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências. Área de concentração : Ciência e Tecnologia de Alimentos) – Escola superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

PEDRAZZI, Felipe José de Moraes et al. Avaliação da qualidade da água no reservatório de Itupararanga, Bacia do Alto Sorocaba (SP). São Paulo, UNESP, Geociências, v. 33, n. 1, p.26-38, 2014.

PONTES C.A.A, SCHRAMM F.R .Bioética da proteção e papel do Estado: problemas morais no acesso desigual à água potável. Cad. Saúde Pública vol.20 no.5 Rio de Janeiro Set./Out. 2004.

VIGIÁGUA. Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, 2003.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1- Compromisso da Revista Extensão

A Revista Extensão, com periodicidade semestral, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências, entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico.

2- Áreas Temáticas da Revista

- I. Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; e rádio universitária;
- II. Cultura e Artes: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; cultura, ciência e tecnologia; cultura, região, territórios e fronteiras; cultura, política e comunicação; cultura, religião e religiosidade; cultura, identidades e diversidade cultural; cultura, memória e patrimônio cultural; educação, cultura e arte; políticas culturais; artes visuais; cinema e identidades culturais; cultura, arte e meio ambiente.
- III. Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares; e questões agrárias;
- IV. Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos;

educação e juventude; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino superior; incentivo à leitura; educação e diversidades; educação e relações étnicorraciais; educação do campo;

- V. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais;
- VI. Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas;
- VII. Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes;
- VIII. Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança

no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

- IX. Gênero e Sexualidade: políticas de gênero; gênero e educação; práticas esportivas construindo o gênero; o corpo e a sexualidade; identidades de gênero e orientação sexual; desejos; diversidade sexual; direitos sexuais e reprodutivos; combate à discriminação sexual e à homofobia; raça, gênero e desigualdades.

3. Público - alvo

Professores, alunos, técnicos-administrativos de todas as IES nacionais e internacionais, além de comunidades atendidas ou com potencial para serem atendidas por projetos extensionistas de forma abrangente.

4. Categorias de Trabalhos a serem publicados

Artigos científicos, resenhas, relatos de experiências e entrevistas.

A equipe editorial poderá propor Edições Temáticas. Neste caso, os temas definidos serão previamente anunciados.

5. Idioma

Os artigos científicos, resenhas, relatos de experiências e entrevistas devem ser redigidos em português. As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto, bem como autorização sobre direitos autorais para textos não originais.

O resumo e as palavras-chave devem ser redigidos na língua do artigo e em inglês.

Para os relatos de experiências não há obrigatoriedade para o abstract

6. Considerações Éticas

- I. A responsabilidade pelos conteúdos dos artigos publicados é exclusivamente do(s) autor(es);

II. Os casos de plágio serão encaminhados à Comissão de Ética do órgão de classe do autor;

III. Todos os artigos recebidos deverão receber pelo menos dois pareceres favoráveis à publicação por parte de membros do Conselho Editorial e consultores ad hoc;

IV. Os artigos publicados são de propriedade dos Editores/Organizadores, podendo ser reproduzidos total ou parcialmente com indicação da fonte. Exceções e restrições de copyright são indicadas em nota de rodapé.

V. Os autores assinarão um termo de cessão de direitos autorais para publicação dos artigos e memoriais aprovados.

VI. A revisão ortográfica dos trabalhos submetidos é de responsabilidade dos autores;

VII. Os artigos submetidos não serão devolvidos.

7. Critérios de avaliação

Os trabalhos submetidos à revista serão avaliados por pares, adotando para tanto o método de avaliação duplamente cega. A publicação considera unicamente trabalhos inéditos ou aqueles excepcionalmente considerados relevantes pelo conselho editorial.

Adotam-se os seguintes referenciais para julgamento:

- Aceito
- Recusado. Autor deve ser informado quanto aos principais motivos da recusa.
- Trabalho Condicionalmente Aceito. Autor deverá ser instruído quanto às modificações de forma e/ou conteúdo do artigo para re-submissão ao Comitê Editorial.

8. Itens de Julgamento

- I. Originalidade e Relevância do Tema

- II. Aderência a um dos temas da Revista
- III. Encadeamento de idéias / organização do trabalho Organização formal do texto, sequência e encadeamento das informações, rigor metodológico do trabalho.
- IV. Conteúdo. Relevância e estruturação formal do pensamento apresentado no conteúdo do artigo, com posicionamento original do autor e referência adequada aos trabalhos científicos considerados essenciais para a temática proposta (considerar, por exemplo, a atualização das referências, i.e. estado da arte. Não serão aprovados textos com longas citações sem um posicionamento concreto do autor.
- V. Redação / Clareza Adequação redacional do texto (ortografia, concordâncias nominais e verbais, links e completude dos parágrafos).
- VI. Adequação das normas. Rigor científico quanto às citações e referências a outros autores, bem como a normalização bibliográfica adotada pela revista.

9. Folha de Rosto

Deve conter os seguintes elementos, nesta ordem:

- I. O Título (na língua do artigo e em inglês). Em caso de financiamento da pesquisa, a instituição financiadora deverá ser mencionada em nota de rodapé. Nome (s) do (s) autor(res), especificando titulação máxima, filiação institucional e endereço eletrônico (opcional).
- II. Resumo, Palavras-Chave. O Resumo deve ter no máximo 500 palavras, ser seguido de 3 a 5 Palavras-Chave para fins de indexação do trabalho, que deverão ser separadas por um ponto entre elas..
- III. Resumos em Inglês. Os resumos e pala-

avras-chave em língua estrangeira devem ser a versão exata do resumo e palavras-chave em português.

Categoria do trabalho: Artigo
Área temática: Comunicação

Titulo na língua portuguesa
Titulo na língua estrangeira

Autores:

(autor 1)

Prof. Dr. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 001A@ufrb.edu.br.

(autor 2)

Graduando do Curso de Comunicação da UFRB. 002B@gmail.com

Resumo:

Máximo de 200 palavras...

Palavras-chave: de 3 a 5 palavras...

Abstract:

...

Key-words:

...

10. Texto

I. Tamanho do Texto - Os artigos de-

verão ter entre 10 e 20 laudas, incluídos todos os seus elementos (imagens, notas, referências, tabelas etc.). Os relatos de experiência deverão ter entre 5 e 10 laudas, com todos os seus elementos incluídos (imagens, notas, referências, tabelas etc.). As resenhas deverão ter no máximo 3 laudas. As entrevistas ficarão a critério da Comissão Editorial.

II. Fonte: Arial, tamanho 12, espaçamento

1,5 das entrelinhas. Configurações das margens em 2,5 cm para direita, esquerda, superior e inferior em papel A4.

III. As notas de rodapé devem ser ordenadas por algarismos arábicos que deverão ser sobrescritos no final do texto ao qual se refere cada nota.

IV. Figuras - As Figuras, com suas respectivas legendas, deverão estar inseridas. Serão aceitas no máximo três figuras por artigo, ou cinco por relato de experiência. As Figuras deverão estar, preferencialmente, no formato JPG ou PNG. Para assegurar qualidade de publicação, todas as figuras deverão ser gravadas com qualidade suficiente para boa exibição na web e boa qualidade de impressão, ficando a critério da equipe da revista o veto a imagens consideradas de baixa qualidade, ou cujo arquivo considere demasiado grande.

V. Tabelas - As Tabelas, incluindo título e notas, deverão estar inseridas no texto com as devidas legendas. As Tabelas de-

verão estar em MSWord ou Excel. Cada tabela não poderá exceder 17 cm de largura x 22 cm de comprimento. O comprimento da tabela não deve exceder 55 linhas, incluindo título e rodapé(s).

VI. Anexos - Serão aceitos Anexos aos trabalhos quando contiverem informação original importante ou que complemente, ilustre e auxilie a compreensão do trabalho, ficando facultado à equipe da revista o veto a anexos que assim não forem considerados.

11. Normas ABNT

As referências serão apresentadas ao final do texto. A Revista de Extensão adota as seguintes Normas ABNT: NBR 6022:2003 (Artigo); NBR 6023:2002 (Referências); NBR 6028:2003 (Resumos); NBR 10520:2002 (Citações).

Ex: BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o desenvolvimento de novos produtos. São Paulo: Edgard Blücher, 199



UF B
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

PROEXT
Pró-Reitoria de Extensão/UFRB